

Relatório de Gestão e
Contas do Exercício

2016



Índice

CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	9
0. Indicadores.....	10
1. Introdução.....	11
2. Enquadramento estratégico.....	12
3. Ano 2016: principais acontecimentos.....	16
4. Áreas de negócio.....	18
4.1. Enquadramento.....	18
4.2. Atividade portuária.....	20
4.2.1. Movimento de navios e embarcações.....	20
4.2.1.1. Introdução.....	20
4.2.1.2. Movimento de navios e embarcações por porto e tipologia.....	22
4.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações por porto e tipologia.....	24
4.2.1.4. Estadia de navios e embarcações por porto e tipologia.....	27
4.2.2. Movimento de mercadorias.....	28
4.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto.....	28
4.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento.....	29
4.2.2.3. Mercadorias carregadas e descarregadas.....	30
4.2.2.4. Contentores.....	34
4.2.3. Movimento de passageiros.....	40
4.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro.....	42
4.2.3.2. Passageiros em operações interilhas.....	46
4.2.4. Extração de inertes.....	48
4.3. Atividade não portuária.....	50
4.3.1. Náutica de recreio.....	50
4.3.1.1. Embarcações não locais.....	50
4.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais.....	53
5. Recursos humanos.....	55
5.1. Enquadramento.....	55
5.2. Estrutura do efetivo.....	55
5.3. Níveis etários, de antiguidade e de habilitação.....	57
5.4. Sinistralidade.....	60



5.5.	Formação.....	62
5.6.	Cooperação externa e interna.....	63
6.	Estrutura organizativa	65
6.1.	Direções-Gerais	65
6.2.	Áreas transversais	66
7.	POLÍTICA DE GESTÃO DE AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA.....	67
7.1.	Enquadramento.....	67
7.2.	Implementação.....	68
7.2.1.	Sistema de Gestão da Segurança	68
7.2.2.	Apresentação e estrutura do SGSST.....	70
7.2.3.	Política de Segurança e Saúde no Trabalho	72
7.2.3.1.	Âmbito de aplicação	72
7.2.3.2.	Identificação de perigos e avaliação dos riscos.....	72
7.2.3.3.	Incidentes	73
7.2.3.4.	Requisitos legais e outros.....	73
7.2.3.5.	Objetivos e programas	73
7.2.3.6.	Participação dos trabalhadores.....	74
7.2.3.7.	Controle operacional.....	74
7.2.3.8.	Resposta a emergências.....	74
7.2.3.9.	Partilha com o SGQ.....	75
8.	Investimento	76
8.1.	Ilha de Santa Maria.....	78
8.2.	Ilha de São Miguel	78
8.3.	Ilha Terceira.....	79
8.4.	Ilha Graciosa	79
8.5.	Ilha de São Jorge.....	79
8.6.	Ilha do Pico	80
8.7.	Ilha do Faial.....	80
8.8.	Ilha das Flores.....	80
8.9.	Ilha do Corvo	81
9.	Análise Económica e Financeira	82
9.1.	Resultados	82
9.1.1.	Resultado operacional.....	82
9.1.2.	Rendimentos operacionais.....	82





9.1.3.	Gastos operacionais.....	83
9.1.3.1.	Gastos com o pessoal	84
9.1.3.2.	Fornecimentos e serviços externos	86
9.1.3.3.	Gastos de depreciação e amortização.....	88
9.1.3.4.	Decomposição do resultado operacional	89
9.1.4.	Resultado financeiro	89
9.2.	Fundos libertos	90
9.3.	Situação financeira e patrimonial.....	90
9.4.	Fundo de maneo	92
9.5.	Indicadores económicos e financeiros	92
9.5.1.	Indicadores económicos	92
9.5.2.	Indicadores financeiros.....	93
10.	Participações financeiras	95
10.1.	Enquadramento	95
10.2.	Atlânticoline, S.A.....	95
10.3.	Operadores portuários	99
11.	Perspetivas futuras.....	103
12.	Proposta de aplicação de resultados.....	108
CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS		109
CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS		114
CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS.....		149
CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS		154
CAPÍTULO VI – GOVERNO DA SOCIEDADE.....		194
	Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa.....	195
	Regulamentos.....	197
	Modelo de governo	199
CAPÍTULO V – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL		207
	Contas individuais.....	208
	Contas consolidadas	211
CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....		214
	Contas individuais.....	215
	Contas consolidadas	222



Índice das Tabelas

Tabela 1: Taxas de variação (em percentagem) de alguns indicadores em Portugal e Área Euro.....	19
Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB.....	19
Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores	20
Tabela 4: Navios e embarcações entrados	21
Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados	21
Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados	22
Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados.....	23
Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio	25
Tabela 9: Movimento total de mercadorias	28
Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento	29
Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento	30
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento	31
Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada.....	32
Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados	33
Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados	33
Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada.....	34
Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)	35
Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados	38
Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'	39
Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados.....	40
Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'	40
Tabela 22: Movimento total de passageiros	41
Tabela 23: Movimento de passageiros por tipo de atividade	42
Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro	43
Tabela 25: Escalas e passageiros por tipo de itinerário de navios de cruzeiro	45
Tabela 26: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro.....	45
Tabela 27: Número de tripulantes de navios de cruzeiro	46
Tabela 28: Movimento de passageiros interilhas.....	46
Tabela 29: Descarga de inertes provenientes do mar	48
Tabela 30: Movimento de embarcações de recreio não locais.....	50
Tabela 31: Nacionalidade das embarcações não locais.....	52
Tabela 32: Classes das embarcações de recreio não locais.....	53
Tabela 33: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais	53
Tabela 34: Efetivo médio em 31 de dezembro.....	56
Tabela 35: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro	56
Tabela 36: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2016	56
Tabela 37: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho.....	57
Tabela 38: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro	57
Tabela 39: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro	58
Tabela 40: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro	59
Tabela 41: Indicadores de sinistralidade	60



Tabela 42: Acidentes por Direção-Geral	61
Tabela 43: Indicadores de formação	62
Tabela 44: Investimento realizado por ilha	76
Tabela 45: Investimento realizado por Direção-geral	77
Tabela 46: Formação do Resultado líquido	82
Tabela 47: Rendimentos operacionais	83
Tabela 48: Gastos operacionais.....	84
Tabela 49: Gastos com o pessoal	85
Tabela 50: Gastos com o pessoal (Órgãos sociais e Pessoal)	85
Tabela 51: Remunerações do pessoal.....	86
Tabela 52: Remunerações normais do pessoal.....	86
Tabela 53: Fornecimentos e serviços externos	86
Tabela 54: Gastos de depreciação e amortização.....	88
Tabela 55: Resultado operacional	89
Tabela 56: Resultado financeiro.....	89
Tabela 57: Fundos libertos	90
Tabela 58: Balanços	91
Tabela 59: Fundo de maneo	92
Tabela 60: Indicadores económicos	93
Tabela 61: Indicadores financeiros.....	93
Tabela 62: Empresas subsidiárias	95
Tabela 63: Empresas e entidades associadas.....	95
Tabela 64: Balanços da Atlânticoline.....	98
Tabela 65: Demonstração de resultados da Atlânticoline	99
Tabela 66: Balanços dos Operadores Portuários	101
Tabela 67: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários	102

Índice das Figuras

Figura 1: Mapa Estratégico.....	14
Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2016	22
Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2016.....	23
Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2016	24
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2016.....	25
Figura 6: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2016.....	26
Figura 7: GT de navios e embarcações entrados em 2016, por porto	26
Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2016.....	27
Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2016, por tipo de navio	27
Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2016, por porto	29
Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2016, por modo de acondicionamento.....	30
Figura 12: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2016, em toneladas	32
Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2016	35
Figura 14: TEUs cheios por mês no último triénio	36
Figura 15: TEUs cheios por mês em 2016	36
Figura 16: TEUs cheios por mês em 2016 – restantes portos	37
Figura 17: TEUs cheios carregados por mês em 2016.....	37
Figura 18: Movimento de TEUs carregados em 2016	38
Figura 19: Movimento de TEUs descarregados em 2016.....	39
Figura 20: Movimento total de passageiros em 2016.....	41
Figura 21: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2016.....	43
Figura 22: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triénio	44
Figura 23: Escalas de cruzeiros por tipo de operação	44
Figura 24: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro	45
Figura 25: Movimento de passageiros interilhas em 2016	47
Figura 26: Descarga de inertes provenientes do mar em 2016	48
Figura 27: Descarga de inertes no último triénio.....	49
Figura 28: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2016	51
Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio	52
Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2014 e 2016	58
Figura 31: Antiguidade do efetivo entre 2014 e 2016	59
Figura 32: Escolaridade do efetivo entre 2014 e 2016.....	59
Figura 33: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2016.....	60
Figura 34: Acidentes por atividade.....	61
Figura 35: Requisitos do SGQ e SGSST	70
Figura 36: Macroestrutura funcional que suporta o SGSST	71
Figura 37: Sistema de Gestão da Portos dos Açores	71
Figura 38: Investimento por ilha em 2016	76
Figura 39: Investimento por Direções-Gerais em 2016.....	77
Figura 40: Investimento por Direções-Gerais entre 2011 e 2016	78
Figura 41: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2016	87



Figura 42: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2016	88
Figura 43: Número de passageiros transportados por mês e Linha em 2016	96
Figura 44: Número de viagens realizadas por mês e Linha em 2016	97





CAPÍTULO I - RELATÓRIO DE GESTÃO



0. Indicadores

Indicadores	Unidade	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Movimento portuário							
Escalas de navios	N.º	2.828	2.701	2.589	2.743	3.052	3.508
GT de navios	GT/1000	17.611	17.379	15.389	15.154	15.820	17.782
Estadia dos navios	N.º	5.754	5.679	5.305	5.730	6.707	7.330
Movimento de contentores cheios	N.º	70.190	64.935	64.336	69.181	67.833	80.420
Movimento de contentores cheios	TEU	106.317	97.535	95.969	102.172	100.293	116.936
Total de mercadorias	'000 Tons.	2.335	2.138	2.089	2.184	2.333	2.696
Total de passageiros	Milhares	1.236	1.167	1.064	1.014	1.020	1.059
Passageiros em cruzeiros	N.º	125.906	141.847	95.765	87.437	102.881	87.009
Náutica de recreio							
Escalas de embarcações	N.º	3.710	3.689	3.250	3.327	3.233	3.010
Tripulantes	N.º	15.458	14.446	11.995	11.503	12.375	11.870
Pessoal							
Efetivo	N.º	274	271	262	269	281	277
Volume de formação	N.º horas	2.369	1.993	2.131	4.920	2.282	2.609
Sinistralidade							
Índice de frequência	-	35,49	34,79	30,45	39,89	25,9	14,44
Índice de gravidade	-	0,20	0,61	1,20	1,75	0,83	0,41
Finanças							
Volume de negócios	'000 €	20.083	17.329	17.479	18.267	17.746	20.224
EBITDA	'000 €	6.358	5.373	5.716	7.017	5.244	7.128
Resultados operacionais	'000 €	(986)	(2.090)	(1.573)	(274)	(1.777)	508
Resultado líquido	'000 €	(3.400)	(4.516)	(4.333)	(2.912)	(4.247)	(1.043)
Fundos libertos (cash-flow)	'000 €	3.643	2.632	2.790	4.197	2.713	5.568
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,65	0,66	0,68	0,68	0,68	0,69
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-4,91	-12,06	-9,00	-1,50	-10,01	2,51
Rentabilidade dos capitais próprios ⁽³⁾	%	-1,60	-2,23	-1,99	-1,31	-1,92	-0,50

⁽¹⁾ Capital próprio/Ativo total líquido

⁽²⁾ Resultados operacionais/Volume de negócios

⁽³⁾ Resultados líquidos/Capital próprio



1. Introdução

O ano de 2016 poderá ser classificado de extremamente positivo para a Portos dos Açores. De facto, registou-se uma melhoria muito expressiva em alguns indicadores de atividade operacional, com um particular destaque para a evolução ao nível do volume de mercadorias movimentadas, em que se verificou um aumento correspondente a 9,2 por cento, a maior variação desde o ano 2000.

Também ao nível da náutica de recreio obtiveram-se resultados bastante apreciáveis, com uma referência especial para os máximos atingidos em algumas das infraestruturas, como é o caso das Velas, que vê a sua posição consolidada no contexto do arquipélago. Esta evolução é possível com uma persistente ação a nível promocional nas principais feiras da especialidade.

Esta melhoria generalizada do volume de atividade portuária e não portuária verificado em 2016 refletiu-se naturalmente no aumento do Volume de Negócios da empresa, que registou uma variação extremamente positiva de 15,9 por cento, e em que predomina o aumento do rendimento da atividade associada à utilização de equipamento marítimo e terrestre, em que o acréscimo registado atingiu praticamente os 24 por cento. Para além disto, o Volume de Negócios verificado em 2016 situa-se, pela primeira vez, ao nível do registado no ano de 2011, ou seja, ao nível dos 20 milhões de euros.

Neste contexto, o resultado operacional, embora negativo em 986.382,08 euros, apresentou uma melhoria face ao dos dois anos imediatamente precedentes, permitindo perspetivar uma evolução positiva para os próximos anos. De igual modo, o Resultado líquido registado em 2016, no valor negativo de 3.399.716,38 euros, foi bastante mais positivo do que o registado nos dois anos imediatamente precedentes, que se situaram, por norma, na casa dos quatro milhões de euros negativos.

Outros factos merecem ainda uma referência especial, nomeadamente a estabilidade laboral, em muito motivada pela eliminação, a partir de 1 de julho de 2016, das restrições relativas a algumas valorizações remuneratórias impostas pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado aos trabalhadores portuários.

Menção ainda para o nível de investimento que, em 2016, retomou uma maior dinâmica face aos anos precedentes, resultado da intervenção no porto de Velas. Com esta intervenção procede-se ao aumento da área de acostagem, através da empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas, financiada sobretudo pelo Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020).

A melhoria continuada das infraestruturas portuárias tem sido um importante propósito prosseguido pela Portos dos Açores, que se estende aos Recursos humanos, neste caso com um processo gradual de renovação dos quadros, após a conclusão do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária”, ocorrido em 2015. A melhoria das qualificações e o rejuvenescimento do efetivo é uma necessidade que continuará a fazer-se sentir, atingido um novo patamar em termos de estabilidade laboral.






2. Enquadramento estratégico

Nos termos legais, a PA tem por objeto a administração de um conjunto de infraestruturas portuárias e de náutica de recreio localizadas no arquipélago dos Açores, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.



A existência de um Plano Estratégico constitui uma referência fundamental no âmbito das atribuições estabelecidas nos estatutos da PA, documento orientador de diversas políticas e responsabilidades da empresa, de modo a que, em ambos os casos, possuam um carácter consistente e possam ser assumidas e desenvolvidas através de ações que concretizem da melhor forma possível o próprio objeto social da empresa, apresenta-se como documento fundamental. Constitui uma referência orientadora determinante para a evolução futura da empresa, proporcionando também o acompanhamento da trajetória definida.

Embora ainda não aprovado, a versão preliminar do Plano Estratégico em discussão interna aponta para um conjunto de linhas de orientação conducentes ao tratamento simultâneo das oportunidades que urge aproveitar e das ameaças que se pretende ver mitigadas. Tais linhas de orientação encontram-se nos seguintes tópicos:


Capital humano:

-  Reenfoque no Colaborador como principal agente;
-  Horizontalização dos processos de decisão;
-  Responsabilização dos colaboradores.



Processos:

-  Definição e certificação de processos;
-  Desmaterialização dos processos – empresa eletrónica.

Recursos materiais:

-  Consolidação de infraestruturas e equipamentos portuários;
-  Investimento nas novas tecnologias.

Turismo e lazer:

-  Novas rotas, novas oportunidades;
-  Cruzeiros temáticos.

De entre os aspetos mais relevantes constantes do referido documento, há alguns aspetos metodológicos suficientemente consolidados, utilizados noutros documentos da empresa, como é o caso do Manual do Sistema de Gestão, com destaque para:



Visão

Fazer da PA uma referência em termos de organização, potenciando a localização dos seus portos e marinas.







Missão

Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.

Valores

Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA., de modo a cumprir com a Missão acima estabelecida.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expetativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos e objetivos estratégicos

O perfil estratégico da PA assenta num conjunto de eixos fundamentais, decorrente da própria estrutura da empresa, que abarca uma multiplicidade de realidades insulares relativamente distintas. Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia para os próximos anos e constantes do Mapa Estratégico, que se apresenta na página seguinte, são:





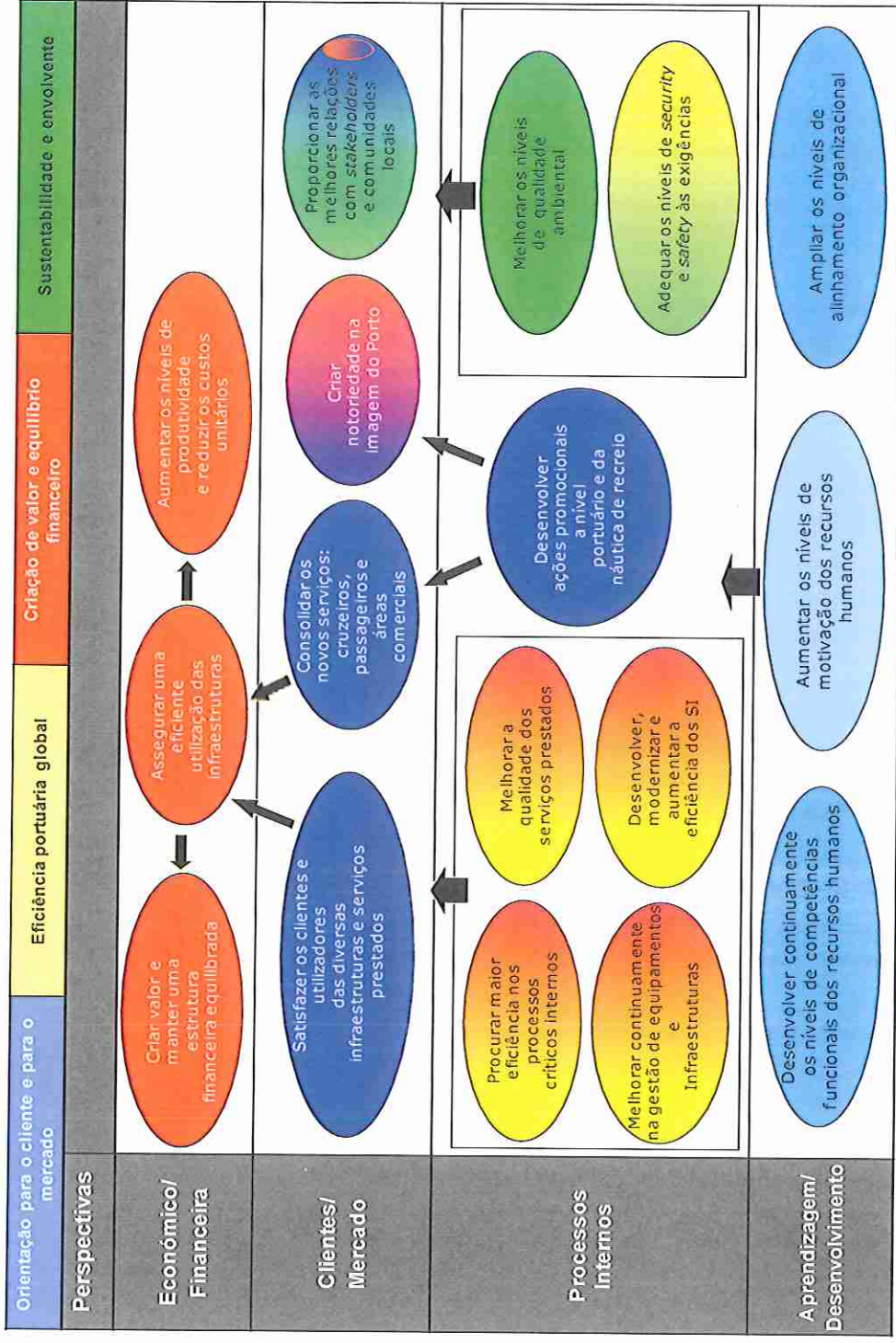
-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;
-  Sustentabilidade e meio envolvente.

Figura 1: Mapa Estratégico








Objetivos estratégicos

O Mapa Estratégico apresentado na página anterior contempla um conjunto de objetivos estratégicos, correspondentes ao conteúdo de cada um dos balões.





Os objetivos, num total de 17, integram-se nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, para além de se enquadrarem nos quatro eixos estratégicos definidos acima.

Apresentam-se a seguir os diversos objetivos estratégicos, sendo os mesmos detalhados por perspetiva:








Perspetiva económica e financeira:

-  Criar valor e manter uma estrutura financeira equilibrada;
-  Assegurar uma eficiente utilização das infraestruturas;
-  Aumentar os níveis de produtividade e reduzir os custos unitários.




Perspetiva clientes/mercados:

-  Satisfazer os clientes e utilizadores das diversas infraestruturas e serviços prestados;
-  Consolidar os novos serviços: cruzeiros, passageiros e áreas comerciais;
-  Criar notoriedade na imagem da PA;
-  Proporcionar as melhores relações com *stakeholders* e comunidades locais.

Perspetiva processos internos:

-  Procurar maior eficiência nos processos críticos internos;
-  Melhorar continuamente na gestão de equipamentos e infraestruturas;
-  Melhorar a qualidade dos serviços prestados;
-  Desenvolver, modernizar e aumentar a eficiência dos sistemas de informação;
-  Desenvolver ações promocionais a nível portuário e da náutica de recreio;
-  Melhorar os níveis de qualidade ambiental;
-  Adequar os níveis de *security* e *safety* às exigências.

Perspetiva aprendizagem/desenvolvimento:

-  Desenvolver continuamente os níveis de competências funcionais dos Recursos humanos;
-  Aumentar os níveis de motivação dos Recursos humanos;
-  Ampliar os níveis de alinhamento organizacional.



3. Ano 2016: principais acontecimentos


O ano de 2016 ficou marcado por um importante aumento do ritmo da atividade portuária. Este é um facto deveras relevante, com reflexo direto no Volume de Negócios da empresa, e alvo de destaque em diversos pontos do presente relatório.

Também alvo de destaque, neste caso no capítulo 4, são os máximos históricos atingidos em 2016 em algumas marinas e núcleos de recreio, como é o caso de Angra do Heroísmo e Velas, tanto em termos de embarcações não locais como também no número de tripulantes.

Com um importante efeito sobre a estabilidade laboral da empresa, será ainda de referir a publicação do despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional do Turismo e Transportes de 23 de agosto de 2016, através do qual deixaram de aplicar-se aos trabalhadores da Portos dos Açores as restrições impostas pela Lei de Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março). Ainda a nível laboral, foi aprovado em 2016 um Regulamento de Avaliação de Desempenho, elemento relevante para a promoção e progressão na carreira de todos os trabalhadores da Portos dos Açores.

No âmbito da promoção das infraestruturas da Portos dos Açores, será de mencionar com particular ênfase a participação dos Açores na mais famosa regata de vela de alta competição do planeta, a 'Vendée Globe', prova quadrienal de volta ao mundo, sem escalas nem assistência, para velejadores solitários em embarcações da Classe IMOCA (veleiros de 18 metros). A presença dos Açores decorreu entre final de outubro e inícios de novembro de 2016, sob coordenação da Comissão Náutica Municipal da Horta, em espaço próprio para a promoção dos Açores e das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA, em zona implantada na *village* da regata. A regata largou de Sables d'Olonne a 6 de novembro, com a assistência no local de uma multidão estimada em 350 mil pessoas. Nas três semanas que antecederam a partida terão passado no village de promoção da competição mais de um milhão de pessoas, boa parte dos quais contactaram com o stand açoriano. Foi, para o efeito, produzido novo material de divulgação das marinas da responsabilidade da Portos dos Açores, em idioma francês.

Para além deste evento que se poderá considerar de verdadeiramente extraordinário em termos de impacto mediático a nível internacional, serão de referir ainda os seguintes eventos relacionados com regatas com passagem pelo arquipélago:

-  Receção e produção de informação e conteúdos de imprensa e rádio no âmbito da 6.ª edição da regata Les Sables/Les Açores/Les Sables, ocorrida em julho e agosto de 2016, e destinada a embarcações de 6,5 metros (Classe Mini) e velejadores solitários, prova organizada pela Municipalidade francesa de Sables d'Olonne, com a colaboração da associação Les Sables d'Olonne-Vendée Course au Large, da Associação Classe Mini e do Conselho Geral do Departamento de Vendée. Esta competição integrou, em 2016, o calendário oficial de provas



de vela oceânica da Federação Francesa de Vela e o Campeonato de França de Vela ao Largo em Solitário;

- ☞ Receção e produção de informação e conteúdos de imprensa e rádio no âmbito da 1.ª edição da regata Douarnenez/Horta/Douarnenez SOLO, ocorrida em agosto e setembro de 2016, e destinada a embarcações da Classe Figaro Beneteau (veleiros de 10 metros) e velejadores solitários, prova organizada pela Municipalidade e da Comunidade francesa de Douarnenez, com a colaboração da Associação da Classe Figaro Beneteau, do Conselho Geral da Finisterra, da Região da Bretanha e da Liga Bretã de Vela. Esta competição integrou, em 2016, o calendário oficial de provas de vela oceânica da Federação Francesa de Vela e o Campeonato de França de Elite para Vela ao Largo em Solitário.

Em termos de ações promocionais dos portos e marinas sob jurisdição da Portos dos Açores, destaque para:

- ☞ 'BOOT', Trade Fair de Dusseldorf, que decorreu de 23 a 31 de janeiro de 2016. Trata-se da maior feira náutica a nível mundial, com mais de 1.500 expositores e 250.000 visitantes. A referida participação visou a promoção das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da Portos dos Açores, com um enfoque nos mercados alemão, holandês e belga e repartida em dois stands, no pavilhão do certame dedicado à vela: o stand dos Açores, sob coordenação da Associação de Turismo dos Açores (ATA) e o stand da Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR);
- ☞ 'Seatrade Cruise Global', que decorreu de 15 a 17 de março de 2016 e destinado ao mercado americano. A participação da Portos dos Açores, com objetivo de se proceder à promoção dos seus portos e terminais de cruzeiro no mercado americano, integrou o stand de Portugal daquela feira, coordenado pela Associação de Portos de Portugal (APP);
- ☞ 'Southampton Boat Show' (primeira participação), que decorreu de 16 a 25 de setembro de 2016, integrando a representação da APPR (Associação Portuguesa de Portos de Recreio), em stand da iniciativa da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A.. A presença neste evento – a maior e mais relevante feira náutica britânica da atualidade, que se realiza ao ar livre – destinou-se à promoção, no mercado inglês, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA;
- ☞ 'SeaTrade Cruise MED', de Santa Cruz de Tenerife, que decorreu de 21 a 23 de setembro de 2016. Este evento destinou-se à promoção, no mercado europeu, dos portos e terminais de cruzeiros do arquipélago, integrando-se no stand de Portugal existente naquela feira, coordenado pela APP (Associação dos Portos de Portugal);
- ☞ 'Salon Nautique International de Paris', que decorreu de 3 a 11 de dezembro de 2016. Este evento destinou-se à promoção, no mercado francês, das marinas e núcleos de recreio náutico do arquipélago sob gestão da PA, contando com a deslocação do responsável pela Marina da Horta, com vista à realização de contactos para a organização de regatas internacionais com integração dos Açores que se perspectiva efetuar ao longo do ano de 2017.



4. Áreas de negócio

4.1. Enquadramento

O ano de 2016 fica marcado por um crescimento ténue, classificado como “sem brilho” pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no *World Economic Outlook* de janeiro de 2017. As estimativas do FMI apontam para um crescimento da economia mundial de 3,1 por cento em 2016, menos um ponto percentual do que o registado em 2015. As economias desenvolvidas cresceram 1,6 por cento, bastante menos do que os 2,1 por cento de 2015, sendo de destacar o comportamento das economias britânica (2,00 por cento de crescimento em 2016), da Área Euro (1,70 por cento) e Estados Unidos (1,60 por cento), invariavelmente abaixo do ritmo de crescimento do produto de 2015.

Já as economias dos mercados emergentes, ainda de acordo com o *World Economic Outlook* de janeiro de 2017, obtiveram um crescimento idêntico ao de 2015, situado nos 4,10 por cento, encabeçado pela China, cujo ritmo de crescimento, ainda assim, foi inferior ao de 2015, situando-se agora nos 6,70 por cento, seguido da Índia com um ritmo ligeiramente inferior em uma décima. Neste caso, o ritmo de crescimento sofreu um decréscimo bastante forte, correspondente a um ponto percentual. Em sentido contrário, de referir que a economia brasileira prosseguiu o seu registo de contração, registando dois anos consecutivos de decréscimo no respetivo PIB: -3,80 por cento em 2015 e -3,50 por cento em 2016.

No que respeita ao ritmo das trocas comerciais de bens e serviços, o ano de 2016 foi também de contração no ritmo de crescimento observado em 2015, registando-se um crescimento de 1,90 por cento em 2016, em oposição a 2,70 por cento em 2015. A evolução de 2016 foi relativamente similar para os países avançados e para as economias emergentes.

Quanto ao preço das *commodities*, de destacar a evolução do preço do petróleo, de uma média de 50,92 dólares o barril em 2015 para 42,70 dólares em 2016, uma quebra de 16,14 por cento. Quanto às *commodities* não petrolíferas, embora se tenha registado uma diminuição de 2,70 por cento, esta evolução foi significativamente mais positiva do que a quebra de 17,40 por cento em 2015.

Relativamente à economia nacional, registou um comportamento relativamente mais alinhado com o da Área Euro, conforme é possível observar na tabela que se segue, de acordo com dados do Banco de Portugal (BdP).

De destacar, no que respeita a Portugal, a evolução ao nível da taxa de desemprego, bastante mais razoável do que as taxas observadas nos anos anteriores, cujos valores constituíam o reflexo direto do processo de ajustamento bastante doloroso da economia portuguesa no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira de 2011, entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia e Banco Central Europeu.



Tabela 1: Taxas de variação (em percentagem) de alguns indicadores em Portugal e Área Euro

		2016	2015
PIB	Portugal	1,4	1,6
	Área Euro	1,7	2,0
Taxa de desemprego	Portugal	11,1	12,4
	Área Euro	10,0	10,9
Balanças corrente e de capital	Portugal	1,7	1,2
	Área Euro	3,3	3,1
Índice de preços no consumidor	Portugal	0,6	0,5
	Área Euro	0,2	0,0

Fonte: Bdp

De acordo com dados do início de março do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) situou-se em cerca de 185 mil milhões de euros, um aumento de 1,40 por cento em volume, menos 0,2 pontos percentuais do que o verificado no ano anterior, que se cifrara em 1,60 por cento.

O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, situando-se em 1,5 pontos percentuais em 2016 (2,6 pontos percentuais em 2015), refletindo, principalmente, a redução do Investimento e, em menor grau, o ligeiro abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida passou de um contributo de -1,0 pontos percentuais em 2015 para -0,1 pontos percentuais, em resultado da desaceleração das Importações de Bens e Serviços, mais acentuada que a das Exportações de Bens e Serviços. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços aumentou para 1,2 por cento do PIB (0,7 por cento em 2015), beneficiando dos ganhos de termos de troca registados em 2016, ainda que inferiores aos de 2015.

Tabela 2: Taxas de variação anual (em percentagem) de componentes do PIB

	2016	2015	2014
Procura interna	1,5	2,5	2,2
Exportações	4,4	6,1	4,3
Importações	4,4	8,2	7,8
PIB	1,4	1,6	0,9

Fonte: INE

Por fim, referência a alguns dados da Região Autónoma dos Açores. De destacar o ritmo de crescimento registado em 2016 para o PIB, que se fixou em 2,0 por cento, de acordo a estimativa rápida do Serviço Regional de Estatística (SREA), constante das *Contas Trimestrais Regionais – Estimativa Rápida*, referentes ao 4.º trimestre de 2016 e ano de 2016. Tal representa uma aceleração do PIB face ao valor do ano anterior e ainda o mais elevado desde o ano de 2010.

Sendo o turismo um elemento relevante para esta evolução do produto, o impacto positivo da extinção das obrigações de serviço público no transporte aéreo e no que respeita às ligações que abrangem os portos de Ponta Delgada (São Miguel) e Lajes (Terceira) é particularmente notório, nomeadamente no indicador “Dormidas em estabelecimentos hoteleiros”, constante da tabela a seguir, em que se atingiu, pelo segundo ano consecutivo, um crescimento da ordem dos 20 por cento.

Também noutras áreas foi ainda possível constar uma melhoria do ritmo da atividade. É o caso da venda de automóveis ligeiros, com um crescimento muito pronunciado nos últimos três anos, em parte decorrente do impulso proporcionado pelo aumento da atividade turística. Também o aumento do peso do gado abatido regista nos últimos dois anos um aumento muito assinalável.

A evolução positiva em diversas áreas regista como consequência a melhoria no tempo da taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores, conforme se pode perceber na tabela seguinte.

Tabela 3: Taxas de variação (em percentagem) de indicadores da Região Autónoma dos Açores

Indicadores	2016	2015	2014
<i>Indicadores globais</i>			
Desemprego			
Taxa de desemprego	11,1	12,8	16,3
Inflação			
Taxa média	1,2	1,0	0,3
Taxa homóloga	1,8	0,7	0,4
Energia elétrica			
Consumo total	2,0	0,5	-0,2
<i>Indicadores parcelares</i>			
Leite entregue nas fábricas			
Total	-1,2	5,3	8,0
Gado abatido (peso)			
Bovino	19,4	10,3	-6,6
Pesca (quantidade)			
Total	-29,8	-10,1	-34,8
Turismo			
Dormidas em estabel. hoteleiros	21,1	19,6	0,9
Licenças de construção			
Total de edifícios licenciados	-4,9	14,0	-12,8
Cimento			
Venda	7,3	-2,6	-15,2
Automóveis			
Venda de ligeiros de passageiros	32,3	27,7	13,3

Fonte: SREA

4.2. Atividade portuária

4.2.1. Movimento de navios e embarcações

4.2.1.1. Introdução

Um total de 2.828 escalas de navios e embarcações foi registado no conjunto dos portos dos Açores em 2016. Face ao volume registado em 2015, que correspondeu a 2.701 navios e embarcações, constata-se uma variação positiva de 4,7 por cento.

A evolução registada nos diversos portos comerciais do arquipélago foi relativamente diversa, observando-se variações em termos absolutas mais pronunciadas em portos como, por exemplo,



Praia da Vitória (+37 escalas), Vila do Porto (+30 escalas), ou ainda São Roque e Ponta Delgada (+20 escalas). Variações negativas em termos de escalas ocorreram apenas nos portos das Velas (menos três escalas) e em outros portos com importância residual, como é o caso de Angra do Heroísmo ou Madalena.

Tabela 4: Navios e embarcações entrados

Portos	Ilhas	2016	2015	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	858	838	2,39%
Praia da Vitória	Terceira	604	567	6,53%
Horta	Faial	293	289	1,38%
Velas	São Jorge	270	273	-1,10%
São Roque	Pico	237	217	9,22%
Vila do Porto	Santa Maria	231	201	14,93%
Praia	Graciosa	199	186	6,99%
Lajes	Flores	50	45	11,11%
Calheta	São Jorge	53	45	17,78%
Angra do Heroísmo	Terceira	26	31	-16,13%
Lajes	Pico	2	2	0,00%
Madalena	Pico	2	5	-60,00%
Corvo	Corvo	3	2	50,00%
Total		2.828	2.701	4,70%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à arqueação dos navios e embarcações, medida em unidades de GT (*Gross Tonnage*), constata-se, em 2016, um ligeiro acréscimo de 1,34 por cento, consideravelmente menor do que o acréscimo de 12,95 por cento observado em 2015. Tendo em conta o crescimento de quase cinco por cento observado no número de escalas, tal significa uma diminuição em 3,12 por cento da dimensão média dos navios, em grande medida devido ao impacto da diminuição em 2016 do número de escalas de navios de cruzeiros.

Tabela 5: Arqueação de navios e embarcações entrados

Unidade: '000 Gross tonnage (GT)				
Portos	Ilhas	2016	2015	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	9.495	9.254	2,61%
Praia da Vitória	Terceira	2.550	2.595	-1,75%
Horta	Faial	1.932	2.047	-5,62%
Velas	São Jorge	1.104	1.084	1,84%
São Roque	Pico	1.044	971	7,57%
Praia	Graciosa	788	735	7,15%
Vila do Porto	Santa Maria	405	413	-2,06%
Lajes	Flores	212	171	23,50%
Lajes	Pico	15	12	23,74%
Calheta	São Jorge	29	30	-1,56%
Angra do Heroísmo	Terceira	27	49	-44,92%
Madalena	Pico	1	6	-86,86%
Corvo	Corvo	10	11	-9,57%
Total		17.611	17.379	1,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à estadia dos navios e embarcações com escala nos portos dos Açores, observa-se uma variação de 1,32 por cento, particularmente relevante no porto da Horta, em resultado da

estadia prolongada do navio tanque “Chem Daisy”, devido a um processo de detenção pela Capitania do Porto da Horta ao abrigo do *Port State Control*.

Tabela 6: Estadia de navios e embarcações entrados

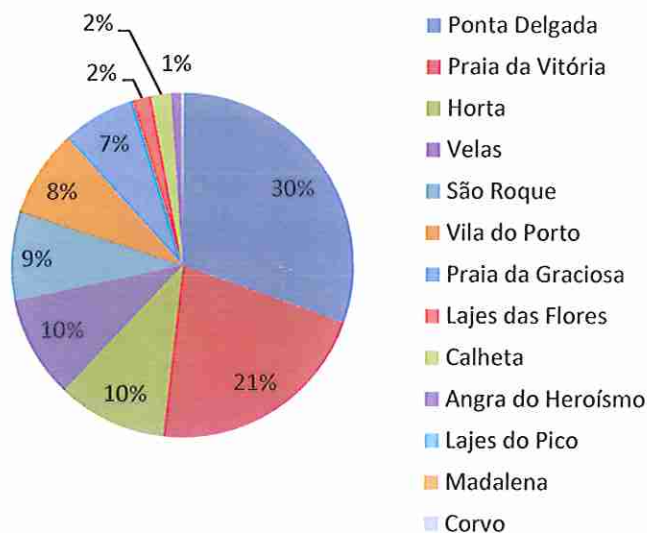
Portos	Ilhas	Unidade: dias		
		2016	2015	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	2.100	2.294	-8,46%
Praia da Vitória	Terceira	1.758	1.790	-1,79%
Horta	Faial	683	532	28,38%
Velas	São Jorge	275	276	-0,36%
São Roque	Pico	249	224	11,16%
Vila do Porto	Santa Maria	284	218	30,28%
Praia	Graciosa	200	189	5,82%
Lajes	Flores	103	71	45,07%
Calheta	São Jorge	53	45	17,78%
Angra do Heroísmo	Terceira	26	31	-16,13%
Madalena	Pico	2	5	-60,00%
Lajes	Pico	2	2	0,00%
Corvo	Corvo	19	2	850,00%
Total		5.754	5.679	1,32%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.1.2. Movimento de navios e embarcações por porto e tipologia

O porto de Ponta Delgada, com 858 navios e embarcações registados, é o porto com o maior número de entradas, correspondente a 30,3 por cento do total de navios e embarcações entrados nos portos do arquipélago dos Açores.

Figura 2: Navios e embarcações entrados em 2016

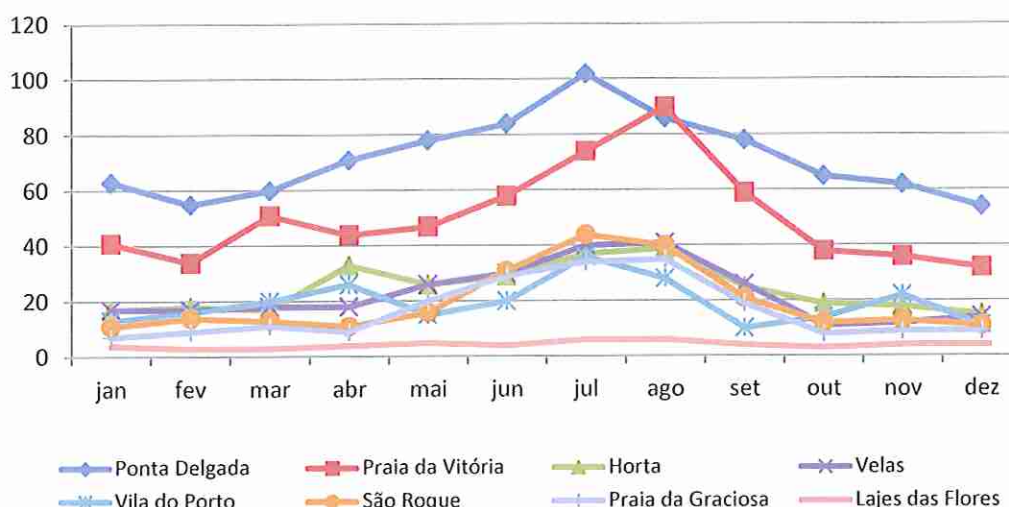


Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 604 entradas (21,4 por cento) e o porto da Horta, com 293 (10,4 por cento). Os portos das Velas, São Roque, Vila do Porto e Praia da Graciosa apresentam

percentagens entre os sete e 9,5 por cento. Os restantes portos apresentam um número de escalas praticamente residual, que não chega a atingir os dois por cento em qualquer dos casos.

Relativamente à evolução mensal do número de escalas, é perfeitamente notória a preponderância dos portos de Ponta Delgada e Praia da Vitória na totalidade dos meses do ano. Sobressai ainda, embora marginalmente, o número de escalas do porto da Horta, particularmente nos meses de abril e outubro, devido a escalas de navios de cruzeiro, bem como, no mês de julho, o número de escalas registadas no porto de São Roque. Os portos de dimensão particularmente diminuta, como Calheta, Angra do Heroísmo ou Madalena não foram incluídos na análise.

Figura 3: Evolução mensal do número de escalas em 2016



Para além disto, na figura acima é perceptível uma razoável similitude entre um vasto conjunto de portos, nomeadamente os portos de Horta, São Roque do Pico, Velas, Vila do Porto e Praia da Graciosa, com uma média mensal entre 17 (porto da Praia da Graciosa) e 24 (porto da Horta) escalas.

No que respeita à tipologia dos navios, destaque para os navios e embarcações de carga geral, seguidos muito de perto pelos navios porta-contentores. Estes dois tipos de embarcações representam mais de metade das escalas registadas nos portos do arquipélago em 2015 e 2016.

Tabela 7: Tipologia de navios e embarcações entrados

Tipo de navios	2016	2015	Var.%
Carga Geral	781	737	5,97%
Porta Contentores	704	703	0,14%
Passageiros	584	530	10,19%
Tanque	312	296	5,41%
Outros	288	258	11,63%
Cruzeiros	121	137	-11,68%
Graneleiros	38	40	-5,00%
Total	2.828	2.701	4,70%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

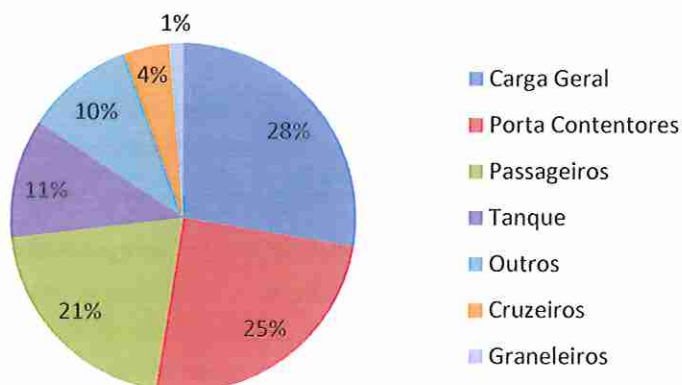
No caso concreto dos navios e embarcações de carga geral, associados sobretudo a operações de tráfego local, constata-se a sua prevalência em alguns portos, como é o caso de Calheta e Madalena,



bem como ainda nos portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Praia da Vitória, em todos os casos à volta de 37 por cento.

Neste último caso, ou seja no porto da Praia da Vitória, está baseada a operação do principal armador de tráfego local “Transportes Marítimos Graciosenses, Lda.” do arquipélago. Adicionalmente será também de referir um peso relativo relevante, correspondente a 32 por cento, de embarcações de tráfego local no porto das Velas.

Figura 4: Tipologia de navios e embarcações entrados em 2016



O segmento correspondente aos navios porta-contentores regista em 2016 um peso relativo de 25 por cento no total de escalas nos portos do arquipélago, mantendo um número estacionário de escalas nos últimos anos, à volta das 703 escalas. Este segmento é, em grande medida, influenciado pelo regime de cabotagem insular, regulamentado através do disposto no Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro.

O porto de Ponta Delgada, com 6 escalas semanais e 44,46 por cento das escalas nos portos dos Açores, e o porto da Praia da Vitória, com 3 escalas semanais e 20,45 por cento, são os principais portos no que respeita a escalas de navios porta-contentores. Os portos da Horta, São Roque do Pico e Velas registam, por regra, uma escala semanal, enquanto os portos de Vila do Porto, Praia da Graciosa e Lajes das Flores têm apenas escalas quinzenais de navios porta-contentores.

4.2.1.3. Arqueação de navios e embarcações por porto e tipologia

Relativamente à dimensão dos navios, medida em unidade GT, a principal tipologia corresponde aos navios de Cruzeiros, com 5.687 milhares de GT em 2016 (6.137 milhares de GT em 2015). Seguem-se os navios Porta Contentores, com 3.878 milhares de GT em 2016, um volume praticamente idêntico ao registado em 2015, e os navios de Passageiros, com 3.722 milhares de GT e um acréscimo de praticamente sete por cento face ao registado em 2015.

De qualquer modo, a tipologia que registou maior impacto foi o acréscimo registado na GT dos navios Tanque, com um aumento em termos absolutos de 369 mil GT, de 1.831 milhares de GT em 2015 para 2.199 mil GT em 2016.



Tabela 8: Arqueação dos navios e embarcações entrados, por tipo de navio

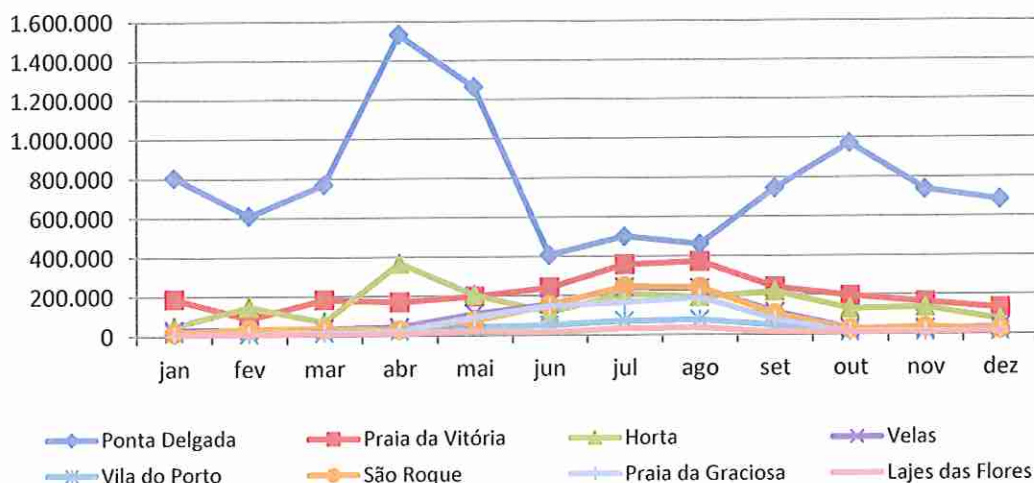
Tipo de navios	Unidade: '000 Gross tonnage (GT)		
	2016	2015	Var.%
Cruzeiros	5.687	6.137	-7,33%
Porta Contentores	3.878	3.864	0,37%
Passageiros	3.722	3.481	6,92%
Tanque	2.199	1.831	20,14%
Graneleiros	820	614	33,54%
Carga Geral	743	533	39,42%
Outros	561	919	-38,93%
Total	17.611	17.379	1,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tal como nos anos anteriores, os portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta concentram praticamente a totalidade da arqueação no que respeita a navios de cruzeiro, ou seja, 98,46 por cento da arqueação total dos navios de Cruzeiros.

O porto de Ponta Delgada, só por si representa 77,14 por cento (73,95 por cento em 2015) da arqueação de tais navios. O porto da Horta aumentou ligeiramente o volume de arqueação dos navios de Cruzeiros, de 834 milhares de GT em 2015 para 858 mil GT em 2016. Em oposição, o porto da Praia da Vitória registou um decréscimo de 43,5 por cento na arqueação deste tipo de navios, de 628 mil GT em 2015 para 355 mil GT em 2016, consequência direta da quebra observada no número de escalas, de 17 escalas em 2015 para 12 em 2016, bem como da redução da respetiva dimensão média.

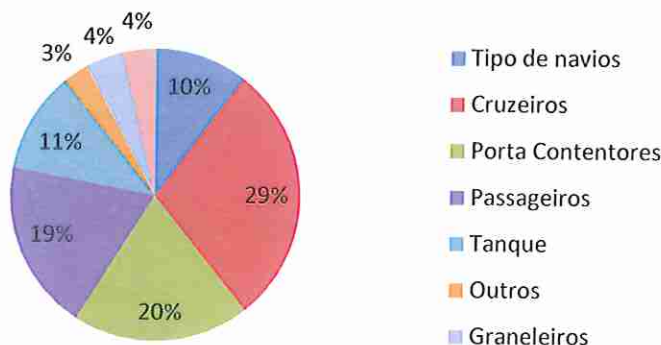
Figura 5: Evolução mensal da arqueação dos navios em 2016



Numa análise mensal da arqueação dos navios, constata-se que o porto de Ponta Delgada apresenta valores de arqueação notoriamente mais elevados, fenómeno decorrente, em grande medida da existência de um mais elevado número de escalas de navios de cruzeiro, que ocorrem, na sua grande maioria, durante a primavera (nos meses de abril e maio) e no outono (nos meses de setembro, outubro e novembro).

No que respeita a navios porta-contentores, a desagregação por porto é relativamente mais homogénea, concentrando o porto de Ponta Delgada 45,52 por cento da arqueação total deste tipo de navios, o porto da Praia da Vitória 21,11 por cento e o porto da Horta 9,54 por cento.

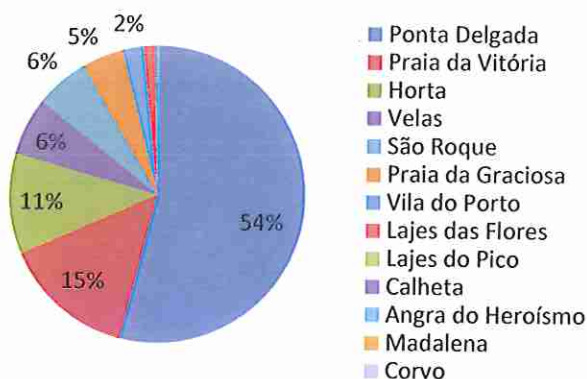
Figura 6: GT por tipo de navios e embarcações entrados em 2016



O porto de Ponta Delgada representa 53,92 por cento da arqueação total dos navios com escalas nos portos dos Açores e 30,34 por cento das escalas. Dessa percentagem de arqueação, 46,2 por cento diz apenas respeito a navios de cruzeiro, os maiores navios com escala nos portos açorianos. Nos restantes portos sobressaem escalas de navios com dimensões relativamente mais reduzidas. De facto, a arqueação média de navios de cruzeiro com escala no porto de Ponta Delgada é de 61.789 GT, enquanto nos portos da Horta e Praia da Vitória a média é, respetivamente, de 35.740 e 29.571 GT. De qualquer modo, em todos estes portos, devido à capacidade das infraestruturas portuárias no que respeita à receção de navios de maior dimensão, a arqueação média é muito mais elevada do que a registada nos restantes portos.

De facto, nos portos de menor capacidade registam-se arqueações médias de navios de cruzeiro inferiores a 9.000 GT, decorrentes da existência de escalas associadas a navios de cruzeiro especificamente vocacionados para determinados nichos, como é o caso dos cruzeiros de expedição.

Figura 7: GT de navios e embarcações entrados em 2016, por porto

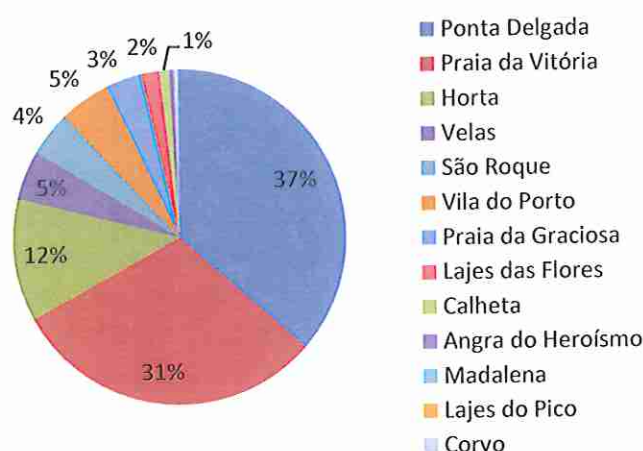




4.2.1.4. Estadia de navios e embarcações por porto e tipologia

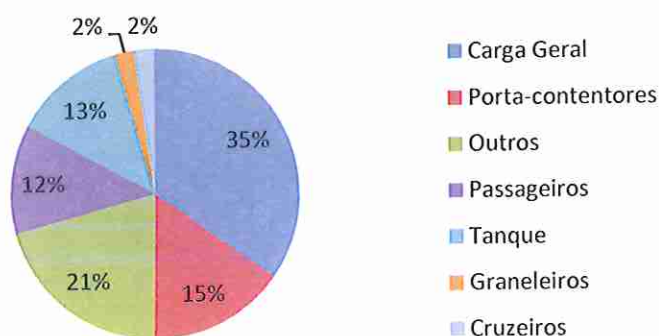
A estadia dos navios e embarcações com entrada nos portos dos Açores registou, em 2016, um total de 5.754 dias, um acréscimo de 1,32 por cento face ao ano imediatamente anterior. Tendo em conta o aumento de 4,7 por cento ao nível do número de escalas observado, constata-se um decréscimo da estadia média correspondente a 3,23 por cento, de 2,15 dias em 2015 para 2,03 dias em 2016, não obstante a existência de algumas situações de carácter extraordinário, com destaque para a registada no porto da Horta, com a estadia prolongada do navio “Chem Daisy”, desde o final do mês de maio de 2016.

Figura 8: Estadia de navios e embarcações em 2016



A grande maioria dos portos registou uma evolução positiva em termos de estadia de navios, sendo de destacar o aumento mais acentuado que se registou no porto das Lajes das Flores (+45,07 por cento), Vila do Porto (+30,28 por cento) e Horta (+28,38 por cento). Deverá ainda destacar-se que estes aumentos ocorrem após um ano de 2014 com quebras ao nível das escalas e da estadia dos navios, com particular relevância para o porto da Horta, em que o volume de dias estadia dos navios e embarcações registara uma quebra de praticamente 25 por cento. Em 2015 o acréscimo fora generalizado.

Figura 9: Estadia dos navios e embarcações entrados em 2016, por tipo de navio





No que respeita à categoria dos navios e embarcações, 34,78 por cento das estadias correspondem a navios ou embarcações de carga geral, e em que predominam de forma muito notória as embarcações de tráfego local. Por outro lado, os navios porta-contentores registam 15,45 por cento das estadias, enquanto os navios de passageiros representam 12,18 por cento, associados praticamente na íntegra a estadias de navios de passageiros interilhas. Estas três categorias de embarcações representam, no conjunto, cerca de 62 por cento das estadias.

4.2.2. Movimento de mercadorias

4.2.2.1. Volume de mercadorias movimentadas por porto

No ano de 2016 o volume de mercadorias movimentadas nos portos do arquipélago dos Açores atingiu os 2.335 milhares de toneladas, o que corresponde a um significativo aumento de 9,2 por cento face ao volume movimentado no ano de 2015. Esta variação é particularmente relevante atendendo ao facto de ser o maior acréscimo registado desde o início de atividade da empresa Portos dos Açores, em 2011. De facto, apenas se registara no ano imediatamente anterior uma variação positiva, e apenas da ordem dos 2,36 por cento. Em todos os restantes exercícios as variações haviam sido negativas, reflexo direto do contexto de crise económica vivido nesse período.

O porto de Ponta Delgada, com 1.472 milhares de toneladas, apresenta-se como o principal porto em termos de movimentação de mercadorias, seguido do porto da Praia da Vitória, com 490 mil toneladas. O porto de São Roque do Pico, com 99,5 milhares de toneladas merece ainda menção particular. Todos os restantes portos apresentam volumes de movimentação inferiores, sendo de referir o porto da Horta e Velas, respetivamente com 91 e 72 milhares de toneladas.

Tabela 9: Movimento total de mercadorias

		Unidade: tons.		
Portos	Ilhas	2016	2015	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	1.471.699	1.338.120	9,98%
Praia da Vitória	Terceira	490.082	472.932	3,63%
São Roque	Pico	99.501	92.272	7,83%
Horta	Faial	90.900	86.752	4,78%
Velas	São Jorge	71.824	61.141	17,47%
Vila do Porto	Santa Maria	48.697	30.684	58,71%
Praia	Graciosa	28.741	26.788	7,29%
Lajes	Flores	25.983	22.439	15,80%
Calheta	São Jorge	7.157	5.826	22,85%
Madalena	Pico	10	994	-99,02%
Total		2.334.595	2.137.949	9,20%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

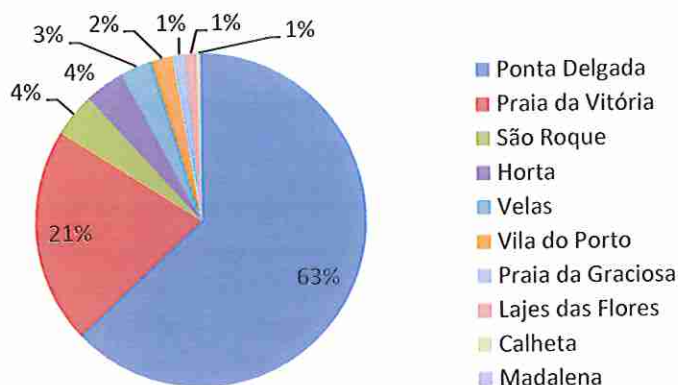
As principais variações a assinalar em 2016 são, desde logo, o aumento extraordinário de 59 por cento no porto de Vila do Porto e os aumentos registados nos portos de Velas (17,47 por cento) e Lajes das Flores (15,8 por cento). Com variações abaixo dos 10 por cento, destacam-se os portos de



Ponta Delgada (9,98 por cento), São Roque e Praia da Graciosa (7,83 por cento e 7,29 por cento, respetivamente).

Merece ainda referência o crescimento de 23 por cento da operação no porto da Calheta de São Jorge, embora de impacto perfeitamente residual no total dos portos. De igual modo sem qualquer impacto no volume total de mercadorias, será de referir a única situação de quebra de atividade, ocorrida no porto da Madalena do Pico.

Figura 10: Mercadorias movimentadas em 2016, por porto



4.2.2.2. Mercadorias por modo de acondicionamento

Em termos de desagregação das mercadorias por modo de acondicionamento, observa-se uma variação positiva em todos os modos, particularmente relevante no que diz respeito aos granéis sólidos, cujo aumento, da ordem dos 15 por cento, é sensivelmente idêntico ao da quebra registada no ano imediatamente anterior.

Para além disto, merece destaque o aumento no volume da carga contentorizada, principal modo de acondicionamento das mercadorias, que registou o maior aumento percentual desde o ano de 2011. Não obstante este facto, o volume de toneladas de mercadorias contentorizadas está ainda aproximadamente 15 por cento abaixo do peso total das mercadorias contentorizadas movimentadas em 2011.

Tabela 10: Movimento total de mercadorias por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2016	2015	Var.%
Carga contentorizada	1.230.590	1.138.527	8,09%
Granéis líquidos	513.442	486.118	5,62%
Granéis sólidos	431.471	372.969	15,69%
Carga geral	159.092	140.335	13,37%
Total	2.334.595	2.137.949	9,20%

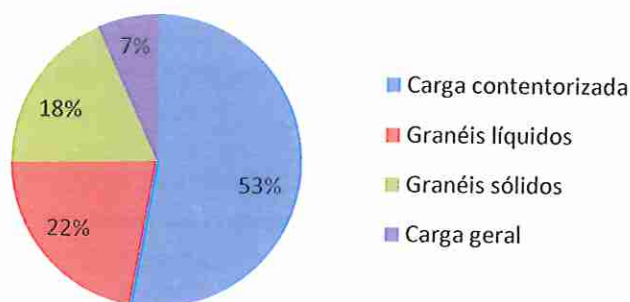
Fonte: Portos dos Açores, S.A.



As operações em carga geral, não obstante o respetivo peso relativo diminuto, registaram também um crescimento muito relevante, da ordem dos 13 por cento, ainda assim muito abaixo do máximo registado no ano de 2009, com 217 milhares de toneladas.

Os granéis líquidos, com um crescimento abaixo da variação do peso total das mercadorias, registou, mesmo assim, um aumento próximo dos seis por cento, cerca de metade do aumento observado no ano de 2015 face a 2014.

Figura 11: Mercadorias movimentadas em 2016, por modo de acondicionamento



4.2.2.3. Mercadorias carregadas e descarregadas

Numa análise com a desagregação das mercadorias descarregadas e carregadas, abordaremos em primeiro lugar as mercadorias carregadas. A este nível, observa-se um crescimento de 6,97 por cento no volume de mercadorias carregadas, alicerçado no aumento generalizado de todos os modos de acondicionamento, com destaque para os granéis sólidos, que registaram um aumento extraordinário de 180 por cento, seguido da carga geral (+15,09 por cento), carga contentorizada (+5,98 por cento) e, por último, dos granéis líquidos (+4,98 por cento).

Tabela 11: Movimento de mercadorias carregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2016	2015	Var. %
Carga contentorizada	484.093	456.765	5,98%
Granéis líquidos	81.627	77.751	4,98%
Granéis sólidos	1.727	618	179,50%
Carga geral	70.989	61.683	15,09%
Total	638.437	596.817	6,97%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita aos granéis sólidos, encontram-se associados a um reduzido número de operações entre Ponta Delgada e Vila do Porto, que distorcem qualquer tipo de análise.

A carga geral vem apresentando sucessivamente uma perda de importância, sendo o ano de 2015 aquele em que o volume de carga geral é o mais baixo do último quinquénio. Em 2016, esta

modalidade de carga ultrapassou o nível atingido em 2013, mas encontra-se muito longe das 96 mil toneladas carregadas no ano de 2011.

Quanto à carga contentorizada, o volume carregado em 2016 corresponde ao segundo ano consecutivo em que se registam variações positivas, após três exercícios de quebra de atividade. No entanto, o aumento de 2016 revelou-se significativamente menor do que o de 2015 (+5,98 por cento em 2016 e +11,27 por cento em 2015).

O mesmo tipo de evento ocorreu nos granéis líquidos, registando-se em 2016 um menor crescimento do que o observado em 2015 (+4,98 por cento em 2016 e +17,09 por cento em 2015).

No conjunto, o volume global das mercadorias carregadas atingiu praticamente 638,5 milhares de toneladas, ainda muito longo do valor ocorrido em 2011, em que se atingiram 780 milhares de toneladas carregadas.

Já no que respeita a operações de desembarque, observa-se também um crescimento generalizado dos vários segmentos, sendo o aumento mais acentuado ao nível dos granéis sólidos, correspondente a 15,41 por cento, atingindo-se praticamente as 430.000 toneladas. A carga geral descarregada registou, de igual modo, uma variação positiva de 12 por cento, mas numa tendência de perda relativa de importância.

Quanto à carga contentorizada e granéis líquidos, registaram variações inferiores à do total das mercadorias descarregadas. No primeiro caso, será de realçar o facto de a variação ser a mais favorável dos últimos seis anos (+9,5 por cento), o que, atendendo à importância relativa deste tipo de operações, muito contribuiu para a melhoria de alguns indicadores de atividade, nomeadamente de âmbito financeiro. Já no segundo caso, a variação de 5,74 por cento foi significativamente inferior à registada em 2015, que se cifrara em 11,59 por cento.

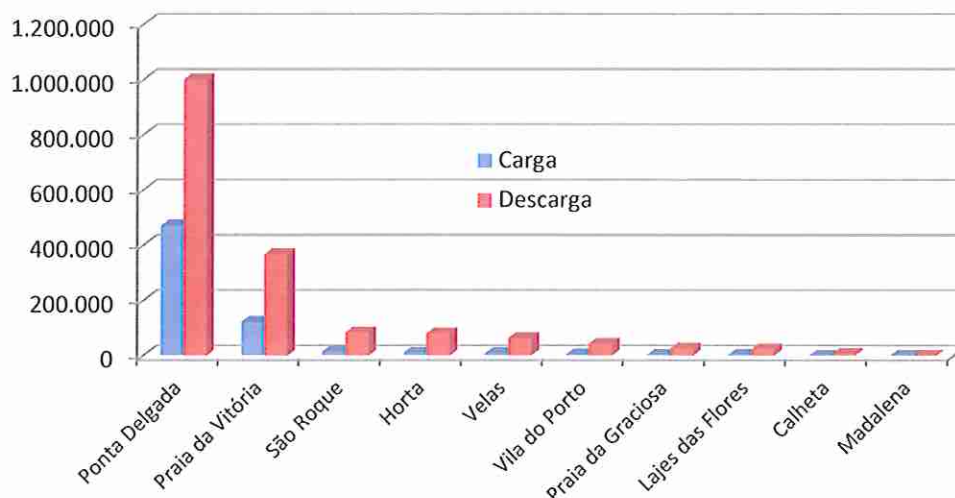
Tabela 12: Movimento de mercadorias descarregadas por modo de acondicionamento

Portos	Unidade: tons.		
	2016	2015	Var.%
Carga contentorizada	746.496	681.761	9,50%
Granéis líquidos	431.815	408.367	5,74%
Granéis sólidos	429.744	372.351	15,41%
Carga geral	88.103	78.652	12,02%
Total	1.696.158	1.541.132	10,06%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No cômputo geral, as mercadorias descarregadas cresceram ligeiramente acima dos 10 por cento, atingindo 1.696 milhares de toneladas, o maior ritmo de crescimento desde 2011. Continua a persistir um padrão de relativa desproporção entre mercadorias descarregadas e carregadas, atingindo-se, em 2016, 2,66 toneladas descarregadas por cada tonelada carregada, em grande medida decorrente das descargas de granéis, tanto líquidos como sólidos. De qualquer modo registam-se totais de mercadoria descarregada superiores aos volumes carregados em todos os segmentos, bem como em todos os portos.

Figura 12: Mercadorias carregadas e descarregadas em 2016, em toneladas



Numa análise detalhada por porto no que diz respeito a carga contentorizada, constata-se que o porto de Ponta Delgada, com 777 milhares de toneladas, mais 9,64 por cento do que em 2015, é o principal porto neste segmento, seguido do porto da Praia da Vitória, com 243 milhares de toneladas, menos 1,63 por cento do que em 2015. Os restantes portos apresentam valores significativamente mais reduzidos, sendo de referir os casos dos portos de São Roque do Pico, Horta e Velas, todos na casa das 50 mil toneladas, embora com maior volume de toneladas para o porto de São Roque.

Tabela 13: Mercadoria contentorizada carregada e descarregada

Portos	Ilhas	2016			2015			Var. %		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	376.898	400.343	777.241	341.814	367.057	708.871	10,26%	9,07%	9,64%
Praia da Vitória	Terceira	70.053	172.678	242.731	79.775	165.520	245.295	-12,19%	4,32%	-1,05%
São Roque	Pico	11.902	46.458	58.360	11.219	42.617	53.836	6,09%	9,01%	8,40%
Horta	Faial	9.122	41.398	50.520	7.999	36.207	44.206	14,04%	14,34%	14,28%
Velas	São Jorge	7.463	42.705	50.168	6.344	35.800	42.144	17,64%	19,29%	19,04%
Lajes	Flores	2.810	18.411	21.221	3.127	14.702	17.830	-10,14%	25,22%	19,02%
Vila do Porto	Santa Maria	3.398	14.628	18.025	2.798	11.150	13.948	21,43%	31,19%	29,24%
Praia	Graciosa	2.447	9.876	12.322	3.688	8.708	12.396	-33,66%	13,41%	-0,59%
Total		484.093	746.496	1.230.590	456.765	681.761	1.138.527	5,98%	9,50%	8,09%

 Unidade: tons.
 Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita a granéis líquidos, o sistema de distribuição inter-ilhas de combustíveis está centrado no porto de Ponta Delgada, porto a partir do qual os combustíveis são distribuídos pelos portos das diferentes ilhas, com exclusão do porto da Praia da Vitória que recebe os combustíveis líquidos diretamente do exterior. No caso do porto da Horta o abastecimento direto do exterior abrange apenas o gás liquefeito.

Tabela 14: Granéis líquidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	78.395	253.509	331.904	71.316	244.330	315.646	9,93%	3,76%	5,15%
Praia da Vitória	Terceira	2.908	90.140	93.048	2.571	87.544	90.115	13,10%	2,97%	3,25%
Horta	Faial	324	28.862	29.185	2.061	30.362	32.423	-84,30%	-4,94%	-9,99%
São Roque	Pico	0	19.020	19.020	1.450	18.830	20.280	-100,00%	1,01%	-6,21%
Velas	São Jorge	0	11.559	11.559	353	10.709	11.061	-100,00%	7,94%	4,50%
Vila do Porto	Santa Maria	0	19.315	19.315	0	7.529	7.529	-%	156,56%	156,56%
Lajes	Flores	0	4.075	4.075	0	3.972	3.972	-%	2,57%	2,57%
Praia	Graciosa	0	5.336	5.336	0	5.091	5.091	-%	4,80%	4,80%
Total		81.627	431.815	513.442	77.751	408.367	486.118	4,98%	5,74%	5,62%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O movimento de granéis sólidos abrange apenas alguns dos portos dos Açores, cingindo-se, em 2016, aos portos de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Vila do Porto. Neste último caso, o movimento de granéis sólidos envolveu algumas operações pontuais de descarga de pedra a partir do porto de Ponta Delgada.

Conforme já referido, há a considerar sobretudo dois tipos de produtos neste tipo de granel: cereais e cimento ou clínquer e gesso, para além de ferro. No primeiro caso, trata-se de produtos alimentares para rações e, no segundo, de produtos para a construção civil. No caso do porto de Praia da Vitória, há lugar à descarga de cimento e, no porto de Ponta Delgada, clínquer e gesso para fabrico de cimento.

Relativamente a cereais, o porto da Praia da Vitória movimentou 88.413 toneladas (69 mil toneladas em 2015 e 77 mil em 2014), enquanto no porto de Ponta Delgada foram movimentadas 243.956 toneladas (223 mil toneladas em 2015 e 234 mil em 2014).

De referir, no que respeita à movimentação de cimento a granel de produtos para a construção civil, o porto da Praia da Vitória movimentou em 2016 um total de 10.541 toneladas (8.981 toneladas de cimento e 1.560 toneladas de ferro). Em 2015 haviam sido movimentadas 17,3 mil toneladas e, em 2014, 46 mil toneladas. No caso do porto de Ponta Delgada, ocorreram descargas de clínquer e gesso que atingiram, em 2016, um total de 84.980 toneladas (63 mil toneladas em 2014 e 68 mil toneladas em 2014).

Tabela 15: Granéis sólidos carregados e descarregados

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	1.727	328.936	330.663	618	285.362	285.980	179,50%	15,27%	15,62%
Praia da Vitória	Terceira	0	98.954	98.954	0	86.372	86.372	-%	14,57%	14,57%
Vila do Porto	Santa Maria	0	1.854	1.854	0	618	618	-%	200,00%	200,00%
Total		1.727	429.744	431.471	618	372.351	372.969	179,50%	15,41%	15,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



Por último, referência à carga geral, que inclui os mais diversos tipos, desde viaturas e maquinaria, peças avulsas, carga paletizada, entre outras. Em 2016, os portos dos Açores movimentaram mais de 159 mil toneladas, um incremento bastante razoável face às 140 mil toneladas de 2015.

Tabela 16: Carga geral carregada e descarregada

Unidade: tons.

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Praia da Vitória	Terceira	49.715	5.632	55.348	45.296	5.854	51.150	9,76%	-3,79%	8,21%
Ponta Delgada	São Miguel	13.640	18.250	31.890	11.592	16.031	27.623	17,67%	13,84%	15,45%
São Roque	Pico	3.308	18.813	22.122	1.352	16.804	18.156	144,73%	11,95%	21,84%
Horta	Faial	498	10.697	11.195	442	9.680	10.122	12,58%	10,51%	10,60%
Praia	Graciosa	938	10.146	11.083	582	8.719	9.301	61,17%	16,36%	19,16%
Vila do Porto	Santa Maria	1.071	8.431	9.502	944	7.646	8.590	13,52%	10,27%	10,63%
Velas	São Jorge	1.359	8.738	10.097	849	7.087	7.935	60,16%	23,30%	27,25%
Calheta	São Jorge	259	6.899	7.157	326	5.500	5.826	-20,60%	25,42%	22,85%
Madalena	Pico	0	10	10	43	951	994	-100,00%	-98,97%	-99,02%
Lajes	Flores	201	487	688	257	380	637	-21,85%	28,18%	8,00%
Total		70.989	88.103	159.092	61.683	78.652	140.335	15,09%	12,02%	13,37%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O porto da Praia da Vitória, com 55.348 toneladas em 2016 (51 mil toneladas em 2015) é o principal porto da Região Autónoma dos Açores no que respeita a este tipo de cargas, sobretudo associadas às operações de tráfego local no Grupo Central do Arquipélago, nomeadamente do operador Transporte Marítimos Graciosenses (TMG). Em 2016 foram contabilizadas 45.165 toneladas carregadas neste regime, enquanto descarregaram 2.306 toneladas.

4.2.2.4. Contentores

A movimentação de contentores constitui uma das principais atividades nos portos do arquipélago, conforme demonstrado pelo número de navios desse tipo com escala nos portos dos Açores. Em 2016 foram movimentadas 106.317 unidades cheias em unidades TEU (Unidades equivalentes de 20 pés), em oposição às 97.535 unidades movimentadas em 2015, o que representa um acréscimo de nove por cento, uma variação bastante mais elevada do que a observada em 2015 (+1,63 por cento).

Em termos absolutos, foram movimentados em 2016 mais 6.137 unidades TEU do que em 2015. Por seu turno, em 2015 haviam sido movimentados mais 1.566 unidades TEU do que no ano imediatamente anterior.

O porto com maior volume de contentores é o porto de Ponta Delgada, que atingiu em 2016 um total de 68.043 unidades TEU, com um crescimento de 9,91 por cento face a 2015. Segue-se o porto da Praia da Vitória, com 20.116 TEUs, mais 3,16 por cento do que no ano transato.

Tabela 17: Movimento de contentores cheios (unidade TEU)

Portos	Ilhas	2016	2015	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	68.043	61.906	9,91%
Praia da Vitória	Terceira	20.116	19.499	3,16%
São Roque	Pico	5.241	4.610	13,69%
Horta	Faial	4.801	4.310	11,39%
Velas	São Jorge	3.648	3.112	17,22%
Lajes	Flores	1.737	1.595	8,90%
Vila do Porto	Santa Maria	1.583	1.325	19,47%
Praia	Graciosa	1.148	1.178	-2,55%
Total		106.317	97.535	9,00%

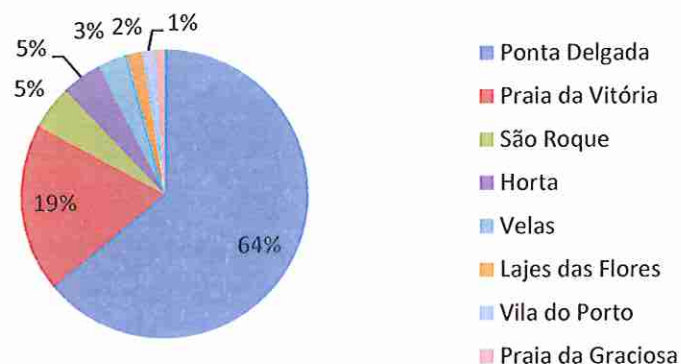
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os restantes portos apresentam números de movimentação bastante inferiores, podendo-se dividir estes portos em dois grupos distintos: um primeiro, composto pelos portos de São Roque do Pico, Horta e Velas, com volumes relativamente mais elevados, da ordem dos três a cinco mil unidades TEU; e outro, que inclui os portos das Lajes das Flores, Vila do Porto e Praia da Graciosa, cujos volumes anuais não atingem as duas mil unidades TEU.

Em termos de variações individuais, observam-se evoluções muito díspares entre os vários portos, sendo de mencionar, desde logo, a evolução positiva registada em 2016 no porto de Ponta Delgada, com quase mais 6.137 unidades TEU no que no ano anterior (2.763 TEUs em 2015 face a 2014).

Este volume adicional de contentores movimentados em 2016 no porto de Ponta Delgada corresponde a praticamente 70 por cento do aumento registado no total dos portos do arquipélago. Seguem-se em termos de variação absoluta, os aumentos observados no porto de São Roque (+631 unidades TEU), Praia da Vitória (+617 unidades TEU), Velas (+536 unidades) e Horta (+491 unidades TEU). Apenas no caso do porto da Praia da Graciosa se observa uma quebra de 30 unidades TEU em 2016 face a 2015.

Figura 13: Movimento de contentores (TEU) cheios em 2016



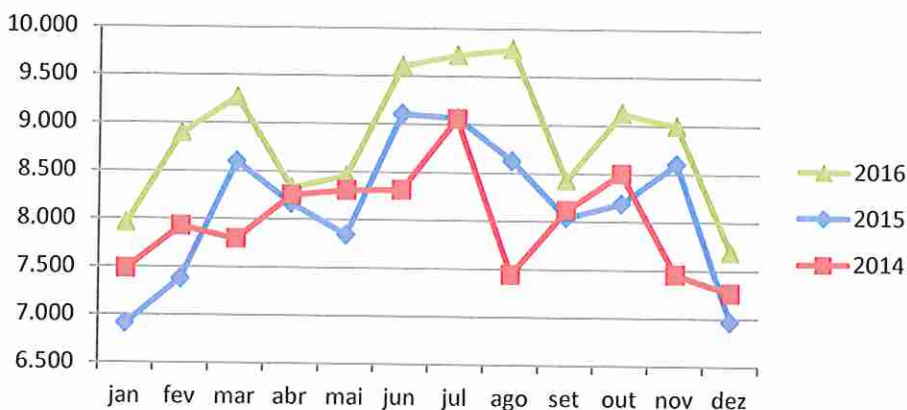
Estas variações absolutas de 2016 contrariam em grande medida as registadas em 2015, em que praticamente o porto de Ponta Delgada registara aumento no número de unidades, enquanto um conjunto muito significativo de portos sofria decréscimos, como foi o caso dos portos de São Roque (-631 unidades TEU), Praia da Vitória (-569 TEUs) e Horta (-208 TEUs). O porto das Velas, em oposição



a estes, revela uma dinâmica muito pronunciada, com mais 127 unidades TEU em 2015 e mais 536 em 2016, reflexo direto do investimento realizado no próprio porto, conforme destaque a efetuar no capítulo relativo ao investimento realizado no exercício de 2016.

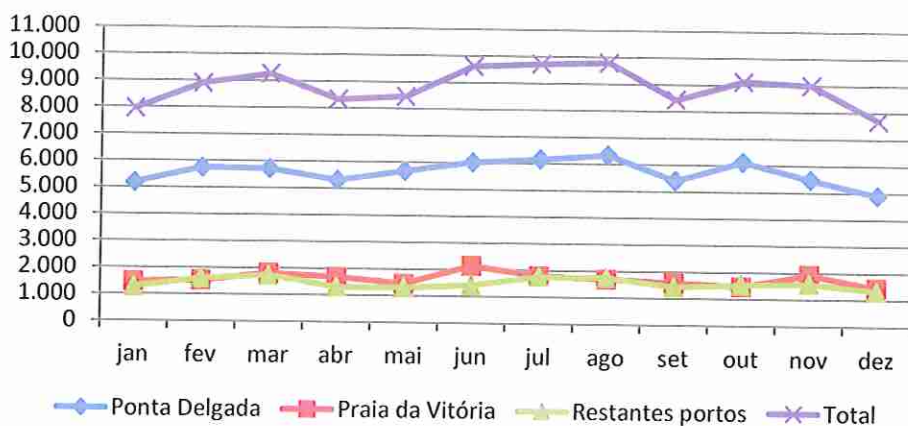
Em termos de movimentação mensal de contentores, é perfeitamente notório o acentuado crescimento registado em 2016 na figura abaixo, em oposição ao que sucedera em 2015 e 2014. De facto, observa-se em 2016 que o movimento mensal de TEUs foi invariavelmente superior face aos valores dos anos precedentes, com destaque para alguns meses, como é o caso dos meses de fevereiro e agosto.

Figura 14: TEUs cheios por mês no último triénio



Numa análise mensal por porto, constata-se que os portos de Ponta Delgada e da Praia da Vitória apresentam os volumes mensais mais elevados, sendo que, no caso do porto da Praia da Vitória, o número de unidades é praticamente idêntico ao da totalidade dos restantes portos, sendo a diferença mais significativa em alguns meses, como é o caso do mês de janeiro, junho e novembro, em favor daquele.

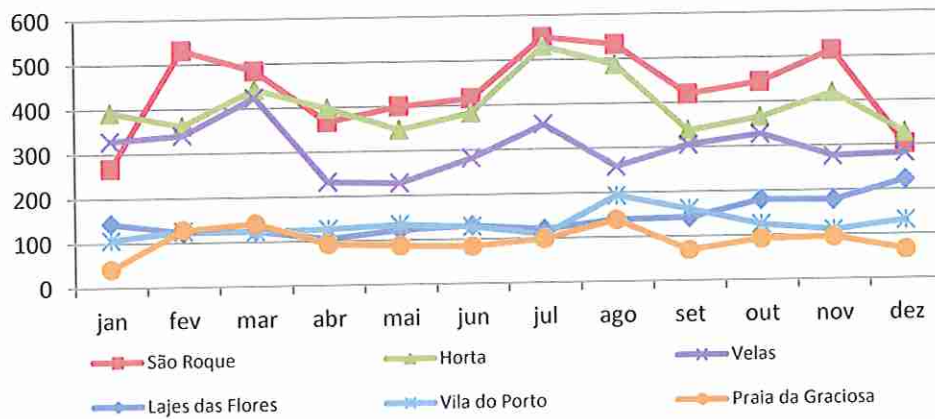
Figura 15: TEUs cheios por mês em 2016



De entre estes restantes portos, o porto de São Roque do Pico é aquele que apresenta maior dinâmica, acompanhado de muito de perto pelo porto da Horta. No primeiro caso observa-se uma média de 437 unidades TEU cheias e no segundo, de 400. O porto das Velas regista um volume

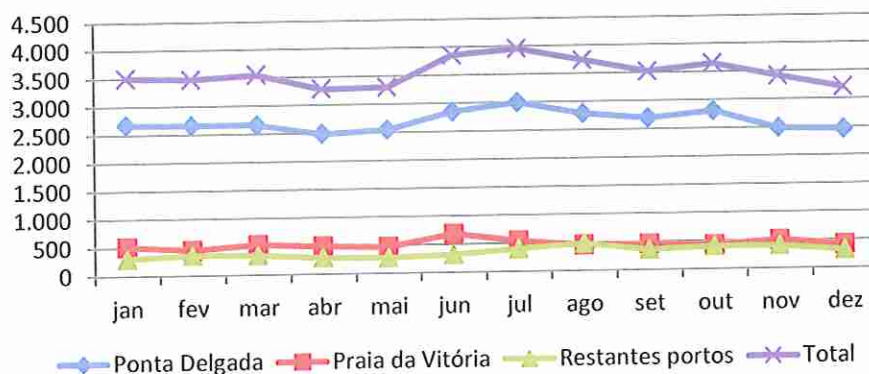
relativamente menor, que pouco ultrapassa as 300 unidades cheias mensais, mais exatamente 304. Os restantes apenas pontualmente atingem as 200 unidades TEU mensais.

Figura 16: TEUs cheios por mês em 2016 – restantes portos



No que respeita a contentores embarcados, o porto de Ponta Delgada e da Praia da Vitória apresentam volumes mais elevados, sendo que em praticamente todos os meses, o número de unidades TEU movimentados no porto da Praia da Vitória excede o somatório das unidades movimentadas nos restantes portos. Tal decorre da maior capacidade produtiva da ilha Terceira relativamente às restantes, excetuando o caso da ilha de São Miguel.

Figura 17: TEUs cheios carregados por mês em 2016



Acresce ainda, no que respeita a contentores carregados, que o predomínio do porto de Ponta Delgada resulta das operações designadas de *transshipment*. Tais operações decorrem da logística associada ao transporte marítimo inter-ilhas, que obriga a que em determinadas situações os contentores tenham de ser movimentados neste porto, bem como, com um carácter pontual, no porto da Praia da Vitória.

Tabela 18: Movimento de TEUs cheios carregados e descarregados

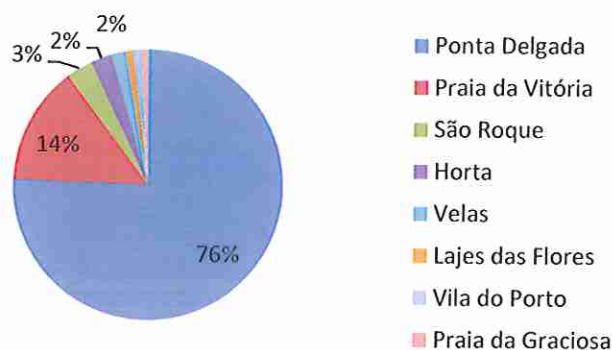
Unidade: TEU

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	32.178	35.865	68.043	29.049	32.857	61.906	10,77%	9,15%	9,91%
Praia da Vitória	Terceira	6.040	14.076	20.116	6.138	13.361	19.499	-1,60%	5,35%	3,16%
São Roque	Pico	1.339	3.902	5.241	1.238	3.372	4.610	8,16%	15,72%	13,69%
Horta	Faial	1.068	3.733	4.801	1.001	3.309	4.310	6,69%	12,81%	11,39%
Velas	São Jorge	765	2.883	3.648	684	2.428	3.112	11,84%	18,74%	17,22%
Lajes	Flores	363	1.374	1.737	388	1.207	1.595	-6,44%	13,84%	8,90%
Vila do Porto	Santa Maria	416	1.167	1.583	386	939	1.325	7,77%	24,28%	19,47%
Praia	Graciosa	382	766	1.148	425	753	1.178	-10,12%	1,73%	-2,55%
Total		42.551	63.766	106.317	39.309	58.226	97.535	8,25%	9,51%	9,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tais movimentos significam que as mercadorias utilizam sobretudo o porto de Ponta Delgada na movimentação entre o porto de origem e destino final, recorrendo a pelo menos dois navios. Por essa via, no porto de *transshipment* ocorrem dois movimentos: um de desembarque, a partir do navio que opera desde o porto de origem da mercadoria; e outro de embarque, para o navio que opera para o porto de destino final da mercadoria.

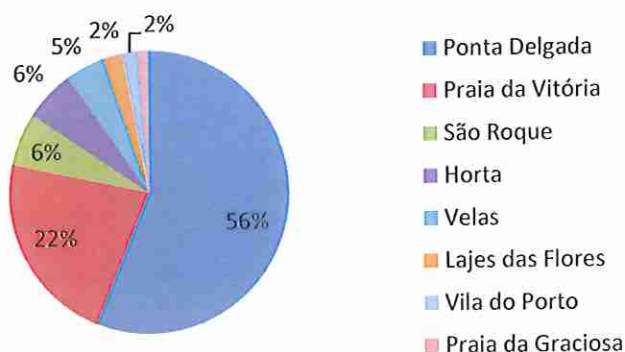
Figura 18: Movimento de TEUs carregados em 2016



É neste âmbito e sob o efeito destas operações de *transshipment* que se constata um maior predomínio do porto de Ponta Delgada no contexto regional e no que respeita a contentores carregados, face ao volume dos contentores descarregados. Segundo dados relativos a 2016 para o porto de Ponta Delgada, foram contabilizadas 6.457 unidades TEU em operações de *transshipment*. Quanto ao porto da Praia da Vitória, movimentaram-se no mesmo período 272 TEUs nesse regime.



Figura 19: Movimento de TEUs descarregados em 2016



A divisão pelos tipos de unidades predominantes, ou seja, 20 ou 40 pés, permite ainda outro tipo de análise. Neste caso, continua a assistir-se a uma diminuição do peso relativo dos contentores de 20 pés, processo que vem ocorrendo de forma continuada ao longo do tempo. De qualquer forma, este tipo de fenómeno não é transversal a todos os portos, ocorrendo com maior prevalência no porto de Ponta Delgada, com impacto direto no total do conjunto dos portos atendendo ao peso relativo daquele porto.

Tabela 19: Movimento de contentores cheios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2016			2015			Var. %		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	18.417	24.813	68.043	17.268	22.319	61.906	6,65%	11,17%	9,91%
Praia da Vitória	Terceira	7.244	6.436	20.116	7.405	6.047	19.499	-2,17%	6,43%	3,16%
São Roque	Pico	2.079	1.581	5.241	1.906	1.352	4.610	9,08%	16,94%	13,69%
Horta	Faial	1.885	1.458	4.801	1.832	1.239	4.310	2,89%	17,68%	11,39%
Velas	São Jorge	1.798	925	3.648	1.542	785	3.112	16,60%	17,83%	17,22%
Lajes	Flores	1.181	278	1.737	1.061	267	1.595	11,31%	4,12%	8,90%
Vila do Porto	Santa Maria	897	343	1.583	759	283	1.325	18,18%	21,20%	19,47%
Praia	Graciosa	562	293	1.148	562	308	1.178	0,00%	-4,87%	-2,55%
Total		34.063	36.127	106.317	32.335	32.600	97.535	5,34%	10,82%	9,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que diz respeito ao movimento de contentores vazios, operação inevitável no âmbito do desequilíbrio existente em todos os portos em favor de processos de descarga, os dados constam das duas tabelas seguintes.

Tabela 20: Movimento de TEUs vazios carregados e descarregados

Unidade: TEU

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total	Carga	Descarga	Total
Ponta Delgada	São Miguel	10.433	6.539	16.972	10.152	6.714	16.866	2,77%	-2,61%	0,63%
Praia da Vitória	Terceira	9.100	3.956	13.056	8.005	1.104	9.109	13,68%	258,33%	43,33%
São Roque	Pico	3.107	510	3.617	2.666	494	3.160	16,54%	3,24%	14,46%
Horta	Faial	3.023	419	3.442	2.694	428	3.122	12,21%	-2,10%	10,25%
Velas	São Jorge	2.465	431	2.896	2.155	442	2.597	14,39%	-2,49%	11,51%
Vila do Porto	Santa Maria	932	426	1.358	740	396	1.136	25,95%	7,58%	19,54%
Lajes	Flores	1.096	194	1.290	921	161	1.082	19,00%	20,50%	19,22%
Praia	Graciosa	608	311	919	496	189	685	22,58%	64,55%	34,16%
Total		30.764	12.786	43.550	27.829	9.928	37.757	10,55%	28,79%	15,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A divisão dos movimentos de contentores vazios entre carga e descarga permite perceber o processo decorrente do desequilíbrio das trocas na generalidade dos portos dos Açores. De facto, atendendo ao maior volume de mercadorias descarregadas, há uma consequência natural em termos da gestão do *stock* de contentores dos vários operadores de transporte marítimo.

Tabela 21: Movimento de contentores vazios de 20' e 40'

Portos	Ilhas	2016			2015			Var.%		
		20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs	20'	40'	TEUs
Ponta Delgada	São Miguel	7.522	4.725	16.972	7.318	4.774	16.866	2,79%	-1,03%	0,63%
Praia da Vitória	Terceira	4.928	4.064	13.056	3.049	3.030	9.109	61,63%	34,13%	43,33%
São Roque	Pico	1.513	1.052	3.617	1.422	869	3.160	6,40%	21,06%	14,46%
Horta	Faial	1.412	1.015	3.442	1.338	892	3.122	5,53%	13,79%	10,25%
Velas	São Jorge	1.380	758	2.896	1.255	671	2.597	9,96%	12,97%	11,51%
Vila do Porto	Santa Maria	744	307	1.358	632	252	1.136	17,72%	21,83%	19,54%
Lajes	Flores	690	300	1.290	638	222	1.082	8,15%	35,14%	19,22%
Praia	Graciosa	335	292	919	273	206	685	22,71%	41,75%	34,16%
Total		18.524	12.513	43.550	15.925	10.916	37.757	16,32%	14,63%	15,34%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.2.3. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros nos portos dos Açores envolve dois tipos distintos de operações: o movimento de passageiros em navios de cruzeiros e o movimento de passageiros em operações interilhas, integralmente a cargo da Atlânticoline, após o processo de fusão desta com a Transmaçor.

No capítulo referente às Participações financeiras, no presente relatório, consta um destaque muito particular aos principais factos ocorridos naqueela empresa no exercício de 2016, em virtude da participação de 83,97 por cento por parte da Portos dos Açores no capital da Atlânticoline.

As ligações interilhas efetuadas pela Atlânticoline compreendem:

- As ligações no Grupo Central do arquipélago, designadamente entre as ilhas do Faial (porto da Horta), Pico (portos de Madalena e São Roque), São Jorge (portos de Velas e Calheta) e



Terceira (porto de Angra do Heroísmo), sendo que as ligações entre os portos da Horta, Madalena, São Roque e Velas são realizadas durante a totalidade do ano. Estas ligações são efetuadas sobretudo pelos navios “Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”, com capacidade para transporte de passageiros e viaturas;

- ☒ As ligações no Grupo Ocidental do arquipélago, entre as ilhas de Flores e Corvo, durante a totalidade do ano, através da lancha “Ariel”;
- ☒ As ligações entre os meses de maio e setembro entre todas as ilhas, com exclusão do Corvo, em 2016 através dos navios ferry “Express Santorini” e “Hellenic Wind”.

Tabela 22: Movimento total de passageiros

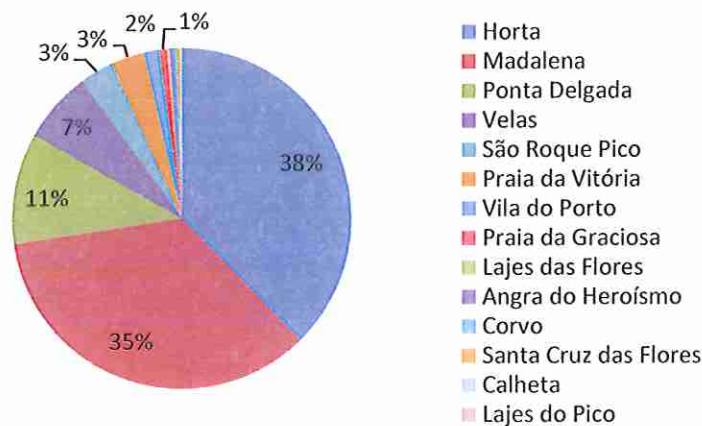
Portos	Ilha	2016	2015	Var.%
Horta	Faial	465.287	434.454	7,10%
Madalena	Pico	432.553	403.182	7,28%
Ponta Delgada	São Miguel	130.142	138.359	-5,94%
Velas*	São Jorge	84.034	73.766	13,92%
São Roque	Pico	40.306	30.241	33,28%
Praia da Vitória	Terceira	38.598	44.606	-13,47%
Vila do Porto	Santa Maria	18.188	18.099	0,49%
Praia	Graciosa	8.999	9.294	-3,17%
Angra do Heroísmo	Terceira	5.023	4.619	8,75%
Corvo	Corvo	4.092	3.401	20,32%
Santa Cruz	Flores	3.922	3.135	25,10%
Lajes	Flores	2.392	1.921	24,52%
Calheta	São Jorge	1.990	1.895	5,01%
Lajes	Pico	314	251	25,10%
Total		1.235.840	1.167.223	5,88%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

* Inclui movimento em 2015 no portinho dos Rosais

O principal porto do arquipélago em termos de movimento de passageiros é o porto da Horta, dotado a partir de 2012 de um Terminal Marítimo dedicado exclusivamente a este tipo de operações. Em 2016 registou o volume mais elevado de sempre de passageiros, ultrapassando de novo o máximo atingido em 2015, desta vez com um total de passageiros superior a 465 mil passageiros.

Figura 20: Movimento total de passageiros em 2016





Segue-se o porto da Madalena, dotado também de uma moderna infraestrutura portuária específica para este segmento, e que atingiu também o maior volume de passageiros de sempre, com mais de 432 milhares de passageiros.

O conjunto destes dois portos corresponde a uma percentagem muito significativa do total de passageiros movimentados nos portos dos Açores, tendo atingido em 2016 um peso relativo de 72,65 por cento (71,76 por cento em 2015). Para além disto, ambos os portos ultrapassaram nos dois últimos anos, ou seja, em 2015 e 2016, a barreira dos 400 mil passageiros.

Relativamente às variações registadas em 2016, será de referir o acréscimo observado nos portos de São Roque do Pico (+33,28 por cento do que em 2015), Velas (+13,92 por cento), Madalena (+7,28 por cento) e Horta (+7,1 por cento). Em alguns outros portos ocorreram também variações bastante elevadas, mas com valores absolutos relativamente reduzidos, como é o caso dos portos de Santa Cruz das Flores, Lajes do Pico, Lajes das Flores ou Corvo.

Tabela 23: Movimento de passageiros por tipo de atividade

	2016	2015	2014	Var. %
Operações inter-ilhas	1.109.934	1.025.376	968.116	8,25%
Operações em cruzeiros	125.906	141.847	95.765	-11,24%
Total	1.235.840	1.167.223	1.063.881	5,88%

Fonte: Portos dos Açores/Direção Regional Transportes

No detalhe da movimentação de passageiros por tipo de operação constata-se que o crescimento observado em 2016 alicerçou-se nas operações inter-ilhas, que suplantou, em termos de volume, o decréscimo ao nível dos passageiros dos navios de cruzeiro.

Detalham-se a seguir alguns dos principais aspetos referentes a cada um dos segmentos de transporte acima referidos.

4.2.3.1. Passageiros em navios de cruzeiro

As escalas de navios de cruzeiro registaram em 2016 um decréscimo de 11,68 por cento, para 121 escalas, em oposição às 137 escalas ocorridas no ano de 2015. O volume de passageiros associado a este número de escalas registou também um decréscimo similar (-11,24 por cento), de quase 142 milhares de passageiros em 2015 para cerca de 126 mil em 2016. Adicionalmente, ocorreu uma quebra no número de tripulantes de navios de cruzeiro, de 67 mil em 2015 para 58 mil tripulantes em 2016.

Entretanto, deverá ser mencionado que esta evolução recente revela-se bastante mais razoável quando apreciada num contexto temporal mais alargado. Assim, se excluir da análise os dados referentes a 2015, ano em que se observou um crescimento verdadeiramente assinalável, os valores de 2016 quando comparados com os valores históricos de 2014 ou mesmo 2013, apresentam um carácter bastante mais positivo, com um crescimento do número de escalas de 34,4 por cento de 2014 a 2016 e 31,47 por cento no que diz respeito a passageiros de navios de cruzeiro.



Tabela 24: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

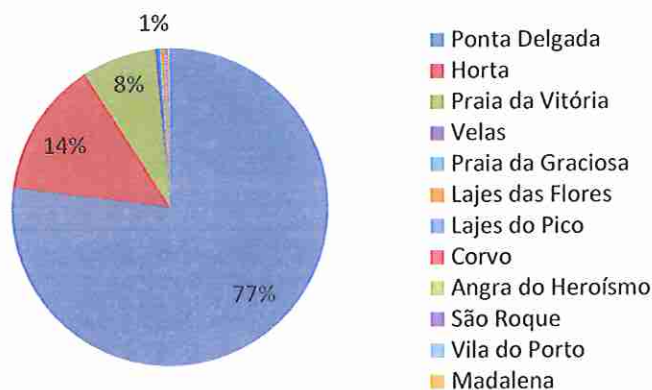
Portos	Ilha	2016	2015	Var.%
Ponta Delgada	São Miguel	97.044	104.255	-6,92%
Horta	Faial	17.489	19.754	-11,47%
Praia da Vitória	Terceira	9.427	14.692	-35,84%
Velas*	São Jorge	403	433	-6,93%
Praia	Graciosa	402	348	15,52%
Lajes	Flores	402	348	15,52%
Lajes	Pico	314	251	25,10%
Corvo	Corvo	170	266	-36,09%
Angra do Heroísmo	Terceira	167	582	-71,31%
São Roque	Pico	88	95	-7,37%
Vila do Porto	Santa Maria	0	764	-100,00%
Madalena	Pico	0	59	-100,00%
Total		125.906	141.847	-11,24%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

* Inclui movimento em 2015 no portinho dos Rosais

Tal como nos anos anteriores, os portos com maior volume de passageiros coincidem com os portos com melhores infraestruturas dedicadas ou maior comprimento de cais. Assim, observa-se que o conjunto dos portos de Ponta Delgada, Horta de Praia da Vitória representa a quase totalidade (98 por cento) do volume de passageiros em navios de cruzeiro. Nenhum dos restantes portos atinge os 500 passageiros em navios de cruzeiro.

Figura 21: Movimento de passageiros em navios de cruzeiro em 2016



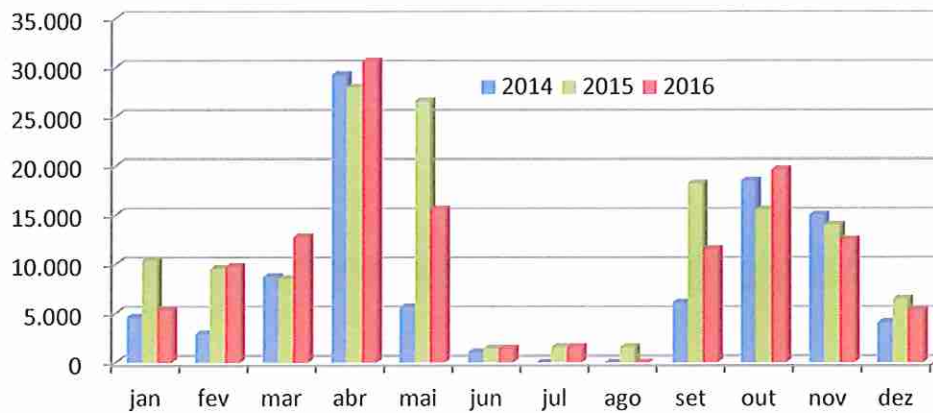
Também em termos de sazonalidade das operações de navios de cruzeiros há a registar um padrão perfeitamente definido, com escalas predominantes em alguns meses do ano, conforme se poderá notar na figura que se segue.

Neste segmento de escalas de navios de cruzeiros será ainda de destacar a ocorrência de diversos tipos de operações:

- ☞ Escalas de reposicionamento, transatlânticas ou ainda cruzeiros mundiais (“world cruises”);
- ☞ Ligações entre Inglaterra e Caraíbas;
- ☞ Circuito das ilhas atlânticas;
- ☞ Circuito “Açores”.

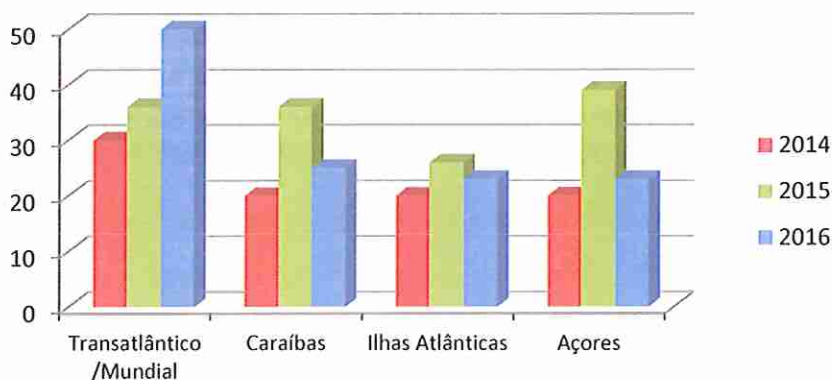
[Handwritten signatures]

Figura 22: Passageiros em navios de cruzeiro por meses no último triénio



No primeiro caso, trata-se de escalas integradas em ligações entre os continentes europeu e americano ou em viagens que envolvem vários continentes ou mesmo todos, no caso de “world cruises”. No segundo caso, temos escalas associadas a cruzeiros com início nas ilhas britânicas, com destino às Caraíbas. No que diz respeito aos circuitos das ilhas atlânticas, as escalas nos portos açorianos fazem parte de circuitos com origem e destino em portos ingleses (normalmente Southampton ou Dover) ou nas Canárias (Las Palmas) e, habitualmente, com escala também no porto do Funchal. Finalmente, no caso dos circuitos “Açores”, temos um conjunto de escalas em diversos portos do arquipélago, associadas a cruzeiros de âmbito temático ou de expedição e em que os Açores são o itinerário praticado.

Figura 23: Escalas de cruzeiros por tipo de operação



Observa-se na figura acima o impacto que os cruzeiros transatlânticos tiveram no total do ano de 2016, sendo o único tipo de cruzeiro que viu aumentar o respetivo peso relativo. Em oposição, o ano de 2015 caracterizara-se por um aumento genérico em todos os tipos de itinerário, tendo sido um ano verdadeiramente excecional neste segmento da atividade portuária. A tabela a seguir apresenta conjuntamente elementos relativos ao número de escalas e de passageiros de navios de cruzeiro por tipo de itinerário, notando-se que as variações em ambas as situações são, para além de coincidentes, ou seja, no mesmo sentido, relativamente aproximadas. Essa proximidade é

particularmente visível nas variações para o total de escalas e para o total de passageiros em navios de cruzeiro.

Tabela 25: Escalas e passageiros por tipo de itinerário de navios de cruzeiro

Tipos de itinerário	2016		2015		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Cruzeiro mundial	1	1.856	5	5.853	-80,00%	-68,29%
Transatlântico	49	59.249	31	50.070	58,06%	18,33%
Açores	23	3.151	39	5.841	-41,03%	-46,05%
Caraíbas	25	39.382	36	52.294	-30,56%	-24,69%
Ilhas atlânticas	23	22.268	26	27.789	-11,54%	-19,87%
Total	121	125.906	137	141.847	-11,68%	-11,24%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Quanto às categorias dos navios de cruzeiro, predominam os navios do segmento “Standard”, neste ano de 2016 com um peso de 62 por cento no que concerne a escalas de navios e de praticamente 75 por cento em termos de volume de passageiros.

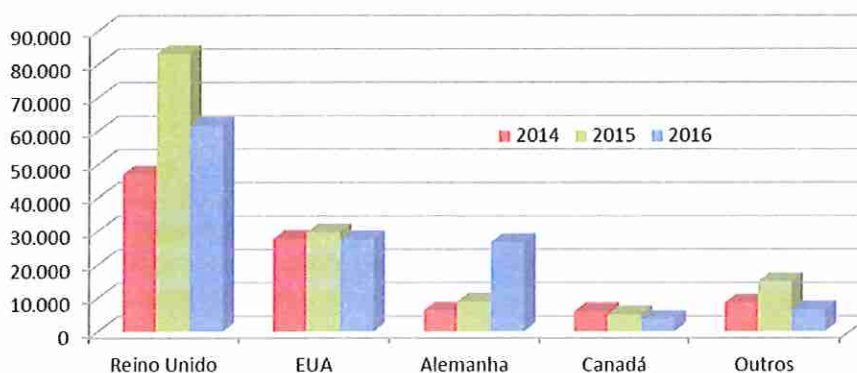
Tabela 26: Escalas e passageiros por categoria de navios de cruzeiro

Tipo de navios	2016		2015		Var.%	
	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros	Escalas	Passageiros
Standard	75	93.744	85	118.848	-11,76%	-21,12%
Expedição	0	0	28	3.960	-100,00%	-100,00%
Premium	41	28.234	18	12.725	127,78%	121,88%
Luxo	5	3.928	6	6.314	-16,67%	-37,79%
Total	121	125.906	137	141.847	-11,68%	-11,24%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A nacionalidade dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro mais relevante continua a ser a britânica, que representa 48,98 por cento do total de passageiros de 2016. Contudo, neste ano destaca-se de uma forma muito notória o crescimento do número de passageiros de nacionalidade alemã (+198 por cento, de 8.952 passageiros em 2015 para 26.706 passageiros em 2016), conforme patente na figura abaixo. De referir que já em 2015 se havia registado uma variação positiva muito razoável dos passageiros de nacionalidade alemã, equivalente a 41,4 por cento.

Figura 24: Principais nacionalidades dos passageiros em escalas de navios de cruzeiro



Estas variações positivas nos passageiros alemães decorrem das operações do armador alemão AIDA Cruises, com início em 2015 e que em 2016 tiveram continuidade.



Tabela 27: Número de tripulantes de navios de cruzeiro

Portos	Ilhas	2016	2015	Var. %
Ponta Delgada	São Miguel	43.343	48.322	-10,30%
Horta	Faial	9.296	9.481	-1,95%
Praia da Vitória	Terceira	4.259	7.261	-41,34%
Velas	São Jorge	276	299	-7,69%
Praia	Graciosa	276	241	14,52%
Lajes	Flores	276	241	14,52%
Lajes	Pico	220	186	18,28%
Angra do Heroísmo	Terceira	120	430	-72,09%
Corvo	Corvo	120	177	-32,20%
São Roque	Pico	56	55	1,82%
Vila do Porto	Santa Maria	0	507	-100,00%
Madalena	Pico	0	63	-100,00%
Total		58.242	67.263	-13,41%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência ao volume de tripulantes de navios de cruzeiro, elemento relevante pelo impacto económico que a sua presença também representa nos portos de escala, não obstante a reduzida relevância atribuída na generalidade das publicações da especialidade. Também neste caso observa-se uma diminuição face a 2015, diminuição essa natural em função da quebra que se observou no número de escalas de navios de cruzeiro.

4.2.3.2. Passageiros em operações interilhas

Tabela 28: Movimento de passageiros interilhas

Portos	Ilhas	2016	2015	Var. %
Horta	Faial	447.798	414.700	7,98%
Madalena	Pico	432.553	403.123	7,30%
Velas	São Jorge	83.631	73.333	14,04%
São Roque	Pico	40.218	30.146	33,41%
Ponta Delgada	São Miguel	33.098	34.104	-2,95%
Praia da Vitória	Terceira	29.171	29.914	-2,48%
Vila do Porto	Santa Maria	18.188	17.335	4,92%
Praia	Graciosa	8.597	8.946	-3,90%
Angra do Heroísmo	Terceira	4.856	4.037	20,29%
Corvo	Corvo	3.922	3.135	25,10%
Santa Cruz	Flores	3.922	3.135	25,10%
Calheta	São Jorge	1.990	1.895	5,01%
Lajes	Flores	1.990	1.573	26,51%
Total		1.109.934	1.025.376	8,25%

Fonte: Direção Regional de Transportes

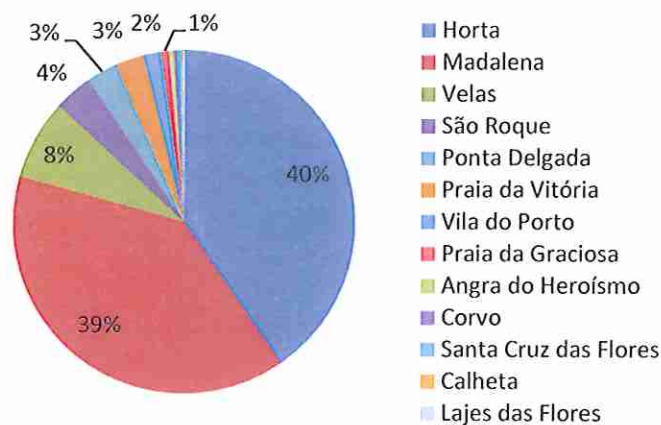


O movimento de passageiros em deslocações marítimas interilhas ultrapassou, em 2016, pela primeira vez 1,1 milhão de passageiros, sendo o segundo ano consecutivo em que há registos superiores a um milhão de passageiros.

O crescimento do número de passageiros inter-ilhas foi relativamente transversal a todos os portos, ocorrendo apenas em alguns portos diminuições praticamente marginais, como foi o caso dos portos da Praia da Graciosa (-3,9 por cento), Ponta Delgada (-2,95 por cento) e Praia da Vitória (-2.48 por cento).

De salientar as variações mais expressivas ocorridas nos portos de São Roque do Pico (+33,41 por cento), Lajes das Flores (+26,51 por cento), Corvo e Santa Cruz das Flores (25,1 por cento em cada) e ainda Angra do Heroísmo (+20,29 por cento). Neste contexto perdeu relevância a variação obtida pelo porto das Velas (+14,04 por cento), que consolida a sua posição como o terceiro maior porto no tráfego inter-ilhas, constituindo-se como um vértice relevante nas operações no Grupo Central do arquipélago.

Figura 25: Movimento de passageiros interilhas em 2016



Os portos da Horta e da Madalena do Pico continuam a ser os portos mais importantes no segmento de passageiros, com um peso conjunto de 80 por cento no que diz respeito ao volume de passageiros inter-ilhas, alicerçada na denominada “Linha Azul”, com um fluxo anual a 400 mil passageiros. A operação no Grupo Central compreende os seguintes percursos:

- ⌘ Linha Azul, compreendendo a ligação entre os portos da Horta e Madalena;
- ⌘ Linha Verde, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque e Velas;
- ⌘ Linha Lilás, compreendendo as ligações entre os portos da Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo. Trata-se de uma linha em operação apenas nos meses de junho a setembro.

As restantes operações de movimentação de passageiros inter-ilhas compreendem as ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a cargo da lancha “Ariel” (Linha Rosa) e as ligações através dos navios *ferry* com ligações entre os três grupos de ilhas do arquipélago dos Açores (Linha Amarela). No primeiro caso, ou seja, nas ligações entre as ilhas de Flores e Corvo, a operação decorre ao longo de todo o ano, enquanto no segundo caso trata-se de uma operação sazonal entre os meses de abril ou maio e setembro, ao abrigo do contrato de gestão de serviço de interesse económico geral, celebrado com o

Governo Regional dos Açores e com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico.



4.2.4. Extração de inertes

A descarga de inertes extraídos no leito marinho é uma atividade alvo de licenciamento prévio, sendo regulamentada através do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 9/2010/A, de 8 de março. Para além disto, a determinação das zonas onde é autorizada a extração comercial de areia é estabelecida mediante resolução do Conselho do Governo Regional dos Açores, na qual são definidas anualmente as quantidades máximas passíveis de extração.

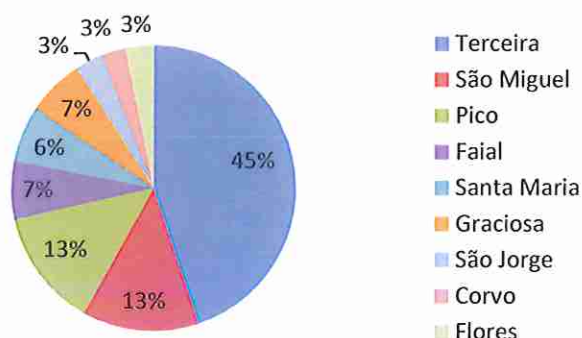
Tabela 29: Descarga de inertes provenientes do mar

Ilhas	Unidade: tons.		
	2016	2015	Var. %
Terceira	26.688	23.552	13,32%
São Miguel	7.892	13.479	-41,45%
Pico	7.992	8.348	-4,26%
Faial	3.916	6.483	-39,60%
Santa Maria	3.789	3.780	0,24%
Graciosa	3.876	3.286	17,95%
São Jorge	1.836	864	112,50%
Corvo	1.620	822	97,08%
Flores	1.944	648	200,00%
Total	59.553	61.262	-2,79%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O volume de inertes descarregados nos portos do arquipélago dos Açores em 2016 atingiu as 59.533 toneladas (61 mil toneladas em 2015 e 46,5 mil toneladas em 2014). Tal representou um decréscimo de 2,79 por cento face ao volume registado em 2015.

Figura 26: Descarga de inertes provenientes do mar em 2016



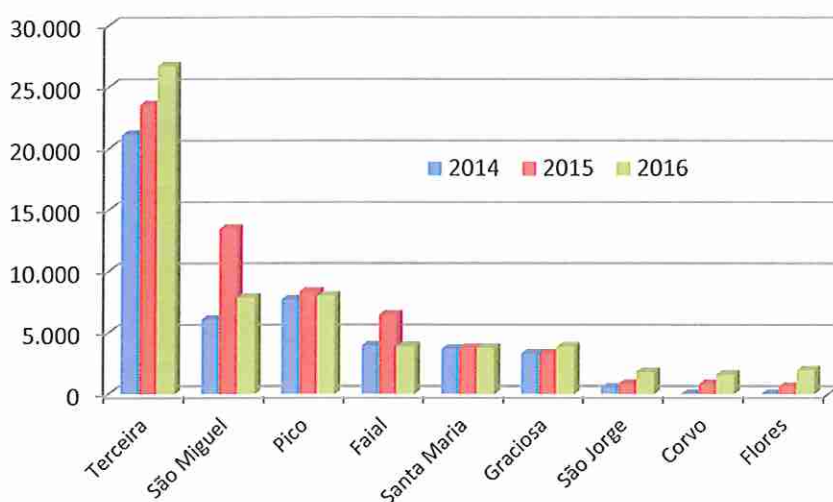
Ocorreram comportamentos muito díspares nas diversas ilhas. No sentido positivo, destaque para os aumentos expressivos registados nas ilhas das Flores, São Jorge e Corvo, consequência direta das necessidades de matérias prima, nomeadamente para as renovações portuárias em curso nas ilhas

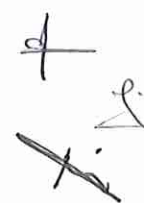


de São Jorge e Corvo. Quanto a decréscimos, referência à quebra muito assinalável de 41,45 cento no caso da ilha de São Miguel, bem como ainda a observada na ilha do Faial, neste caso com uma quebra de 39,6 por cento.

De entre os movimentos descarregados nas diferentes ilhas, destaque para a ilha Terceira, que representou, em 2016, 44,81 por cento do total do arquipélago (38,44 por cento em 2015), seguido da ilha do Pico, com um peso relativo de 13,42 por cento em 2016 (13,63 por cento em 2015). A ilha de São Miguel, com um peso relativo de 13,25 por cento em 2016 e de 22 por cento em 2015, foi a que, de entre as várias ilhas, registou a maior quebra de importância relativa, ou seja, menos cerca de nove pontos percentuais no seu peso relativo.

Figura 27: Descarga de inertes no último triénio





4.3. Atividade não portuária

Esta atividade inclui a gestão de infraestruturas não portuárias sob gestão da Portos dos Açores, nomeadamente náutica de recreio, espaços comerciais (onde se destacam o complexo “Portas do Mar” em Ponta Delgada e o “Porto e Pipas” em Angra do Heroísmo), bem como as piscinas de São Pedro em Ponta Delgada.

No ano de 2016 há a registar como facto relevante os máximos históricos atingidos em alguns núcleos, como é o caso de Angra do Heroísmo, Velas e Lajes do Pico, em todos os casos no que respeita ao número de embarcações não locais e de tripulantes. O impacto potencial desta atividade nas áreas de implantação das infraestruturas náuticas e no desenvolvimento do turismo da Região Autónoma dos Açores são elementos que a Portos dos Açores tem em conta no desenvolvimento desta área de negócio.

Na próxima secção procede-se à apresentação de informação detalhada da atividade de gestão das infraestruturas afetas à náutica de recreio.

4.3.1. Náutica de recreio

4.3.1.1. Embarcações não locais

As infraestruturas afetas à náutica de recreio no arquipélago dos Açores constituem um elemento de apoio essencial à navegação no Atlântico Norte, entre os continentes americano e europeu. No que diz respeito às infraestruturas sob gestão da Portos dos Açores, que correspondem praticamente à totalidade de tais infraestruturas, destaque muito particular para a marina da Horta, que constitui uma referência de topo a nível internacional, com níveis de ocupação durante a época alta amplamente superiores a 100 por cento.

Tabela 30: Movimento de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2016	2015	Var. %
Horta	Faial	1.303	1.252	4,07%
Ponta Delgada	São Miguel	673	758	-11,21%
Angra do Heroísmo	Terceira	569	543	4,79%
Velas	São Jorge	523	468	11,75%
Vila do Porto	Santa Maria	328	333	-1,50%
Lajes	Flores	204	243	-16,05%
Lajes	Pico	110	92	19,57%
Total		3.710	3.689	0,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A Portos dos Açores é responsável pela gestão de sete infraestruturas, que incluem as ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores. No ano de 2016 escalaram as marinas e



núcleos de recreio da Portos dos Açores um total de 3.710 embarcações, o que corresponde a uma taxa de variação positiva embora residual de 0,57 por cento face aos valores de 2015.

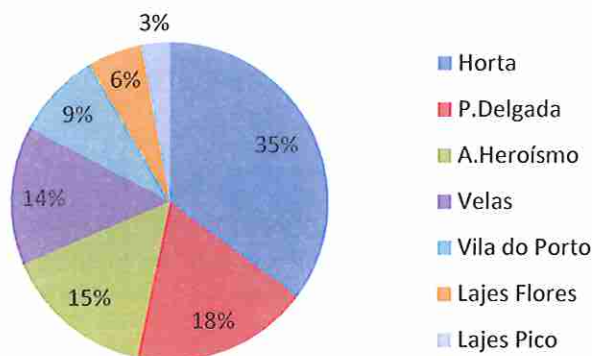
A marina da Horta, conforme já referido, mantém-se como a principal infraestrutura neste segmento, ultrapassando as 1.300 embarcações não locais, o correspondente a 35,12 por cento do total de embarcações não locais, um aumento de 1,18 pontos percentuais face ao peso relativo de 2015.

Segue-se a marina de Ponta Delgada com 673 entradas, um número significativamente inferior às 758 entradas de 2015, ou seja, uma redução de 11,21 por cento. Neste contexto, o peso relativo sofreu um decréscimo de 2,41 pontos percentuais, cifrando-se em 2016 em 18,14 por cento.

A marina de Angra do Heroísmo, com 569 entradas, é a terceira infraestrutura mais importante, tendo registado um acréscimo de 4,79 por cento e um peso relativo de 15,34 por cento.

O conjunto destas infraestruturas de apoio à náutica de recreio representa praticamente 70 por cento das entradas, o que revela a atractividade que os principais núcleos urbanos apresentam para a náutica de recreio, decorrente da maior disponibilidade de produtos para abastecimento das embarcações e suprimento das necessidades dos tripulantes.

Figura 28: Movimento de embarcações de recreio não locais em 2016



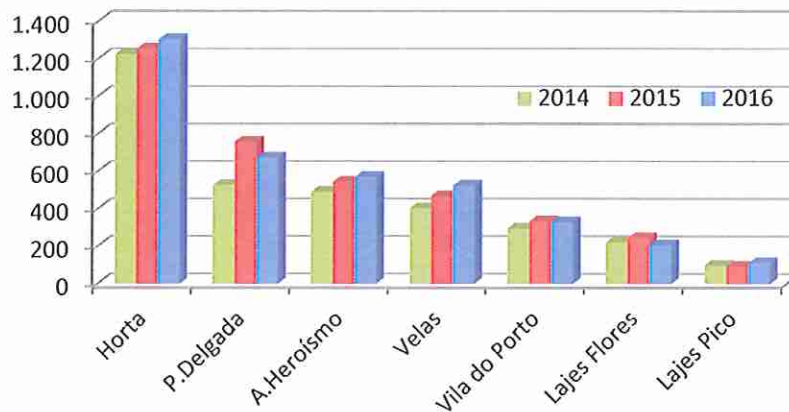
Será também de registar o papel bastante relevante que a infraestrutura localizada nas Velas regista no contexto regional, representando, em 2016, 14,1 por cento do total das escalas, mais 1,41 pontos percentuais do que ano imediatamente anterior. Esta infraestrutura teve em 2016 o maior volume de sempre de escalas, ultrapassando pela primeira vez as 500 escalas. O mesmo aconteceu com outras infraestruturas de recreio náutico, como é o caso de Angra do Heroísmo e Lajes do Pico.

As restantes infraestruturas de apoio ao recreio náutico possuem um peso relativo que não atinge em qualquer dos casos os 10 por cento. Merece particular referência o decréscimo registado no núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, com um registo bem longe das 278 escalas que já obtidas no ano de 2013. Em sentido contrário, o núcleo de recreio náutico de Vila do Porto revela um nível relativamente estacionário de escalas, com um decréscimo em 2016 face a 2015, de apenas 1,5 por cento.



Na figura seguinte é apresentada a evolução do último triénio. Observa-se um crescimento contínuo na Horta, Angra do Heroísmo e Velas e variações relativamente menos consistentes nas restantes infraestruturas. O núcleo de recreio náutico das Lajes do Pico é o menos relevante do arquipélago, conforme atesta o diminuto número de escalas anuais, na ordem da centena. Tal decorre da sua situação geográfica relativamente periférica face à rota normalmente praticada pela navegação de recreio.

Figura 29: Movimento de embarcações de recreio não locais no último triénio



A nacionalidade das embarcações é também um elemento acompanhado pela Portos dos Açores, apresentando-se na tabela seguinte as principais nacionalidades das embarcações visitantes. As embarcações de nacionalidade francesa representam a grande maioria das embarcações, com 966 embarcações, o correspondente a 26,04 por cento das escalas de embarcações não locais. Seguem-se as embarcações nacionais, com 691 unidades entradas, ou seja, 18,63 por cento do total. O Benelux, ou seja, conjunto de países formado pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo (este sem qualquer registo) atingiu as 471 embarcações, o equivalente a 12,7 por cento do total. Por último de referir as embarcações registadas no Reino Unido, com 468 entradas e 12,61 por cento do total de escalas.

Tabela 31: Nacionalidade das embarcações não locais

Nacionalidades	2016	2015	Var. %
França	966	1.053	-8,26%
Portugal	691	587	17,72%
Benelux	471	406	16,01%
Reino Unido	468	473	-1,06%
Alemanha	287	287	0,00%
América Norte	184	225	-18,22%
Países nórdicos	164	107	53,27%
Restantes	479	551	-13,07%
Total	3.710	3.689	0,57%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Outro aspeto a realçar prende-se com o número médio de tripulantes por embarcação. Em 2016 atingiu-se um valor de 4,17 tripulantes por embarcação, sendo o primeiro ano do último quinquénio



em que se ultrapassou os quatro tripulantes por embarcação. Este facto estará relacionado com o aumento da dimensão das embarcações. Na tabela seguinte são apresentados três grupos para as classes das embarcações, constatando-se, em 2016, uma clara preponderância das classes IV a VI (entre 10 e 18 metros), ligeiramente inferior à já observada em 2015, ou seja um decréscimo de 2,05 pontos percentuais. Em oposição, as embarcações das classes mais elevadas, ou seja com comprimento igual ou superior a 18 metros, registaram um acréscimo em praticamente todos as infraestruturas de apoio à náutica de recreio, com um aumento médio de 1,68 pontos percentuais. As marinas da Horta e Ponta Delgada são as que apresentam uma maior percentagem de escalas de embarcações com maiores dimensões, de 17,51 e 11,74 por cento, respetivamente.

As embarcações até à III classe, ou seja inferiores a 10 metros, registaram em 2016 um peso relativo médio de 13,23 por cento, mais 0,37 pontos percentuais do que no ano transacto. O núcleo de recreio náutico das Lajes do Pico, atendendo a algumas limitações em termos de acessibilidade marítima, é o que apresenta uma maior percentagem de escalas de embarcações neste intervalo de classes.

Tabela 32: Classes das embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	Classes das embarcações					
		I a III		IV a VI		> VI	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015
Horta	Faial	8,76%	8,39%	73,73%	75,56%	17,51%	16,05%
Ponta Delgada	São Miguel	9,06%	11,48%	79,20%	81,13%	11,74%	7,39%
Angra do Heroísmo	Terceira	11,95%	12,89%	83,48%	85,08%	4,57%	2,03%
Velas	São Jorge	11,85%	11,97%	85,28%	86,11%	2,87%	1,92%
Vila do Porto	Santa Maria	13,72%	16,22%	82,01%	82,58%	4,27%	1,20%
Lajes das Flores	Flores	13,73%	12,76%	82,35%	81,89%	3,92%	5,35%
Lajes do Pico	Pico	23,53%	16,30%	75,63%	83,70%	0,84%	0,00%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

4.3.1.2. Tripulantes de embarcações não locais

Tabela 33: Movimento de tripulantes de embarcações de recreio não locais

Portos de recreio	Ilhas	2016	2015	Var. %
Horta	Faial	6.655	6.268	6,17%
Ponta Delgada	São Miguel	2.424	2.451	-1,10%
Angra do Heroísmo	Terceira	2.222	1.851	20,04%
Velas	São Jorge	2.076	1.793	15,78%
Vila do Porto	Santa Maria	1.023	910	12,42%
Lajes	Flores	669	851	-21,39%
Lajes	Pico	389	322	20,81%
Total		15.458	14.446	7,01%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita ao número de tripulantes de embarcações de recreio não locais, em 2016 atingiu-se um total de 15.458 tripulantes, mais 7,01 por cento do que no ano imediatamente anterior. Tratou-

se do maior número de tripulantes alguma vez registado, a que se soma o acréscimo registado em 2015 e que se cifrara nos 20,43 por cento.

A marina da Horta, com mais de 6.600 tripulantes, apresenta-se como a infraestrutura com o maior número de visitantes, registando um acréscimo absoluto de 387 tripulantes em 2016, inferior ao observado em 2015, em que o acréscimo se situara nos 942 tripulantes.

Algumas das infraestruturas viram aumentar muito significativamente o número de tripulantes, como é o caso da marina de Angra do Heroísmo (+20,04 por cento) e dos núcleos de recreio de Velas (+15,78 por cento), Vila do Porto (+12,42 por cento) e Lajes do Pico (+20,81 por cento).

As quebras ocorreram apenas em duas das infraestruturas, com destaque para o caso das Lajes das Flores, em que se, a par da quebra no número de embarcações correspondente a 16,05 por cento, também se verificou um decréscimo, neste caso de 21,39 por cento. Quanto à marina de Ponta Delgada, a quebra de 11,21 por cento no número de embarcações não teve um efeito direto na diminuição do número de tripulantes, uma vez que se observou apenas um decréscimo residual de 1,1 por cento no número de tripulantes.





5. Recursos humanos

5.1. Enquadramento

O ano de 2016, tal como já sucedera no ano anterior, fica marcado por uma notória estabilização das relações de âmbito laboral. Ultrapassada está pois a conflitualidade laboral observada no passado, nomeadamente as situações de avisos de greve e outras formas de luta ocorridas sobretudo no último trimestre de 2014, por parte do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias – SNTAP, na sequência das restrições impostas por sucessivas Leis de Orçamento de Estado no que respeita à proibição das valorizações remuneratórias e progressões nas carreiras.

De facto, a partir de 1 de julho de 2016 deixaram de se aplicar aos trabalhadores da Portos dos Açores as restrições impostas pela Lei de Orçamento de Estado para 2016 (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março) que se expressavam ao nível da redução parcial das remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores das empresas públicas, na sequência do despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional do Turismo e Transportes de 23 de agosto de 2016. No referido despacho é autorizada a prática de atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nos termos e nas condições do despacho conjunto da Ministração do Mar e do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016.

Para além disto, o ano de 2016 ficou marcado pela aprovação em 21 de outubro do Sistema de Avaliação de Desempenho, visando a avaliação do desempenho dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa Portos dos Açores. O referido Sistema foi produzido com base no disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de maio e considerando as competências desta administração portuária consagradas no artigo 12.º, alíneas p) e q) do Anexo III ao Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de junho. Para além disto, o Sistema tem em conta o disposto no artigo 79.º da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

Por último, será de mencionar a implementação em 2016 de uma plataforma eletrónica denominada 'GEPA', desenvolvida internamente e destinada à gestão das escalas de pessoal da empresa.

5.2. Estrutura do efetivo

O exercício de 2016 apresenta algumas alterações no que se refere à estrutura do efetivo, com a entrada de 11 novos trabalhadores e uma trabalhadora contratados, bem como a saída de oito trabalhadores e de duas trabalhadoras. No que respeita às saídas, corresponderam a saídas por demissão, resolução do contrato por se verificar o seu termo, por reforma e por despedimento por justa causa.



Associado sobretudo a atividades sazonais desenvolvidas pela empresa, nomeadamente na exploração de piscinas de São Pedro, em Ponta Delgada, será também de referir o recurso ao trabalho temporário. Em 2016 recorreu-se a cinco novos trabalhadores e três trabalhadoras temporárias, sendo seis para as piscinas em apreço, um para a área de operações portuárias no Porto de São Roque do Pico e um para os serviços marítimos no Porto da Praia da Vitória.

Quanto às contratações registadas em 2016, foram na sua totalidade para as áreas operacionais.

Como consequência deste conjunto de processos de entrada e saída de pessoal, observa-se um aumento do efetivo médio de 3,35 por cento, em 2016, com 232 trabalhadores e 39 trabalhadoras ao serviço no final do ano de 2016.

Tabela 34: Efetivo médio em 31 de dezembro

Efetivo médio	2016	2015	Var.%
Masculino	232	225	4,22%
Feminino	39	40	-1,50%
Total	272	265	3,35%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A estrutura dos Recursos humanos em funções é composta por vários tipos de vínculo, sendo particularmente relevante o volume de pessoal efetivo, com um aumento de 1,65 por cento e um peso relativo de 90,15 por cento (89,67 por cento em 2015) face ao efetivo total, num total de 247 trabalhadores (210 homens e 37 mulheres). Constatam-se, portanto, e não obstante as alterações na estrutura do efetivo reportadas acima, uma estabilidade considerável ao nível da estrutura de Recursos humanos da empresa.

O pessoal contratado registou um aumento relativamente mais acentuado e correspondente a quase cinco por cento, em resultado do número de admissões a que houve necessidade de recorrer.

Tabela 35: Tipo de vínculo do efetivo em 31 de dezembro

Vínculo do pessoal	2016			2015			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pessoal efetivo	210	37	247	207	36	243	1,45%	2,78%	1,65%
Pessoal requisitado	5	0	5	7	0	7	-28,57%	-%	-28,57%
Pessoal contratado	20	2	22	17	4	21	17,65%	-50,00%	4,76%
Total	235	39	274	231	40	271	1,73%	-2,50%	1,11%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente à divisão dos Recursos humanos por género e áreas de atividade, constata-se uma assinalável preponderância de pessoal do sexo masculino, afeto sobretudo a áreas operacionais, que representa, no final de 2016, 71,17 por cento do efetivo.

Tabela 36: Recursos humanos por Direção-Geral e áreas de suporte em 2016

Descrição	DGPSM	DGPTO	DGPTG	Áreas de Suporte	Total
Masculino	88	57	50	40	235
Feminino	3	5	2	29	39
	91	62	52	69	274

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Já nas áreas de suporte, há a registar um maior equilíbrio relativo entre géneros, sendo que 42 por cento é do sexo feminino. Ou seja, o efetivo feminino está muito concentrado (74,36 por cento) nas áreas de suporte, apresentando uma percentagem residual nas áreas operacionais.

Tabela 37: Distribuição dos Recursos Humanos por regimes de trabalho

Horário praticado	2016			2015			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Horário normal fixo	43	24	67	41	25	66	4,88%	-4,00%	1,52%
Isenção de horário de trabalho	192	15	207	190	15	205	1,05%	0,00%	0,98%
Total	235	39	274	231	40	271	1,73%	-2,50%	1,11%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente ao regime de trabalho praticado pelo efetivo, existem apenas dois tipos de horários a considerar: o horário normal e a isenção de horário de trabalho, este último aplicável, sobretudo, nas áreas operacionais e em cargos de chefia. O peso relativo do efetivo afeto ao regime de isenção de horário é muito assinalável, mantendo-se, nos últimos anos, estabilizado à volta de 75 por cento do total.

5.3. Níveis etários, de antiguidade e de habilitação

A 31 de dezembro de 2016 a distribuição por escalões etários do efetivo é a que consta da tabela abaixo. Face ao ano de 2015 observam-se algumas variações, com destaque para o aumento do escalão de maior idade, ou seja, 60 ou mais anos, seguindo-se o acréscimo do pessoal no escalão etário entre os 50 e 54 anos, neste último caso por troca direta com a quebra registada no escalão etário entre os 45 e 49 anos.

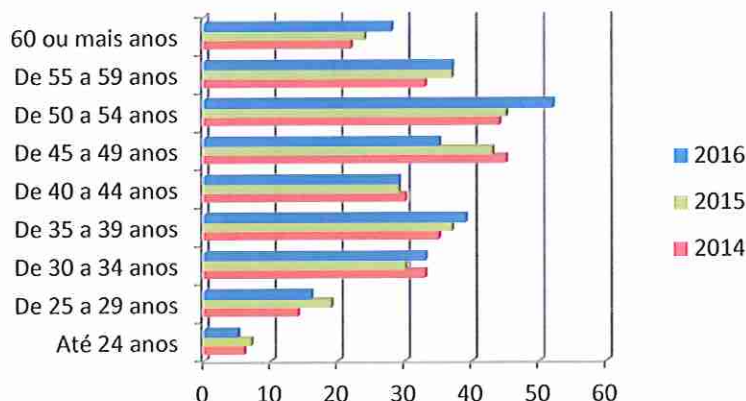
Tabela 38: Escalões etários do efetivo em 31 de dezembro

Escalões etários	2016			2015			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 24 anos	4	1	5	5	2	7	-20,00%	-50,00%	-28,57%
De 25 a 29 anos	11	5	16	14	5	19	-21,43%	0,00%	-15,79%
De 30 a 34 anos	31	2	33	28	2	30	10,71%	0,00%	10,00%
De 35 a 39 anos	35	4	39	32	5	37	9,38%	-20,00%	5,41%
De 40 a 44 anos	23	6	29	22	7	29	4,55%	-14,29%	0,00%
De 45 a 49 anos	28	7	35	39	4	43	-28,21%	75,00%	-18,60%
De 50 a 54 anos	48	4	52	40	5	45	20,00%	-20,00%	15,56%
De 55 a 59 anos	31	6	37	30	7	37	3,33%	-14,29%	0,00%
60 ou mais anos	24	4	28	21	3	24	14,29%	33,33%	16,67%
Total	235	39	274	231	40	271	1,73%	-2,50%	1,11%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No cômputo dos últimos três exercícios, ou seja entre 2014 e 2016, constata-se uma evolução mais acentuada nos escalões de maior idade, ou seja nos escalões a partir dos 50 anos.

Figura 30: Escalões etários do efetivo entre 2014 e 2016



Da análise da situação poder-se-á constatar que, ao longo dos próximos anos, assistir-se-á a um número crescente de aposentações, seja antecipadamente como ainda por limite de idade. O Departamento de Recursos humanos está particularmente atento ao fenómeno em causa e à necessidade de substituição do efetivo, para compensação das saídas que se registarão gradualmente.

Tabela 39: Antiguidade do efetivo em 31 de dezembro

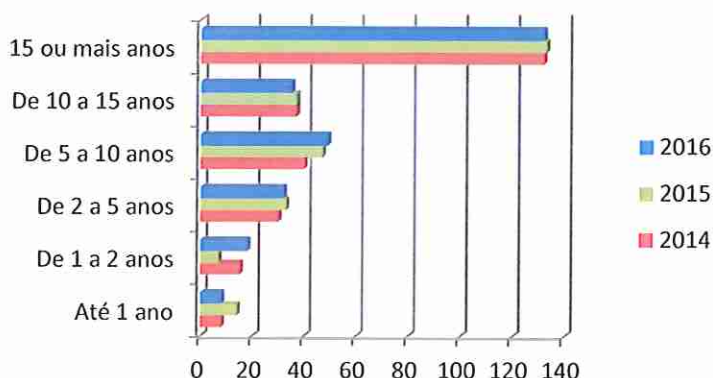
Antiguidade	2016			2015			Var. %		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 1 ano	7	1	8	13	1	14	-46,15%	0,00%	-42,86%
De 1 a 2 anos	16	2	18	6	1	7	166,67%	100,00%	157,14%
De 2 a 5 anos	27	5	32	25	8	33	8,00%	-37,50%	-3,03%
De 5 a 10 anos	41	8	49	38	9	47	7,89%	-11,11%	4,26%
De 10 a 15 anos	33	2	35	34	3	37	-2,94%	-33,33%	-5,41%
15 ou mais anos	111	21	132	115	18	133	-3,48%	16,67%	-0,75%
Total	235	39	274	231	40	271	1,73%	-2,50%	1,11%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O rejuvenescimento do quadro de pessoal é um fenómeno perceptível através da leitura da tabela acima, particularmente evidente no que diz respeito aos elementos com antiguidade entre 1 e 2 anos. Tal decorre como consequência natural do processo de aposentações desencadeado por iniciativa da Administração da empresa Portos dos Açores sob a designação de “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária” e concluído em 2015.

A antiguidade média situou-se, em 2016, nos 17 anos, valor idêntico ao de 2015. Não obstante a manutenção do valor da antiguidade média, é perceptível o efeito do programa de apoio às aposentações implementado, com a diminuição do valor dos escalões de maior antiguidade nos últimos três anos, bem como ainda a alteração do padrão de escolaridade observado nos últimos anos.

Figura 31: Antiguidade do efetivo entre 2014 e 2016



De facto, constata-se em 2016 uma diminuição dos níveis mais baixos de escolaridade, e uma evolução positiva dos níveis de ensino correspondentes ao 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, muito particularmente no último caso, com um aumento entre 2015 e 2016 de praticamente seis por cento.

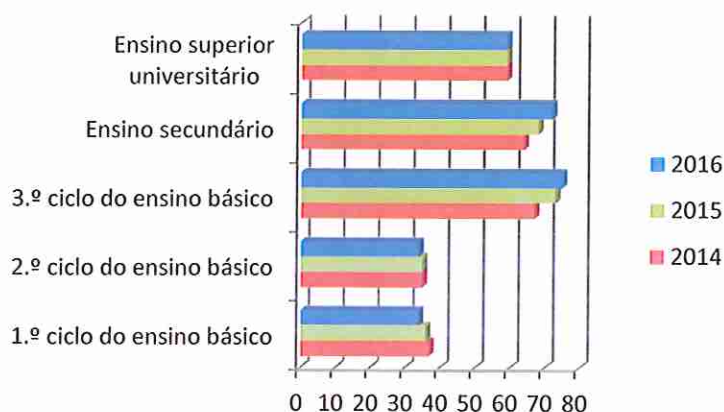
Tabela 40: Escolaridade do efetivo em 31 de dezembro

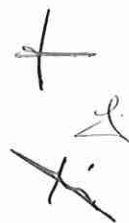
Escolaridade	2016			2015			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1.º ciclo do ensino básico	30	4	34	31	5	36	-3,23%	-20,00%	-5,56%
2.º ciclo do ensino básico	33	1	34	34	1	35	-2,94%	0,00%	-2,86%
3.º ciclo do ensino básico	67	8	75	64	9	73	4,69%	-11,11%	2,74%
Ensino secundário	58	14	72	54	14	68	7,41%	0,00%	5,88%
Ensino superior universitário	47	12	59	48	11	59	-2,08%	9,09%	0,00%
Total	235	39	274	231	40	271	1,73%	-2,50%	1,11%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Numa comparação entre sexos, observa-se uma tendência no sentido de maior qualificação por parte das mulheres, ou seja, uma maior percentagem de mulheres com grau de instrução ao nível do ensino secundário e superior do que homens ao mesmo nível de instrução.

Figura 32: Escolaridade do efetivo entre 2014 e 2016

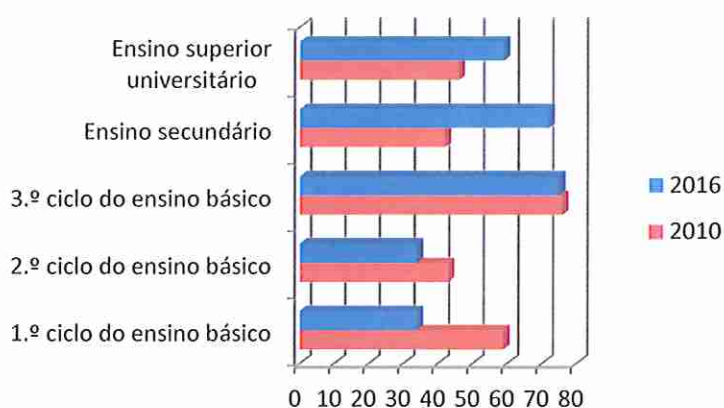




Neste âmbito, a diferença entre homens e mulheres atingiu em 2016 os 22 pontos percentuais, em favor destas. De facto, nos escalões correspondentes ao ensino secundário e ensino superior universitário a percentagem relativa ao sexo feminino é significativamente superior, ou seja, 66,7 por cento, contra 44,7 por cento no que respeita a trabalhadores do sexo masculino.

A crescente prevalência dos recursos com um nível de escolaridade mais elevado do que anteriormente poderão não ser particularmente visíveis na estrita comparação entre dois anos contíguos. Contudo, tendo por referência o ano de 2010, constata-se que em 2016 existe uma proporção bastante menor nos níveis de habilitações mais reduzidos, conforme exposto na figura abaixo.

Figura 33: Escolaridade do efetivo entre 2010 e 2016



5.4. Sinistralidade

No ano de 2016 o número de acidentes ocorrido foi ligeiramente superior ao observado em 2015, com mais um acidente. Deste número de acidentes resultaram seis baixas, uma quebra bastante acentuada face ao número de baixas registado em 2015. Adicionalmente, o número de dias de baixa sofreu de igual modo uma quebra muito significativa, com reflexo direto ao nível do índice de gravidade.

Tabela 41: Indicadores de sinistralidade

Descrição	2016			2015			Var. %		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Total de acidentes	18	0	18	17	0	17	5,88%	-%	5,88%
Acidentes com baixa	6	0	6	10	0	10	-40,00%	-%	-40,00%
Dias de baixa	141	0	141	297	0	297	-52,53%	-%	-52,53%
Índice de frequência	35,49	0,00	35,49	34,79	0,00	34,79	2,01%	-%	2,01%
Índice de gravidade	0,20	0,00	0,20	0,61	0,00	0,61	-67,21%	-%	-67,21%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De acordo com a tabela classificativa emitida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2016 o desempenho da empresa foi “Bom” no que respeita ao índice de frequência e de “Muito Bom” no



que concerne ao índice de gravidade. Quando comparados com os valores dos anos anteriores, observa-se que o índice de gravidade situava-se na classificação de “Bom”. Significa isto que o absentismo por acidente de trabalho (número de dias perdidos) diminuiu significativamente em 2016.

O mês onde ocorreu mais acidentes de trabalho foi o mês de março com quatro acidentes. Os dias de semana com maior incidência no número de acidentes de trabalho são a segunda, quinta e sexta feiras.

Em termos geográficos, os acidentes ocorreram em maior número na área da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com 13 registos em 2016, o mesmo número que em 2015. Já na Direção-Geral dos Portos de Terceira e Graciosa (DGPTG) registou-se um aumento extremamente anormal em termos de número de acidentes, com cinco acidentes em 2016 e apenas um em 2015. Em contrapartida, na Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental não ocorreu qualquer acidente em 2016, em oposição ao observado em 2015, ano em que se haviam registado três acidentes.

Tabela 42: Acidentes por Direção-Geral

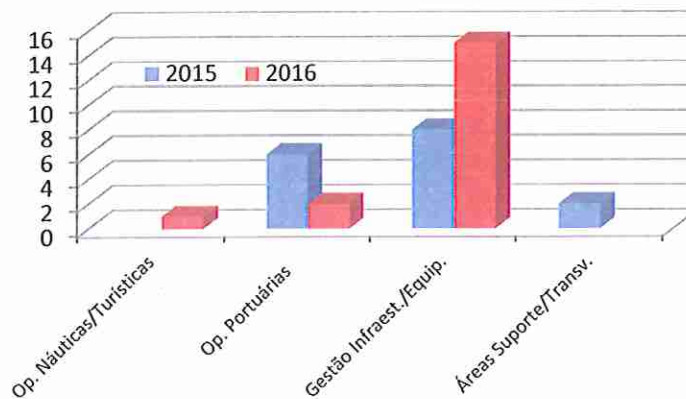
Direções-Gerais	2016			2015			Var.%		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
DGPSM	13	0	13	13	0	13	0,00%	-%	0,00%
DGPTG	5	0	5	1	0	1	400,00%	-%	400,00%
DGPTO	0	0	0	3	0	3	-100,00%	-%	-100,00%
Total	18	0	18	17	0	17	5,88%	-%	5,88%


Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A grande maioria dos acidentes ocorreu nos Departamentos de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos das várias Direções-Gerais, área em que se registam sistematicamente a grande maioria dos acidentes. A média anual nos últimos quatro anos aponta para um valor de 11 acidentes anuais nestes Departamentos.

Segue-se, em termos de frequência, os acidentes envolvendo o Departamento de Operações Portuárias, com uma média anual nos últimos quatro anos de 5 acidentes anuais.

Figura 34: Acidentes por atividade





5.5. Formação

A generalidade dos planos de formação da PA são precedidos de um levantamento de necessidades formativas, e o plano de formação de 2016 não foi exceção quanto à aplicação desta metodologia. Adicionalmente, a execução do plano de 2016 resultou da continuidade dos planos relativos aos anos anteriores.

Tabela 43: Indicadores de formação

Descrição	Unidade	2016			2015			Var.%		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Formandos	N.º	222	45	267	362	71	433	-38,67%	-36,62%	-38,34%
Volume de formação	N.º horas	2.369	268	2.637	1.631	362	1.993	45,25%	-26,10%	32,32%
Formação por colaborador	N.º horas	10,6	6	17	5	5	4,6	134,67%	16,47%	258,70%
Custo horário por formando	Euros	92,27	455	547	39	197	32,26	139,10%	131,35%	1597%
Custo horário por formação	Euros	8,65	76,57	85,22	8,57	38,59	7,01	0,93%	98,42%	1115,69%

* Custo pedagógico

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Como principal atividade de formação em 2016 deverá ser mencionado o programa de formação STCW dirigido ao pessoal marítimo. A formação ocorreu no porto de Ponta Delgada, durante último trimestre do ano.

A Convenção Internacional sobre Normas de Formação, de Certificação e de Serviço de Quartos para os Marítimos (International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers – STCW/78), tem como objetivo essencial o estabelecimento dos requisitos mínimos de formação dos marítimos e dos critérios para a sua certificação. Todos os inscritos marítimos (Oficiais, Mestrança e Marinhagem), no âmbito da STCW/95 (1ª emenda), têm de possuir um conjunto de certificações que lhes permita dar condições para o exercício da atividade.

Em 2010, na Convenção de Manila, foram introduzidas emendas à versão de 1978. Em resultado disto, foi transposto para a ordem jurídica interna, através da publicação do Decreto-Lei nº 34/2015 de 4 de março e legislação complementar, a diretiva nº 2012/35/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que altera a diretiva 2008/106/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa ao nível mínimo de formação de marítimos, e que procede à regulamentação da aplicação das emendas de Manila ao anexo da primeira Convenção STCW/78.

Na sequência desta transposição para a ordem jurídica interna, revelou-se indispensável a substituição e/ou revalidação dos certificados de competência e de qualificação emitidos ao abrigo das emendas 95 à Convenção STCW/78 por novos certificados em obediência aos requisitos impostos pelas emendas 2010 até 31 de dezembro de 2016.

Foi neste pressuposto que a entidade acreditada, o Instituto Tecnologias Náuticas, ministrou seis cursos teórico-práticos entre os quais quatro de atualização e dois de formação base. O programa envolveu quatro formadores e um total de 20 formandos distribuídos pelos vários cursos, a saber:

- ☒ Segurança Básica;
- ☒ Condução de Embarcações de Salvamento;
- ☒ Primeiros Socorros a Bordo;
- ☒ Controlo e Combate a Incêndios;



Marítimo Funções Designadas Proteção Navios

Na organização deste programa contou-se com a colaboração da Associação Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, nomeadamente na disponibilização do parque de combate a incêndios e de outros equipamentos. A formação prática e exercícios também decorreram no porto comercial de Ponta Delgada e na zona de banhos das Portas do Mar.

5.6. Cooperação externa e interna

A Portos dos Açores, no âmbito da assunção de um forte compromisso de colaboração com as comunidades locais, tem vindo a celebrar protocolos de cooperação com entidades externas, destacando-se as entidades formadoras, nomeadamente no âmbito da realização de estágios curriculares em contexto de trabalho.

Neste âmbito, mantêm-se em vigor os protocolos de cooperação celebrados no ano de 2012 com algumas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, com vista ao acolhimento dos seus formandos para a realização de estágios em contexto de trabalho. Os cursos envolvidos em tais protocolos abrangem sobretudo cursos profissionais de nível III.

Também em termos de uma vertente interna de responsabilidade social, têm vindo a ser desenvolvidas diversas parcerias de âmbito empresarial, com vista à oferta, a todos os colaboradores e respetivos familiares, de um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços, nomeadamente em áreas como a saúde, educação, bem-estar e lazer ou cultura. Estas parcerias têm vindo a ser continuamente ampliadas, abrangendo cada vez um leque mais alargado de produtos e serviços, e cobrindo, sempre que possível, as diferentes áreas geográficas de intervenção da empresa. De salientar o mais recente acordo que permitiu a adesão por parte dos Colaboradores da Portos dos Açores como sócios do Automóvel Clube de Portugal (ACP).

Integrado nas questões de igualdade do género e conciliação da vida familiar e da vida profissional, e em continuidade de um projeto local que iniciou em 2015, a Portos dos Açores aderiu por convite ao Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN), promovido pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego) e por um conjunto de empresas dos setores privado, público e cooperativo, cujo objetivo principal é a promoção, através de um compromisso formal, dos princípios da igualdade do género e conciliação trabalho família na estratégia e gestão das organizações aderentes. A adesão e compromisso formal ocorreu no dia 26 de janeiro de 2016 tendo sido renovado em 6 de dezembro.

Uma empresa que integra a igualdade de género ao nível dos seus princípios ou valores e que pretende investir na construção de relações de género igualitário, deverá definir ao nível da sua política de Recursos humanos, objetivos e ações concretas que eliminem a discriminação e segregação profissional e promovam a participação, igualdade de oportunidades e a conciliação vida profissional, familiar e pessoal.

Assim, e sem prejuízo de práticas de gestão de Recursos humanos ligadas à gestão de carreiras e desenvolvimento de competências que ambicionam os objetivos abaixo indicados, foi elaborado um plano que visa a promoção da igualdade de género e a conciliação entre a vida profissional, familiar e

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, located in the top right corner of the page.

pessoa, cuja implementação formal ocorreu no dia 08 de janeiro de 2016. Com este documento aspira-se articular e divulgar as boas práticas e legislação em vigor nestas áreas e simultaneamente




- ☒ Promover os princípios da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres;
- ☒ Promover a motivação, fidelização e qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras;
- ☒ Contribuir para aumentos de produtividade e de inovação empresarial;
- ☒ Melhorar o desempenho económico e social da empresa; e
- ☒ Melhorar a imagem e notoriedade da empresa.

6. Estrutura organizativa

6.1. Direções-Gerais

A estrutura organizativa da empresa Portos dos Açores é composta, de acordo com o estabelecido nos Estatutos da empresa, aprovados pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, por três Direções-Gerais, cada qual com competências diretas sobre as respetivas infraestruturas portuárias e não portuárias.

As estruturas afetas a cada uma das Direções-Gerais existentes e respetivas funções encontram-se divididas nos seguintes departamentos e gabinetes comuns:

-  **Departamento de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos**, encarregue do desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; execução das atividades e planos de manutenção dos equipamentos e das operações de manuseamento de carga, de modo a assegurar a integral operacionalidade das áreas; coordenação e execução das operações de manuseamento de carga através dos meios de movimentação horizontal e vertical, de acordo com as solicitações transmitidas via Janela Única Portuária (JUP) e definição de escalas de serviço; garantia da integral operacionalidade de todas as infraestruturas; apoio à execução de estudos e projetos, sobretudo na área de construção civil, e orientação e preparação de dados técnicos para a execução dos trabalhos; apoio na fiscalização da execução dos programas de trabalho estabelecidos, entre outras atividades;
-  **Departamento de Operações Portuárias**, responsável pelo planeamento, controle e ainda por dirigir toda a operação de exploração portuária; coordenação das diferentes áreas operacionais dentro do departamento; garantia de implementação da política e procedimentos de gestão e exploração, com vista a uma gestão eficiente das operações e respetivos resultados;
-  **Gabinete de Operações Não Portuárias**, encarregue do planeamento, controle e direção de todas as atividades de Náutica de Recreio, Gares Marítimas e Dominial; desenvolvimento e implementação de planos de ação corretivos e preventivos, tendentes à concretização dos objetivos; apoio na elaboração e execução de campanhas de promoção para as marinas e gares marítimas, em articulação com a área de Comunicação.



6.2. Áreas transversais

Complementa a estrutura das Direções-Gerais apresentada na secção anterior uma estrutura organizativa com carácter transversal, vocacionada para a prossecução de uma abordagem uniforme em termos de procedimentos e uma resposta às necessidades da empresa de carácter mais abrangente. Atualmente esta estrutura contempla os seguintes departamentos, indicando-se também as principais tarefas associadas a cada um:

- **Auditoria Interna e Qualidade**, cuja principal tarefa contempla a coordenação e implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade;
- **Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho**, com a tarefa primordial de coordenação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão do Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho;
- **Manutenção e Logística**, com responsabilidade de definir e garantir a implementação de políticas e orientações da Gestão da Manutenção a nível da empresa, visando a uniformização de procedimentos nas três Direções-gerais, bem como planear e coordenar as atividades de gestão de compras e armazéns;
- **Infraestruturas**, vocacionado para o acompanhamento dos estudos, projetos e obras, em sintonia com a gestão de topo e as áreas de infraestruturas dos diferentes núcleos operacionais, assumindo um papel de coordenação e consultoria interna;
- **Sistemas de Informação e Comunicações**, encarregue de coordenar e executar as atividades associadas aos sistemas de informação e comunicações, garantindo a sua operacionalidade e desenvolvimento;
- **Recursos Humanos**, que se divide em dois gabinetes, a saber: Gestão de recursos humanos, responsável pelo processamento de salários e demais processos administrativos; e Gabinete de desenvolvimento organizacional e relações laborais, que tem a seu cargo a componente estratégica de recursos humanos, nomeadamente recrutamento, avaliação de desempenho e formação;
- **Jurídico, Administrativo e Comunicação**, com o objetivo de garantir o apoio aos processos jurídicos, nomeadamente no que respeita a contratação pública e de trabalho, coordenação e execução de atividades relacionadas com o secretariado-geral e expediente da empresa, bem como coordenação das ações de comunicação interna e externa da empresa;
- **Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos**, responsável pela elaboração e acompanhamento dos principais documentos da empresa, nomeadamente Plano Estratégico, Plano e Orçamento e Relatório e Contas, bem como elaborar informações e relatórios económicos e financeiros de carácter regular para suporte às decisões da gestão de topo;
- **Financeiro**, responsável pela gestão económica e financeira da empresa, bem como a gestão de processos de candidatura a Fundos Comunitários.



7. POLÍTICA DE GESTÃO DE AMBIENTE, HIGIENE E SEGURANÇA

7.1. Enquadramento

Em termos gerais, toda a atividade produtiva encerra em si mesmo um conjunto de riscos e de condições de trabalho desfavoráveis, em resultado de especificidades próprias de alguns processos de trabalho ou operações e em que o perigo e a probabilidade do risco de acontecimentos indesejados se concretizar é elevado. Muitas vezes o risco é altamente potenciado pela ausência de rigor na execução das operações.

As primeiras tentativas consistentes de integração dos trabalhadores em atividades devidamente adequadas às suas capacidades surgem a partir da década de 50 e 60 do século XX, através de normativos que mencionavam a implementação de medidas de segurança no trabalho. Em Portugal, ao longo das décadas subsequentes foi criada legislação que permitia uma protecção mais eficaz de quem integrava actividades de risco elevado e outras. Estruturava-se, deste modo, a salvaguarda dos aspetos relacionados com as condições ambientais e de segurança de cada posto de trabalho, capaz de beneficiar simultaneamente as Empresas e os Trabalhadores.

Todavia, a grande mudança em Portugal ocorre na sequência da adesão de Portugal à então Comunidade Europeia e em que o Estado se viu obrigado a adotar um conjunto de Diretivas Comunitárias, bem como a criar legislação específica nestas matérias e a fiscalizar a sua aplicabilidade.

Dentro deste universo, a atividade portuária, sendo considerada uma das atividades com a classificação de risco elevado para a saúde e segurança dos trabalhadores, viu-se confrontada com uma quantidade de diplomas legais aplicáveis que não eram exequíveis sem um controlo adequado de gestão.

A complexidade da atividade portuária assenta na base do conceito do trabalho portuário que é igualmente diversificado, complexo e exponencialmente exigente em termos de aplicabilidade legislativa, sendo o respetivo enquadramento legal desenvolvido a partir Decreto-Lei n.º 280/93, de 13 de agosto, que estabeleceu o regime jurídico do trabalho portuário. A adaptação à Região Autónoma dos Açores foi feita através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/94/A, de 14 de maio, com adaptações de carácter orgânico.

A Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro, veio proceder à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 280/93, no que se refere a relações de trabalho, organização, formação e qualificação profissional e ao regime especial de trabalho portuário. Em 2014, a Região Autónoma dos Açores procedeu à sua adaptação através do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2014/A, de 28 de abril, definindo assim o Regime Jurídico do Trabalho Portuário nos Açores, estabelecendo normativos sobre formalidades e procedimento de comunicação e registo do efetivo dos trabalhadores das empresas de estiva e das



empresas de trabalho portuário, afetos aos portos administrados pela autoridade portuária dos Açores, revogando o Decreto Legislativo Regional n.º 15/94/A.

No que concerne à matéria de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho, o enquadramento faz-se com base da Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, diploma que estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, alterada pela Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto, pela Lei n.º 3/2013, de 14 de janeiro e pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, que transpõem para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 89/391/CEE, do Conselho, de 12 de junho, relativa à aplicação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde dos/as trabalhadores/as no trabalho, alterada pela Diretiva n.º 2007/30/CE, do Conselho, de 20 de junho.

Nestes diplomas são estabelecidos os princípios fundamentais para o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho, nomeadamente: a consulta e participação dos/as trabalhadores/as, as obrigações gerais dos empregadores, o direito à informação e formação e os direitos e deveres dos/as trabalhadores/as, bem como o regime de responsabilização pelo não cumprimento das normas.

Na atualidade, para além da proteção legal em matéria de Segurança e Saúde no trabalho, há também um conjunto de ferramentas de Gestão e controlo que, quando implementadas, surtem um efeito muito positivo na estrutura organizacional, e no *modus operandi* assente numa cultura de segurança que beneficia trabalhadores e o desempenho da empresa.

7.2. Implementação

7.2.1. Sistema de Gestão da Segurança

Neste contexto, a Portos dos Açores, consciente da importância de estruturar um sistema de gestão que, de modo consistente, assegure o foco nas necessidades e expectativas dos seus clientes, o princípio da prevenção da poluição e a segurança e saúde de todos os seus colaboradores e demais entidades intervenientes, assumiu a decisão estratégica de conceber, desenvolver e implementar um sistema integrado de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referenciais internacionais NP EN ISO 9001:2008, NP EN ISO 14001:2012 e OHSAS 18001:2007, respetivamente.

Após a implementação do sistema da Qualidade em 2014, a Portos dos Açores decidiu em 2015 dar início ao processo de implementação do sistema de Gestão da Segurança, de acordo com as OHSAS 18001:2007.

Em março do ano 2016 foi realizada pela entidade externa certificadora APCER a auditoria de 2.ª Fase/Concessão em Segurança e Saúde no Trabalho (NP 4397:2008/OSHAS 18001:2007). Assim, em março de 2016 a Direção Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG) obteve a sua Certificação para o Sistema de Gestão da Segurança, segundo o referencial Internacional OHSAS 18001:2007.

Este sistema de Gestão encerra em si um conjunto de mecanismos organizacionais que permitem garantir, de forma coerente e consistente, o cumprimento legal e os objetivos definidos pela



organização, quer ainda os decorrentes da sua política, como também os definidos e aprovados através do Plano de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho.

Na Política de Saúde e Segurança no Trabalho um dos compromissos definidos é a promoção e incentivo da segurança, em todas as atividades que se realizem na área portuária. Para a concretização deste compromisso é fundamental o envolvimento activo dos *stakeholders* directos ou indirectos, clientes, concessionários e colaboradores que desempenham a sua atividade, ou se deslocam aos portos.

Constitui compromisso da gestão da Portos dos Açores o reforço constante da cultura de segurança e saúde no trabalho, pelo desenvolvimento das sensibilidades, pelo aprofundamento das vontades e pela disponibilização dos recursos necessários.

A identificação dos riscos inerentes às funções desempenhadas e a correta adoção de medidas e respetivos meios de prevenção e proteção, bem como a definição de responsabilidades e recursos alocados à segurança, constituem propósito e a legítima finalidade de proporcionar a todos os trabalhadores e a todas as partes envolvidas as condições necessárias para o desempenho em segurança das suas atividades.

A implementação de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, o reconhecimento do bom funcionamento deste por uma entidade externa (certificação do sistema), é um instrumento essencial para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ser eficaz para o desenvolvimento e promoção de uma cultura de segurança proactiva, no sentido da melhoria contínua em matéria de Higiene, Saúde e Segurança na atividade portuária.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a verificação de condições de Higiene e Segurança consiste “num estado de bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença e enfermidade”. A higiene do trabalho propõe-se combater, dum ponto de vista não médico, as doenças profissionais, identificando os factores que podem afetar o ambiente do trabalho e o trabalhador, visando eliminar ou reduzir os riscos profissionais (condições inseguras de trabalho que podem afectar a saúde, segurança e bem estar do trabalhador). A segurança do trabalho propõe-se combater, também dum ponto de vista não médico, os acidentes de trabalho, quer eliminando as condições inseguras do ambiente, quer educando os trabalhadores a utilizarem medidas preventivas. Para além disso, as condições de segurança, higiene e saúde no trabalho constituem o fundamento material de qualquer programa de prevenção de riscos profissionais e contribuem, na empresa, para o aumento da sua eficiência e responsabilidade social.

Os acidentes, em geral, são o resultado de uma combinação de factores, entre os quais se destacam as falhas humanas e falhas materiais. Vale a pena lembrar que os acidentes não escolhem hora nem lugar. Podem acontecer em casa, no ambiente de trabalho e nas inúmeras locomoções que fazemos de um lado para o outro, para cumprir nossas obrigações diárias.

Na maior parte dos casos é possível identificar um conjunto de factores relacionados com a negligência ou desatenção por regras elementares e que potenciam a possibilidade de acidentes ou acontecimentos indesejados, classificando-os em duas vertentes, Condições Perigosas e Ações Perigosas.



Os Acidentes devido a CONDIÇÕES PERIGOSAS devem-se essencialmente aos seguintes fatores condicionantes:

- ⌘ Máquinas e ferramentas em mau estado de conservação;
- ⌘ Condições de organização (*layout* mal feito, armazenamento perigoso, falta de equipamento de protecção individual - EPI)
- ⌘ Condições de ambiente físico, (iluminação, calor, frio, poeiras, ruído).

Os Acidentes devido a AÇÕES PERIGOSAS são essencialmente devido aos seguintes fatores:

- ⌘ Falta de cumprimento de ordens (não usar EPI);
- ⌘ Falta de preparação do trabalhador;
- ⌘ Desconhecimento dos riscos;
- ⌘ Ligado à natureza do trabalho (erros na armazenagem);
- ⌘ Nos métodos de trabalho (trabalhar a ritmo anormal, manobrar equipamento e máquinas com distrações).

Fica assim explicado que as condições de trabalho e as regras de segurança e Higiene correspondentes, constituem um factor da maior importância para a melhoria de desempenho da Portos dos Açores, através do aumento da sua produtividade obtida em condições de menor absentismo e sinistralidade. Por parte dos trabalhadores da Portos dos Açores, pretendemos que estes encarem o Emprego, não somente como o trabalho que se realiza para auferir um ordenado, mas também uma oportunidade para a sua valorização pessoal e profissional, para o que contribuem em muito as boas condições do seu posto de trabalho, reconhecendo-se que, uma Empresa desempenha não só uma função técnica e económica mas também um importante papel social.

Assim, em Março do ano 2016 foi realizada pela entidade externa certificadora APCER a auditoria de 2.ª Fase/Concessão em Segurança e Saúde no Trabalho (NP 4397:2008/OSHAS 18001:2007).

7.2.2. Apresentação e estrutura do SGSST

O SGSST tem elementos comuns ao SGQ. Este facto permite-nos considerar requisitos específicos de cada sistema e requisitos e práticas comuns de ambos os sistemas, de acordo com o esquema que se apresenta:

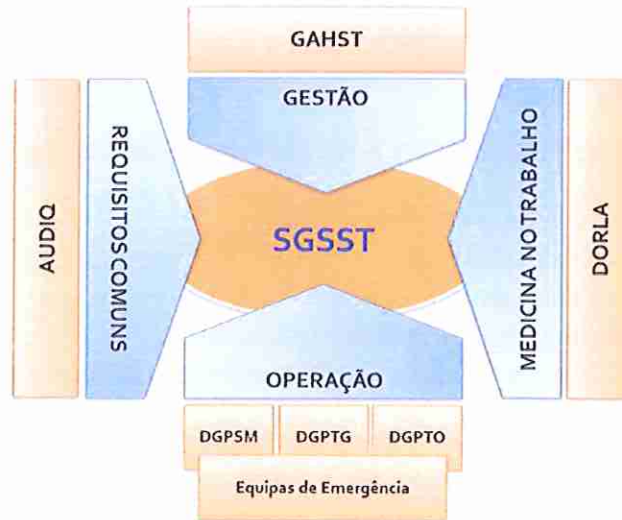
Figura 35: Requisitos do SGQ e SGSST



[Handwritten signature]

Compete a todos a observância e cumprimento das práticas e procedimentos definidos no SGSST, contudo é importante salientar que o SGSST está suportado na seguinte macroestrutura funcional:

Figura 36: Macroestrutura funcional que suporta o SGSST

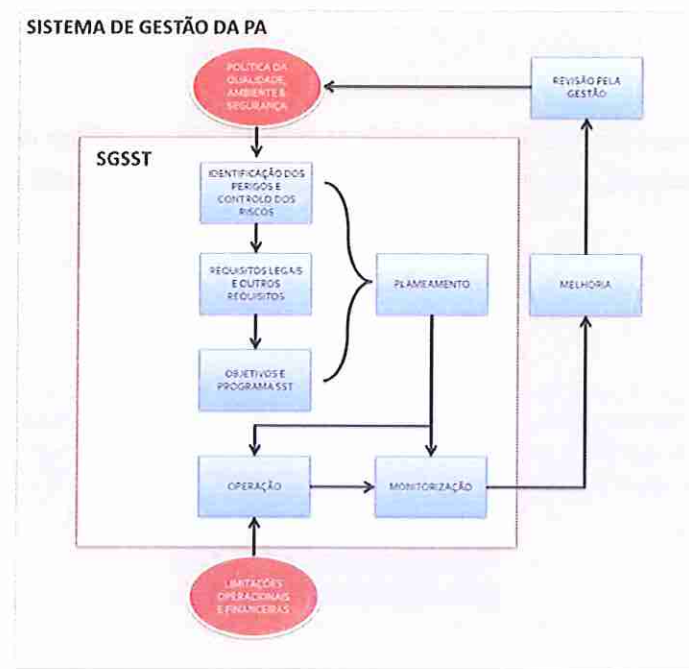


O SGSST apresenta duas interligações verticais, é gerido pelo GAHST e operacionalizado pelos Técnicos de Segurança junto de cada uma das Direções Gerais da PA.

Horizontalmente o SGSST articula com o AUDIQ para os requisitos comuns, e com o DORLA que gere a prestação de serviços, externa à PA, de medicina no trabalho.

O SGSST é entendido como um subsistema do sistema global de gestão da organização compatível e com interação adequada com os demais subsistemas da PA e que possibilita a gestão dos riscos para a SST relacionados com as atividades da PA, podendo ser esquematizado do seguinte modo:

Figura 37: Sistema de Gestão da Portos dos Açores





7.2.3. Política de Segurança e Saúde no Trabalho

Constitui compromisso da gestão da Portos dos Açores o reforço constante da cultura de segurança e saúde no trabalho, pelo desenvolvimento das sensibilidades, pelo aprofundamento das vontades e pela disponibilização dos recursos necessários para:

- ☒ Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável para os seus colaboradores, garantindo o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis;
- ☒ Promover a formação e informação dos colaboradores sobre os riscos inerentes às atividades, sensibilizando-os para uma maior cultura de segurança e promovendo a prevenção e redução dos incidentes;
- ☒ Promover a participação, comunicação e envolvimento dos colaboradores e fornecedores de serviços externos nas matérias de segurança e saúde no trabalho;
- ☒ Melhorar continuamente o SGSST.

7.2.3.1. Âmbito de aplicação

O SGSST está implementado para o seguinte âmbito: “Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Portuários nas ilhas Terceira e Graciosa”

7.2.3.2. Identificação de perigos e avaliação dos riscos

A Portos dos Açores assume que um dos pilares do SGSST é a identificação dos perigos inerentes às atividades desenvolvidas. Esta identificação conduz à avaliação e quantificação dos riscos inerentes ao desempenho das várias funções e tem por objetivo desencadear ações que conduzam à sua minimização até valores aceitáveis.

A metodologia em vigor está descrita no procedimento PR15.GAHST “Identificação dos perigos, avaliação e controlo dos riscos”.

A metodologia em vigor considera:

- ☒ Atividades de rotina e não rotina;
- ☒ Atividades de todas as pessoas que tenham acesso aos locais de trabalho (incluindo subcontratados e visitantes);
- ☒ Comportamento humano, capacidades e outros fatores humanos;
- ☒ Perigos identificados originados fora dos locais de trabalho e capazes de afetar a segurança e a saúde de pessoas sob controlo da organização no local de trabalho;
- ☒ Perigos criados na vizinhança do local de trabalho por atividades relacionadas com o trabalho sob o controlo da organização;



- ☒ Infraestruturas, equipamentos e materiais nos locais de trabalho, quer sejam fornecidos pela organização quer por terceiros;
- ☒ Alterações ou alterações propostas na organização, nas suas atividades ou materiais;
- ☒ Modificações do sistema de gestão da SST, incluindo alterações temporárias e os seus impactos nas operações, processos e atividades;
- ☒ Quaisquer obrigações legais aplicáveis relacionadas com a avaliação de riscos e com a implementação das medidas de controlo necessárias;
- ☒ A conceção das áreas de trabalho, processos, instalações, máquinas e equipamentos, procedimentos operacionais e organização do trabalho, incluindo a sua adaptação às capacidades humanas.

7.2.3.3. Incidentes

A Portos dos Açores estabeleceu um procedimento para investigação de incidentes: PR14.GAHST “Incidentes”, onde está descrita a metodologia para registar e investigar os incidentes. A investigação de incidentes tem por objetivo:

- ☒ Desencadear ações corretivas;
- ☒ Determinar oportunidades de melhoria no SGSST;
- ☒ Comunicar os resultados obtidos.

7.2.3.4. Requisitos legais e outros

A Portos dos Açores identifica e controla os requisitos legais e outros requisitos que subscreva, aplicáveis à sua atividade, produtos e serviços, em matéria de SST.

Relativamente a requisitos legais a PA procede à avaliação da conformidade da sua atuação, face ao requisito aplicável.

Em face de um novo requisito, ou alteração a um existente, a Portos dos Açores procede a uma revisão da identificação de perigos e avaliação de riscos correspondente.

Em sede de Revisão pela Gestão são avaliadas as mudanças e as ações consideradas, face à mudança.

7.2.3.5. Objetivos e programas

A Portos dos Açores estabelece, implementa e mantém objetivos e programas para a SST.

Anualmente são avaliados e revistos os objetivos de SST.



A Portos dos Açores estabelece anualmente um Programa de SST, que permite ir ao encontro dos objetivos definidos.

O Gabinete GAHST, revê o Programa de SST sempre que:

- Surjam novos riscos;
- Aconteçam acidentes de trabalho;
- Se verifiquem alterações nos requisitos legais;
- Alterações na Política da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Se iniciem novas atividades.

7.2.3.6. Participação dos trabalhadores

Os aspetos mais relevantes do SGSST são comunicados a todas as partes interessadas.

Os trabalhadores são chamados a participar nos seguintes aspetos:

- Identificação dos perigos e avaliação dos riscos;
- Investigação de incidentes;
- A existirem mudanças que afetem a SST.

7.2.3.7. Controle operacional

A PA identifica as operações e atividades associadas aos riscos identificados e identifica as operações e atividades associadas para a implementação de controlos necessários para avaliar o resultado das ações de minimização dos riscos.

A PA mantém:

- Controlo operacional sobre as suas atividades;
- Controlo sobre equipamentos e serviços adquiridos;
- Controlo relacionado com prestadores de serviços nas áreas portuárias.

7.2.3.8. Resposta a emergências

A PA realiza periodicamente simulacros nas infraestruturas portuárias sob a sua jurisdição, implicado, sempre que possível, as partes interessadas, no sentido de prevenir e reduzir consequências não desejáveis.

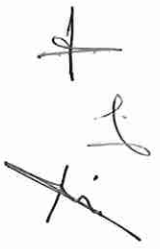
Os resultados dos simulacros são revistos, atuando o GAHST em conformidade com os resultados dos mesmos, nomeadamente desencadeando ações de formação/sensibilização.

Three handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page.

7.2.3.9. Partilha com o SGQ

São partilhadas com o SGQ as metodologias referentes a:

- Gestão documental;
- Definição de funções e responsabilidades;
- Revisão pela Gestão;
- Gestão de recursos humanos;
- Auditorias internas;
- Registo de não conformidades.



8. Investimento

No cumprimento do Plano de Investimentos da empresa Portos dos Açores foram desenvolvidos ao longo do exercício de 2016 diversos projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a 11,3 milhões de euros. Face ao volume global de investimento de 2015, que totalizara 4,4 milhões de euros, observa-se um aumento muito significativo no volume global de investimento de 159 por cento. Adicionalmente, será de referir que este volume de investimento é o mais elevado que se verifica desde o ano de 2012.

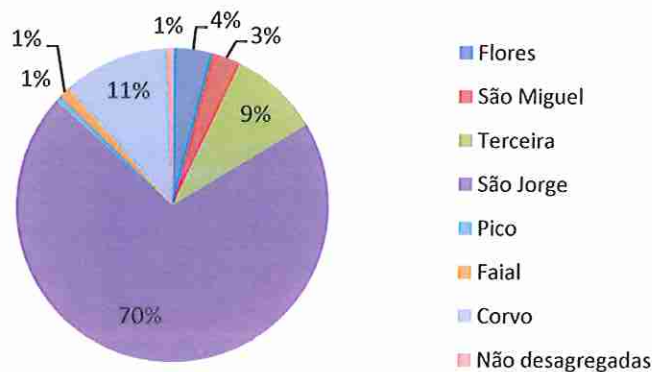
Tabela 44: Investimento realizado por ilha

Ilha	Unidade: Euros		
	2016	2015	Var.%
Santa Maria	0	0	-%
São Miguel	338.467	1.120.595	-69,80%
Terceira	1.050.878	354.566	196,38%
Graciosa	0	0	-%
São Jorge	7.916.144	2.374.049	233,44%
Pico	72.326	63.950	13,10%
Faial	132.877	51.372	158,66%
Flores	452.522	463	97572%
Corvo	1.228.889	62.830	1855,90%
Não desagregadas	82.053	324.622	-74,72%
Total	11.274.156	4.352.447	159,03%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A ilha com maior volume de investimento em 2016 é São Jorge tal como o registado no ano de 2015, que apresenta 70,21 por cento (7,9 milhões de euros) do investimento total da empresa. De salientar que este volume de investimento corresponde na sua quase totalidade à empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas. A candidatura deste investimento ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) foi aprovada a 18 de outubro do corrente ano.

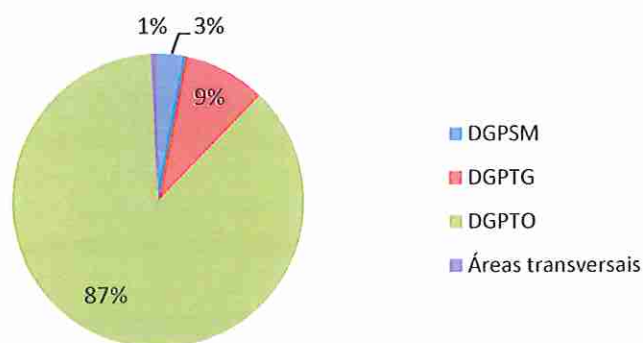
Figura 38: Investimento por ilha em 2016





Numa análise por Direções-Gerais, conclui-se que, tal como se tem verificado nos anos anteriores, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a praticamente 87 por cento do investimento total da Portos dos Açores (em 2015 o investimento da DGPTO correspondeu a cerca de 59 por cento do investimento total).

Figura 39: Investimento por Direções-Gerais em 2016



Nos portos sob a jurisdição da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), o valor total de investimento realizado em 2016 foi de 338 mil euros, registando um decréscimo face ao valor realizado em 2015 e que se cifrou em 1,1 milhões de euros.

Em relação aos projetos da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa, o investimento executado em 2016 no valor de 1,05 milhões de euros, representa 9,32 por cento do investimento total da empresa. De destacar um acréscimo muito significativo de 196 por cento em relação ao volume de investimento registado no ano anterior (em 2015 o valor total de investimento da DGPTG foi de 355 mil euros). Dos projetos em causa será de salientar o referente à Empreitada de Execução da Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória que representa o maior volume de investimento relativo à ilha Terceira correspondendo a cerca de 691 mil euros investidos.

Tabela 45: Investimento realizado por Direção-geral

Direção-geral	Unidade: Euros		
	2016	2015	Var.%
DGPSM	338.467	1.120.595	-69,80%
DGPTG	1.050.878	354.566	196,38%
DGPTO	9.802.759	2.552.664	284,02%
Áreas transversais	82.053	324.622	-74,72%
Total	11.274.156	4.352.447	159,03%

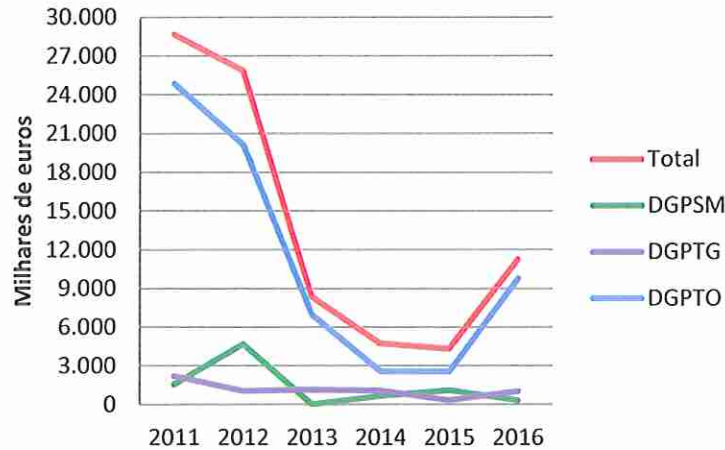
Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência, no que respeita a investimentos de áreas transversais ou que englobam as várias Direções-Gerais, a realização de investimentos durante o ano de 2016, num total de cerca de 82 mil euros, que representa apenas 0,73 por cento do total de investimento da empresa. Regista-se um decréscimo de 74,72 por cento em comparação com a despesa registada em 2015, que se cifrava na ordem dos 325 mil euros. Tal facto deve-se à circunstância de neste ano de 2016 nenhum rebocador ter ido para a docagem, contrariamente ao ano de 2015 em que foram dois rebocadores.



Descriminam-se, de seguida, alguns dos mais importantes projetos com despesa registada em 2016, por ilha, apresentando-se ainda alguma informação complementar, nomeadamente a componente relativa ao respetivo financiamento, atendendo sobretudo à publicitação exigida pelos Fundos Comunitários.

Figura 40: Investimento por Direções-Gerais entre 2011 e 2016



8.1. Ilha de Santa Maria

Não foram realizadas no ano de 2016 quaisquer despesas de investimento em infraestruturas ou equipamentos no porto de Vila do Porto.

8.2. Ilha de São Miguel

Os principais factos relativos a investimento nas infraestruturas localizadas na ilha de São Miguel incluem:

✎ Consignada a 22 de dezembro de 2016, a **Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada**, apresenta em 2016 um total de despesa de 47 mil euros. Esta empreitada será financiada por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 11 de novembro de 2016, bem como por fundos do Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020), na sequência de candidatura a apresentar para o efeito pela PA, SA.

✎ A **Empreitada de Reperfilamento e Regularização do Terraplino do Cais Comercial do Porto de Ponta Delgada** registou em 2016, um total de 242 mil euros executados relativos a estudos e projetos. Em 2017 a PA, SA conta apresentar uma candidatura conjunta deste investimento e do anterior ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020), no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor.



- ✎ **Construção dos Arranjos Exteriores das Oficinas Gerais do Porto de Ponta Delgada** apresenta em 2016 um total de despesa de 49 mil euros.

8.3. Ilha Terceira

Os principais investimentos ocorridos na ilha Terceira dizem respeito a:

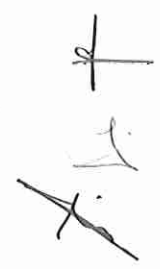
- ✎ Com o Auto de Receção Provisória datado de 27 de abril de 2016 e o Aditamento ao mesmo datado de 7 de junho de 2016, a **Reparação do Cais e Pavimentação do Acesso ao Parque de Combustíveis do Porto da Praia da Vitória**, apresenta uma despesa de 281 euros em 2016.
- ✎ Rececionada provisoriamente a 10 de outubro de 2016 e posteriormente com os aditamentos números um e dois datados de 10 de novembro e 15 de dezembro de 2016, respetivamente, a **Instalação da Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória** registou em 2016 um valor de despesa de 691 mil euros. Esta empreitada, bem como a mencionada anteriormente, são financiadas por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 20 de junho de 2014, alterado pela segunda vez a 16 de dezembro de 2016. Em 2017 a PA, SA conta apresentar uma candidatura conjunta destes investimentos ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020), no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor.
- ✎ **Construção de Segunda Rampa Ro-Ro do Porto da Praia da Vitória**, com despesa executada em 2016 no valor de 13 mil euros relativa a estudos.
- ✎ Em 2016 a **Empreitada de Construção de Rampa Ro-Ro e Trabalhos Complementares no Porto das Pipas**, apresenta despesa no valor de 67 mil euros relativa à elaboração do projeto e do processo de concurso.

8.4. Ilha Graciosa

No ano de 2016 não foram registados quaisquer investimentos em infraestruturas ou equipamentos portuários no porto da Praia da Graciosa.

8.5. Ilha de São Jorge

O investimento realizado nas infraestruturas portuárias afetas à PA na ilha de São Jorge dizem respeito a:



- ☒ Com Contrato Programa assinado a 18 de agosto de 2014, alterado a 30 de outubro de 2015, a **Empreitada do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas**, consignada a 23 de julho de 2015, apresenta uma despesa executada em 2016 de 7,9 milhões de euros. A 18 de outubro de 2016, foi aprovada a candidatura ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020) que integra este investimento;

- ☒ A **Empreitada de Construção de Rampa para Navios Ro-Ro e Ferry no Porto da Calheta**, candidatada ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020) obteve aprovação a 8 de novembro de 2016, não sendo previsto que se inicie antes de 2017, dado que aguarda o Visto Prévio do Tribunal de Contas. Este investimento, na parte não financiada pelo Compete 2020, é financiado por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 26 de julho de 2016 e alterado a 14 de novembro de 2016.

8.6. Ilha do Pico

Os investimentos realizados nos portos sob jurisdição da PA nesta ilha incidiram sobre:

- ☒ **Assinalamento Marítimo do Porto da Madalena**, com 9 mil euros executados em 2016;

- ☒ **Pavimentação da Via de Acesso ao Porto da Madalena**, com contrato Programa assinado a 26 de julho de 2016 e alterado a 14 de novembro de 2016, registando neste ano uma despesa total de 63 mil euros.

8.7. Ilha do Faial

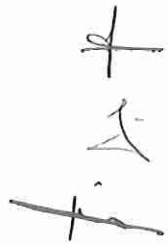
Na ilha do Faial foi dada continuidade ao projeto de reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta. A despesa de investimento realizada diz respeito a:

- ☒ **Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 2ª Fase**, com despesa executada em 2016 no valor de 118 mil euros relativa a projeto;

- ☒ **A Impermeabilização dos Tanques de Combustível do Terminal de Passageiros da Horta**, com 14 mil euros executados em 2016.

8.8. Ilha das Flores

A despesa de investimento afeta à ilha das Flores correspondeu a:



- ✎ **Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores**, empreitada consignada a 18 de agosto de 2016 e que apresenta no final de 2016 um volume de despesa de 453 mil euros. Esta empreitada será financiada por Fundos Nacionais no âmbito de um Contrato Programa assinado em 27 de maio de 2016, bem como por fundos do Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020), na sequência de candidatura apresentada no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor em 29 de setembro de 2016.

8.9. Ilha do Corvo

Na ilha do Corvo os investimentos realizados em 2016 dizem respeito a:

- ✎ **Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa**, empreitada consignada a 24 de fevereiro de 2016. Este projeto é financiado através de Contrato Programa assinado a 20 de abril de 2015 e alterado a 16 de dezembro de 2015, apresentando, no final de 2016, 1.23 milhões de euros de despesa executada. Esta empreitada integra também a candidatura já apresentada ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (Compete 2020) no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor em 29 de setembro de 2016.



9. Análise Económica e Financeira

9.1. Resultados

A Portos dos Açores, S.A. encerra o exercício de 2016 com um resultado líquido negativo de 3.399.716,38 euros. Trata-se de um resultado bastante mais favorável do que o ocorrido no ano de 2015 e que se cifrara em 4.516.017,74 euros. Este resultado é o efeito de um conjunto de elementos, sendo de frisar, desde logo a melhoria considerável ocorrida nas atividades de âmbito operacional da empresa, com impacto direto na melhoria do resultado operacional.

Tabela 46: Formação do Resultado líquido

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var. %
Resultado operacional	(986.382)	(2.090.405)	-52,81%
Resultado financeiro	(2.393.750)	(2.392.096)	0,07%
Resultado antes de impostos	(3.380.132)	(4.482.501)	-24,59%
Imposto sobre o rendimento	(19.584)	(33.516)	-41,57%
Resultado líquido do período	(3.399.716)	(4.516.018)	-24,72%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional da empresa atingiu um valor igual a -986.382,08 euros, um valor acima do observado no ano anterior e que se cifrara em -2.090.405,41 euros. Para a obtenção deste resultado operacional contribuíram diversos fatores, a detalhar nas secções que se seguem.

9.1.2. Rendimentos operacionais

Na formação dos rendimentos operacionais, será de realçar o aumento muito relevante do Volume de negócios, correspondente a 15,9 por cento, de 17,3 milhões de euros para praticamente 20,1 milhões de euros. Este valor de Volume de negócios atingido em 2016 está relativamente ao mesmo nível do que se obtivera em 2011, ano da fusão por incorporação na origem a atual Portos dos Açores. Desde esse ano, mais propriamente entre 2012 e 2015 o Volume de negócios registara invariavelmente valores à volta dos 17 e 18 milhões de euros anuais.

De entre as diversas componentes, destaque para o aumento das componentes que integram os serviços prestados, nomeadamente a referente a Equipamento marítimo e terrestre (+23,7 por cento), uma variação particularmente importante, atendendo a que se trata da principal rubrica dos

rendimentos operacionais. Outras variações são também de destacar, como seja a dos Serviços prestados a navios (+11,38 por cento), Serviços prestados a mercadorias (+16,86 por cento) e Náutica de recreio e piscinas (+13,46 por cento), isto para além da registada nas Outras prestações de serviços (+71,18 por cento).

Tabela 47: Rendimentos operacionais

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var.%
Vendas	491.660	456.019	7,82%
Vendas	491.660	456.019	7,82%
Serviços prestados	19.591.755	16.872.895	16,11%
Serviços prestados a navios	5.069.404	4.551.624	11,38%
Serviços prestados a mercadorias	3.569.637	3.054.523	16,86%
Equipamento marítimo e terrestre	6.172.520	4.989.999	23,70%
Fornecimentos	1.713.202	1.666.717	2,79%
Aluguers e ocupações	1.480.208	1.402.511	5,54%
Náutica de recreio e piscinas	943.919	831.971	13,46%
Outras prestações de serviços	642.865	375.551	71,18%
Subsídios à exploração	50.991	112.861	-54,82%
Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.	827.306	1.215.858	-31,96%
Outros rendimentos	5.245.394	5.678.088	-7,62%
Total de rendimentos operacionais	26.207.106	24.335.721	7,69%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Os ganhos obtidos com as participações financeiras, também com impacto no valor total dos rendimentos operacionais, registou em 2016 um decréscimo de 31,96 por cento, resultado da variação do resultado líquido do período da empresa associada Atlânticoline, na qual a Portos dos Açores possui uma participação de 83,97 por cento. Em oposição, o impacto dos resultados líquidos dos diversos operadores portuários, alvo de aplicação do método de equivalência patrimonial, foi positivo.

No que diz respeito a Outros rendimentos e ganhos, decorrem na sua quase totalidade da imputação aos rendimentos da componente de depreciação ou amortização associada à comparticipação de Programas Comunitários e contratos programa. Atendendo ao acentuado volume de investimentos comparticipados por tais programas e contratos, também o volume de rendimentos daí resultante apresenta-se como muito elevado.

9.1.3. Gastos operacionais

A nível dos gastos operacionais, registo para um crescimento bastante mais moderado do que o ocorrido com as componentes do Volume de negócios da empresa, e que se cifrou em apenas 2,9 por cento. Como principais aspetos, será de frisar o aumento da rubrica Gastos com o pessoal, com uma variação absoluta de 460 mil euros, ou seja, mais 4,05 por cento do que em 2015. Segue-se a rubrica Fornecimento e serviços externos com uma variação absoluta da mesma ordem de grandeza, mas uma percentagem de 7,15 por cento.

Em sentido contrário, será de referir, pela sua ordem de grandeza, a variação negativa ocorrida nos Gastos de depreciação e de amortização (-1,59 por cento). As restantes rubricas apresentam valores absolutos marginais, cujas variações não registam impacto relevante para o total dos gastos operacionais.

Tabela 48: Gastos operacionais

Unidade: euro			
Gastos operacionais	2016	2015	Var. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	467.343	482.199	-3,08%
Fornecimentos e serviços externos	6.808.122	6.353.979	7,15%
Gastos com o pessoal	11.806.320	11.346.509	4,05%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.344.655	7.463.436	-1,59%
Imparidades de dívidas a receber	286.339	367.643	-22,11%
Provisões	15.153	-52.642	-128,78%
Outros gastos	465.557	465.002	0,12%
Total de gastos operacionais	27.193.488	26.426.127	2,90%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Nas secções seguintes são detalhados alguns aspetos das principais componentes dos gastos operacionais.

9.1.3.1. Gastos com o pessoal

Os Gastos com pessoal assumem uma preponderância muito significativa no total dos gastos da empresa, com um impacto direto ao nível do resultado operacional. Este facto justifica uma análise particularmente detalhada dos mesmos.

No ano de 2016 os gastos com o pessoal atingiram um nível muito próximo dos 12 milhões de euros, representando um acréscimo de 4,05 por cento face aos 11.346 milhares de euros despendidos em 2015.

A principal componente dos gastos com o pessoal corresponde à rubrica de Remunerações com o pessoal, que ascendeu, em 2016, a 9.2 milhões de euros, mais 5,95 por cento do que os 8,7 milhões de euros despendidos em 2015. Tendo em consideração o ligeiro aumento no que diz respeito ao efetivo médio, de 265 trabalhadores em 2015 para 272 em 2016, a remuneração média anual dos trabalhadores, excluindo-se os membros dos órgãos sociais, atingiu, em 2016, os 33.971 euros, mais 3,22 por cento do que em 2015.

Contribuiu também para estas variações as valorizações remuneratórias verificadas na decorrência do despacho conjunto referido no ponto 5.1 supra.

Na sequência da alteração em apreço, resultaram acréscimos na generalidade das remunerações, com efeito nas Remunerações dos Órgãos sociais (+9,02 por cento), nas Remunerações do pessoal (+5,95 por cento) e ainda nos Encargos sobre remunerações (+6,65 por cento).

Tabela 49: Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2016	2015	Var.%
Remunerações órgãos sociais	194.317	178.246	9,02%
Remunerações do pessoal	9.240.142	8.721.547	5,95%
Benefícios pós-emprego	38.836	162.843	-76,15%
Encargos sobre remunerações	2.113.269	1.981.420	6,65%
Seguros acidentes trab./doença	114.913	130.366	-11,85%
Gastos ação social	9.828	26.971	-63,56%
Outros gastos com o pessoal	95.016	145.117	-34,52%
Total	11.806.320	11.346.509	4,05%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A totalidade das restantes rubricas registou uma variação negativa, sendo de referir evolução da rubrica Benefícios pós-emprego, cuja quebra se deveu à conclusão do processo de aposentações do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária”.

Na tabela seguinte os valores são apresentados com a separação dos gastos com os órgãos sociais e o pessoal, permitindo uma perspetiva ligeiramente diferente da expressa na tabela anterior.

Tabela 50: Gastos com o pessoal (Órgãos sociais e Pessoal)

Gastos com o pessoal	2016	2015	Var.%
Órgãos Sociais	240.819	222.910	8,03%
Remunerações	194.317	178.246	9,02%
Encargos sobre remunerações	46.503	44.664	4,12%
Pessoal	11.306.908	10.658.303	6,09%
Remunerações	9.240.142	8.721.547	5,95%
Encargos sobre remunerações	2.066.767	1.936.756	6,71%
Outros gastos com o pessoal	258.593	465.297	-44,42%
Total	11.806.320	11.346.509	4,05%

Na desagregação da rubrica Remunerações com o pessoal, a que se procede na tabela abaixo, o aumento mais pronunciado registou-se ao nível das Remunerações acessórias, que contemplam sobretudo as remunerações associadas a serviços especiais de rebocadores. Em 2016, por via da inoperacionalidade do navio afeto à distribuição de combustíveis no arquipélago, foram efetuados serviços de abastecimento através de rebocador da Portos dos Açores, decorrendo desse facto o crescimento das Remunerações acessórias (+86,29 por cento).

A redução de maior amplitude ocorreu ao nível das Reduções ao abrigo das LOE (Lei de Orçamento de Estado), com uma diminuição de 63,49 por cento, por via da aplicação do despacho conjunto a que já se fez referência (cfr., ponto 5.1 supra).

Tabela 51: Remunerações do pessoal

Remunerações do pessoal	2016	2015	Var.%
Remunerações normais	7.692.437	7.294.283	5,46%
Remunerações adicionais	1.625.652	1.780.808	-8,71%
Reduções ao abrigo das LOE	-141.542	-387.683	-63,49%
Remunerações acessórias	63.594	34.138	86,29%
Total	9.240.142	8.721.547	5,95%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à categoria Remunerações normais, não são perceptíveis grandes variações, exceptuando-se a rubrica de Diuturnidades (+18,53 por cento). As mesmas encontravam-se congeladas, sendo desbloqueadas por via da aplicação do despacho conjunto já citado, ao abrigo do qual também foram desbloqueadas as progressões, com reflexo ao nível dos vencimentos. Todas estas alterações aplicaram-se com efeitos a julho de 2016.

Tabela 52: Remunerações normais do pessoal

Remunerações normais	2016	2015	Var.%
Vencimentos	4.725.487	4.522.428	4,49%
Subsídios de férias e natal	873.303	826.618	5,65%
Isenção de horário de trabalho	1.532.076	1.439.416	6,44%
Diuturnidades	377.223	318.250	18,53%
Restantes	184.348	187.571	-1,72%
Total	7.692.437	7.294.283	5,46%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O Conselho Fiscal não auferiu qualquer remuneração pelo exercício das suas funções em 2016 e 2015.

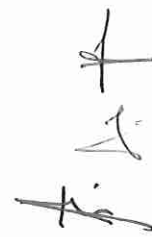
9.1.3.2. Fornecimentos e serviços externos

Tabela 53: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015	Unidade: euro
			Var (%)
Subcontratos	1.548.921	1.641.548	-5,64%
Serviços Especializados	2.748.288	2.392.619	14,87%
Materiais	100.405	93.452	7,44%
Energia e Fluidos	1.473.211	1.395.851	5,54%
Deslocações, Estadas e Transportes	122.443	122.690	-0,20%
Serviços Diversos	814.854	707.819	15,12%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	6.808.122	6.353.979	7,15%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

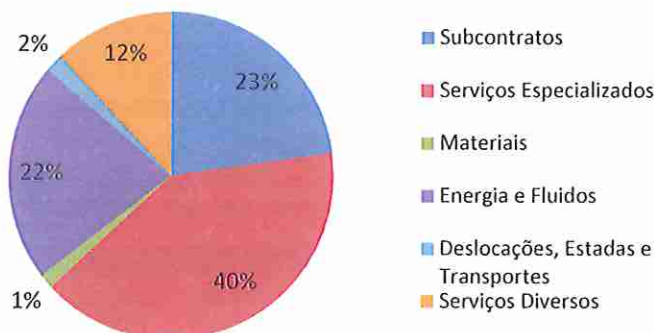
A principal componente dos Fornecimentos e serviços externos são os Serviços especializados, que representavam, no final de 2016, 40,37 por cento do total da rubrica (37,66 por cento em 2015). Incluem-se aí os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento marítimo e terrestre, componentes vitais para a prossecução do objeto social da



empresa, bem como ainda os gastos com vigilância e segurança, essenciais no âmbito do cumprimento com as medidas ao abrigo do Código ISPS.

Ambas estas componentes, ou seja, os gastos com conservação e reparação (1.2 milhões de euros em 2016) e com vigilância e segurança (um milhão de euros em 2016) representam 82,36 por cento do total de Serviços especializados.

Figura 41: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2016



Os Subcontratos são, em termos de peso relativo, a segunda maior componente dos Fornecimentos e serviços externos, apresentando um peso relativo nos Fornecimentos e serviços externos de 22,75 por cento (25,83 por cento em 2015). Nestes gastos incluem-se sobretudo os serviços de gestão do complexo “Portas do Mar”, que representa, só por si, 39,56 por cento dos gastos dos Subcontratos. Incluem-se ainda nos Subcontratos os serviços de estiva, lancha, amarração e recolha de lixo e óleos, componentes essenciais da atividade portuária.

A terceira principal componente de Fornecimentos e serviços externos corresponde à rubrica Energia e Fluidos (21,64 por cento do total dos Fornecimentos e serviços externos em 2016, percentagem praticamente idêntica à registada em 2015) e que compreende o consumo de eletricidade, combustíveis, água e ainda outros fluidos. Em 2016, o consumo de electricidade representou 45,21 por cento do total de gastos desta rubrica de Energia e Fluidos (46,42 por cento em 2015), seguido do consumo de combustíveis, que correspondeu a 32,45 por cento do total da rubrica (35,30 por cento em 2015). Com bastante menos importância, segue-se o consumo de água com 14,95 por cento dos gastos da rubrica em 2016 e 12,80 por cento em 2015.

Por fim, referência aos Serviços diversos, com um peso relativo de 11,97 por cento em 2016, sensivelmente o mesmo que em 2015. Aqui se incluem uma panóplia de serviços, com destaque para a limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações.

Todas as restantes componentes possuem um impacto relativamente marginal no âmbito dos gastos em Fornecimentos e serviços externos, nomeadamente as rubricas de materiais e deslocações, estadas e transportes.

De referir ainda o volume de gastos com a Revisão de contas, que se cifrou em 11.450 euros, valor idêntico ao de 2015.

9.1.3.3. Gastos de depreciação e amortização

Os gastos operacionais registam também uma forte dependência da rubrica Gastos de depreciação e amortização, que possui um peso relativo de 27,01 dos gastos operacionais em 2016 (28,24 por cento em 2015). A esse nível, apenas duas componentes são responsáveis por mais de 95 por cento dos gastos. São elas as depreciações de edifícios e outras construções, com 78,31 por cento do total de gastos de depreciação e de amortização (76,37 por cento em 2015) e equipamento básico, com 18,97 por cento (20,38 por cento em 2015).

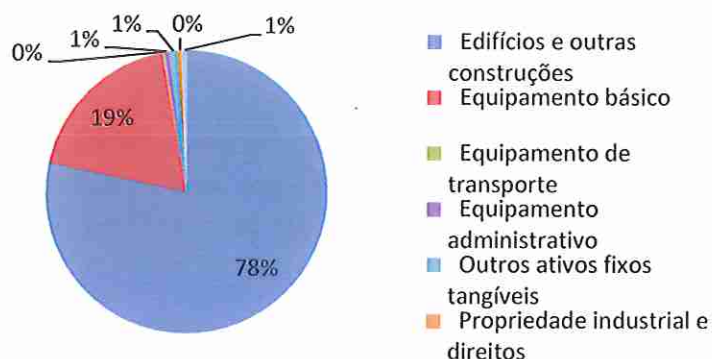
Tabela 54: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e de amortização	Unidade: euro		
	2016	2015	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.266.155	7.416.901	-2,03%
Edifícios e outras construções	5.751.597	5.699.974	0,91%
Equipamento básico	1.392.978	1.520.705	-8,40%
Equipamento de transporte	11.294	13.836	-18,37%
Equipamento administrativo	38.685	124.849	-69,01%
Outros ativos fixos tangíveis	71.600	57.538	24,44%
Ativos intangíveis	78.499	46.535	68,69%
Propriedade industrial e direitos	35.940	42.985	-16,39%
Outros ativos intangíveis	42.559	3.550	1098,92%
Total de gastos de depreciação e de amortização	7.344.655	7.463.436	-1,59%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No primeiro caso são particularmente relevantes as infraestruturas portuárias mais recentes, com empreitadas executadas pela Portos dos Açores ou pelas anteriores administrações portuárias, enquanto no segundo caso há a destacar a preponderância dos principais equipamentos flutuantes, nomeadamente os rebocadores e as lanchas de pilotagem e do equipamento terrestre de maior envergadura, nomeadamente gruas portuárias e empilhadores de maior capacidade.

Figura 42: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2016



9.1.3.4. Decomposição do resultado operacional

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2016 e 2015 e respetivas variações percentuais.

Tabela 55: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var.%
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	491.660	456.019	7,82%
Prestações de serviços	19.591.755	16.872.895	16,11%
Subsídios à exploração	50.991	112.861	-54,82%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	827.306	1.215.858	-31,96%
Outros rendimentos	5.245.394	5.678.088	-7,62%
Total 1.	26.207.106	24.335.721	7,69%
2. Gastos operacionais			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(467.343)	(482.199)	-3,08%
Fornecimentos e serviços externos	(6.808.122)	(6.353.979)	7,15%
Gastos com o pessoal	(11.806.320)	(11.346.509)	4,05%
Imparidade de dívidas a receber	(286.339)	(367.643)	-22,11%
Provisões	(15.153)	52.642	-128,78%
Outros gastos	(465.557)	(465.002)	0,12%
Total 2.	(19.848.833)	(18.962.691)	4,67%
3. EBITDA (=1.+2.)	6.358.273	5.373.030	18,34%
4. Gastos de depreciação e de amortização	(7.344.655)	(7.463.436)	-1,59%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(986.382)	(2.090.405)	-52,81%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além dos factos já descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um acréscimo muito relevante de mais de 985 milhares de euros, um aumento de 18,34 por cento face ao ano anterior e ultrapassando largamente os seis milhões de euros.

9.1.4. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2016 apresenta um valor da mesma ordem de grandeza do ano transato, cifrando-se à volta dos 2,4 milhões de euros. A manutenção deste valor, num contexto de aumento do endividamento, representa o resultado de um continuado processo de renegociação da dívida iniciado ainda durante o exercício de 2015.

Tabela 56: Resultado financeiro

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	(2.393.750)	(2.392.096)	0,07%
Resultado financeiro	(2.393.750)	(2.392.096)	0,07%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



9.2. Fundos libertos

Os Fundos libertos de 2016 atingiram um total de 3.643.447 euros, um aumento de 38,41 por cento face a 2015. Em termos absolutos, verifica-se uma variação absoluta positiva ligeiramente acima de um milhão de euros. Esta variação decorre sobretudo da alteração observada ao nível do Resultado líquido do período, em que se verifica uma melhoria de mais de 1,1 milhões de euros, sendo que as variações ao nível dos Gastos de depreciação e amortização, já detalhados acima, e da soma das Imparidades de dívidas a receber e Provisões do período são relativamente residuais.

Tabela 57: Fundos libertos

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var (%)
Resultado líquido do período	(3.399.716)	(4.516.018)	-24,72%
Gastos de depreciação e de amortização	7.344.655	7.463.436	-1,59%
Imparidades/Provisões	(301.491)	(315.002)	-4,29%
Fundos libertos	3.643.447	2.632.416	38,41%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentada na tabela seguinte.

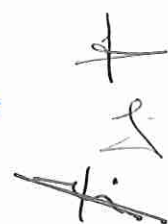


Tabela 58: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2016	%	2015	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	282.603.878	86,3%	278.469.767	90,7%
Ativos intangíveis	83.979	0,0%	160.682	0,1%
Participações financeiras	17.929.281	5,5%	17.561.751	5,7%
Outros investimentos financeiros	143.206	0,0%	140.594	0,0%
Créditos a receber	4.493.807	1,4%	184.157	0,1%
Ativos por impostos diferidos	66.472	0,0%	71.460	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	29.584	0,0%	23.292	0,0%
Clientes	8.147.646	2,5%	7.153.522	2,3%
Estado e outros entes públicos	256.849	0,1%	213.119	0,1%
Outros créditos a receber	11.464.226	3,5%	1.539.177	0,5%
Diferimentos	664.420	0,2%	669.976	0,2%
Caixa e depósitos bancários	1.529.305	0,5%	940.365	0,3%
Total do ativo	327.412.653	100,0%	307.127.863	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	40.238.700	12,3%	40.238.700	13,1%
Reservas legais	204.200	0,1%	204.200	0,1%
Outras reservas	21.403	0,0%	21.403	0,0%
Resultados transitados	(19.701.202)	-6,0%	(13.989.326)	-4,6%
Ajustamentos em ativos financeiros	10.437.991	3,2%	9.681.909	3,2%
Outras variações do capital próprio	184.539.359	56,4%	170.565.277	55,5%
Resultado líquido do exercício	(3.399.716)	-1,0%	(4.516.018)	-1,5%
Total do capital próprio	212.340.736	64,9%	202.206.146	65,8%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	363.235	0,1%	376.621	0,1%
Estado e outros entes públicos	256.542	0,1%	416.544	0,1%
Financiamentos obtidos	53.531.841	16,3%	50.682.664	16,5%
Outras dívidas a pagar	41.365.252	12,6%	38.204.952	12,4%
Passivo corrente				
Fornecedores	2.174.918	0,7%	1.947.375	0,6%
Estado e outros entes públicos	609.749	0,2%	738.503	0,2%
Financiamentos obtidos	8.095.714	2,5%	5.347.635	1,7%
Outras dívidas a pagar	8.618.125	2,6%	7.138.086	2,3%
Diferimentos	56.539	0,0%	69.337	0,0%
Total do passivo	115.071.917	35,1%	104.921.717	34,2%
Total do capital próprio e do passivo	327.412.653	100,0%	307.127.863	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



9.4. Fundo de manei

O Fundo de manei da Portos dos Açores atingiu em 2016 um valor positivo superior a 2,5 milhões de euros, um valor notavelmente melhor do que o de 2015, que se cifrara em 4,7 milhões de euros negativos.

Do lado do Ativo corrente registou-se uma importante alteração em 2016, correspondente à atribuição de subsídios ao investimento no âmbito do COMPETE 2020 no âmbito da Empreitada do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas. Este aspeto é alvo de detalhe na nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Do lado do Passivo corrente, a principal alteração prende-se com o aumento dos Financiamentos obtidos. No Passivo corrente são registados os valores de financiamento a amortizar no prazo de um ano. Neste caso, há a considerar os valores a amortizar no âmbito de empréstimos bancários e da parte reembolsável de incentivos financeiros atribuídos no âmbito de Programas de Apoio ao Investimento. Em 2016 regista-se um aumento de mais de 2,5 milhões de euros na componente de Financiamentos obtidos a amortizar.

Em resumo, o presente cenário é agora bastante mais equilibrado do que o registado em 2015, no qual era perfeitamente perceptível um desajustamento de maturidades entre responsabilidades e ativo correntes.

Tabela 59: Fundo de manei

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var (%)
Ativo corrente	22.092.029	10.539.451	109,61%
Passivo corrente	19.555.046	15.240.936	28,31%
Fundo de manei	2.536.983	(4.701.485)	-153,96%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

9.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores económicos e financeiros, são apresentados nas duas tabelas que se seguem.

9.5.1. Indicadores económicos

Quanto aos indicadores económicos, será de destacar a melhoria da totalidade dos mesmos, reflexo direto da obtenção de resultados mais favoráveis em 2016 face a 2015.

Tabela 60: Indicadores económicos

Descrição	2016	2015	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	91,85%	107,07%	-14,22%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	-4,91%	-12,06%	-59,29%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-0,30%	-0,68%	-55,74%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-1,60%	-2,23%	-28,31%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além disto, deverá destacar-se o facto do valor acrescentado bruto (VAB) ter excedido em 2016 o total dos gastos com o pessoal, ao contrário do que se observara em 2015.

9.5.2. Indicadores financeiros

Tabela 61: Indicadores financeiros

Descrição	2016	2015	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,07	0,63	69,84%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,65	0,66	-1,49%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,85	1,93	-4,25%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,02	0,98	3,92%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365/(Vendas+Prestações de serviços))	148,08	150,68	-1,72%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	116,60	111,87	4,23%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de um aumento acentuado da Liquidez geral, por via, do efeito considerável ao nível do aumento do Ativo corrente (de 10,5 milhões em 2015 para 22,1 milhões em 2016), ou seja, um acréscimo de 11,5 milhões de euros. Já no que respeito ao Passivo corrente regista uma variação positiva da ordem dos 4,3 milhões de euros, de 15,2 milhões de euros em 2015 para 19,6 milhões em 2016.

A Autonomia financeira regista uma diminuição muito ligeira, correspondente a um ponto percentual, mantendo-se a um nível perfeitamente sustentável, em resultado sobretudo do valor do capital próprio, que aumenta sob o efeito decorrente dos Ajustamentos e outras variações no capital próprio, rubrica onde são registados os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis, conforme detalhe apresentado na nota 16 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Relativamente à Solvabilidade, observa-se uma diminuição no indicador, decorrente do aumento mais acentuado do Passivo total (+9,7 por cento de variação) face ao aumento do valor do Capital

10. Participações financeiras

10.1. Enquadramento

A Portos dos Açores elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2016 são as que constam da tabela a seguir.

Tabela 62: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

O presente capítulo apresenta algumas notas relativas ao conjunto de participações financeiras em posse da empresa Portos dos Açores no final de 2016, com um destaque muito particular para a empresa Atlânticoline. Atendendo à importância da atividade dos vários operadores portuários da Região Autónoma dos Açores e em que a PA possui uma participação de 20 por cento, é também efetuada uma breve menção aos respetivos principais aspetos de âmbito económico e financeiro.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 constante da tabela abaixo.

Tabela 63: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nas entidades subsidiárias e associadas identificadas nas tabelas acima foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

10.2. Atlânticoline, S.A.

Conforme referido acima, detalhamos na presente secção os principais aspetos do desempenho da subsidiária Atlânticoline, S.A., pela importância, em termos de dimensão, da empresa e do impacto que os resultados constantes das suas demonstrações financeiras têm nas próprias demonstrações financeiras da Portos dos Açores.



próprio (+5,0 por cento de variação), por via do crescimento da rubrica Financiamentos obtidos (no passivo corrente e não corrente), em cerca de 5,6 milhões de euros. Para além disto, também a rubrica Outras dívidas a pagar (no passivo corrente e não corrente) teve um acréscimo de 4,6 milhões de euros. O detalhe destas duas últimas rubricas consta nas notas 18 e 19 às Demonstrações Financeiras –Contas Individuais.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, ocorreu um aumento no seu valor, por via do crescimento mais acentuado dos capitais permanentes face à evolução do valor do Imobilizado líquido.

Quanto ao Prazo médio de cobrança e ao prazo médio de pagamentos, mantêm-se a níveis relativamente similares aos do ano anterior.

A subsidiária Atlânticoline, tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97 por cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros, pela Portos dos Açores. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores, no valor de 1.145.400 euros, correspondente a 16,03 por cento do capital.

O exercício de 2016 correspondeu ao primeiro ano integral de atividade da Atlânticoline após o processo de fusão por incorporação da Transmaçor, Lda., ocorrido no final de março de 2015. Neste ano, a operação da empresa compreendeu as seguintes atividades, de acordo com o Relatório Final do Serviço Prestado, documento elaborado nos termos do n.º 4 do artigo 28.º do Caderno de Encargos do Contrato de Fornecimento do Serviço Público de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores:

U Operação regular:

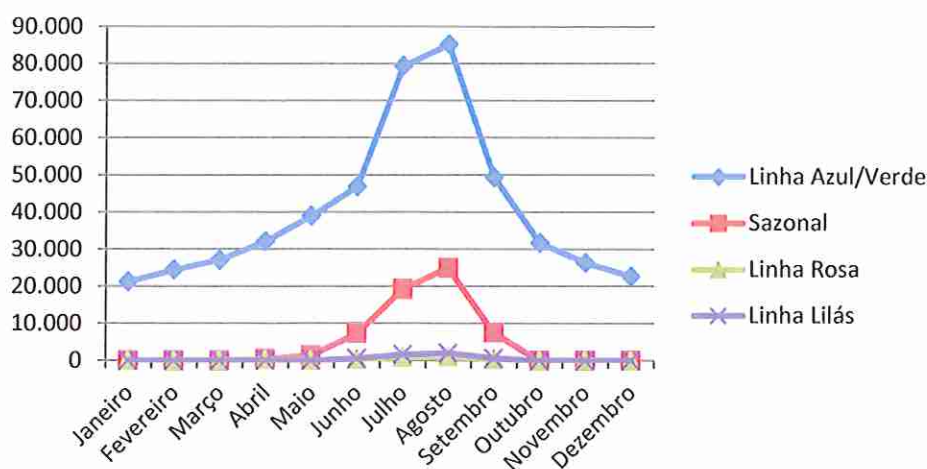
- o **Linha Rosa**, que compreende as ligações entre o porto de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores e a ilha do Corvo;
- o **Linha Azul**, que compreende as ligações entre os portos de Horta e Madalena;
- o **Linha Verde**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas;
- o **Linha Lilás**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo.

U Operação sazonal:

- o **Linha Amarela**, que compreende as ligações entre todas as ilhas, com exceção do Corvo.

As linhas com maior relevância para a empresa são, em primeiro lugar, a Linha Azul, seguida da Linha Verde. A Linha Rosa e a Linha Lilás apresentam uma importância relativamente residual para a empresa, que não ultrapassa 1,6 por cento do total de passageiros transportados.

Figura 43: Número de passageiros transportados por mês e Linha em 2016



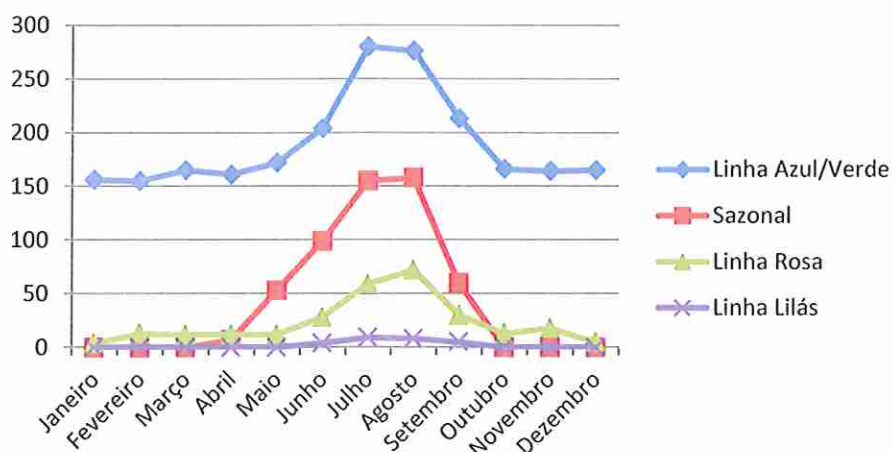


Em termos absolutos, na Linha Rosa foram transportados 3.922 passageiros, através de 278 viagens. Registou-se um total de 59 viagens canceladas e 25 viagens extraordinárias para reposição da embarcação “Ariel” afeta a esta linha ou para reposição das viagens canceladas. A capacidade do equipamento é de 12 passageiros. Por seu turno, a Linha Lilás movimentou 4.855 passageiros em 26 viagens, ocorridas entre os meses de junho e setembro. Não ocorreu nesta linha qualquer cancelamento, sendo a operação garantida pelos navios “Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”.

Já no que concerne às Linhas Azul e Verde, operada sobretudo pelos navios “Gilberto Mariano” e “Mestre Simão”, cada qual com uma capacidade de cerca de 300 passageiros, foi transportado um total de cerca de 485 mil passageiros através de 2.277 viagens. Devido a condições meteorológicas adversas foram canceladas 27 viagens, uma percentagem perfeitamente residual. Estas duas linhas representaram em 2016 mais de 87 por cento do volume de passageiros transportados pela empresa.

A operação sazonal, realizada pelos navios “Express Santorini”, com capacidade para 600 passageiros, e o “Paraguana I”, com capacidade para 660 passageiros, registou um total de cerca de 61 mil passageiros em 532 viagens.

Figura 44: Número de viagens realizadas por mês e Linha em 2016



Em termos financeiros, será de destacar como factos relevantes o aumento do Volume de negócios da empresa, de 12,6 milhões de euros em 2015 para 15 milhões de euros em 2016, um acréscimo de 19,34 por cento, em grande medida devido a três factores distintos: um primeiro decorrente do processo de fusão, ocorrido no primeiro trimestre de 2015, fazendo com que o ano de 2016 não possa ser comparável com o anterior; o aumento do volume de passageiros inter-ilhas, aspeto detalhado no ponto 4.2.3.2 acima; e, por último, o valor de subsídios à exploração registado em 2015 e sem equivalente em 2016.

Será também por via do efeito da fusão que se observam variações ao nível de algumas componentes de gastos mais assinaláveis, como é o caso dos aumentos das rubricas de Custo das existências (+20,28 por cento), Gastos com o pessoal (+11,37 por cento) e Fornecimentos e serviços externos (+10,55 por cento).

Quanto ao Resultado líquido do período, registou um decréscimo de quase 700 milhares de euros, mantendo-se, no entanto, positivo em cerca de 885 milhares de euros.

Na análise do Balanço, de destacar alguns dos principais factos que contribuem para a alteração da sua estrutura, como é o caso do aumento extraordinário da rubrica Clientes, que passa de um peso relativo de 2,5 por cento do total do Ativo de 2015 para 15,1 por cento em 2016. Ao nível do Passivo, destacamos a variação registada ao nível do Passivo corrente, mais propriamente na componente de Financiamentos obtidos que sofre uma variação positiva de 2,5 milhões de euros.

Tabela 64: Balanços da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro			
	2016	%	2015	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	18.101.522	57,3%	19.123.579	66,0%
Ativos intangíveis	155.046	0,5%	3.060	0,0%
Outros investimentos financeiros	63.311	0,2%	58.772	0,2%
Ativo corrente		0,0%		0,0%
Inventários	87.578	0,3%	85.432	0,3%
Clientes	4.769.482	15,1%	731.525	2,5%
Estado e outros entes públicos	343.419	1,1%	411.925	1,4%
Outros créditos a receber	7.988.088	25,3%	8.342.631	28,8%
Diferimentos	20.144	0,1%	37.767	0,1%
Caixa e depósitos bancários	40.312	0,1%	165.370	0,6%
Total do ativo	31.568.903	100,0%	28.960.059	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	7.145.400	22,6%	7.145.400	24,7%
Reservas legais	445.490	1,4%	288.253	1,0%
Outras reservas	(4.790.531)	-15,2%	(4.790.531)	-16,5%
Resultados transitados	3.017.873	9,6%	1.602.737	5,5%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13.668.994	43,3%	14.355.757	49,6%
Resultado líquido do período	884.845	2,8%	1.572.373	5,4%
Total do capital próprio	20.372.072	64,5%	20.173.990	69,7%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	99.170	0,3%	99.170	0,3%
Financiamentos obtidos	3.519.229	11,1%	3.738.169	12,9%
Passivos por impostos diferidos	2.621	0,0%	1.937	0,0%
Outras dívidas a pagar	3.061.721	9,7%	3.215.549	11,1%
Passivo corrente				
Fornecedores	1.281.733	4,1%	780.464	2,7%
Estado e outros entes públicos	69.873	0,2%	69.792	0,2%
Financiamentos obtidos	2.784.822	8,8%	259.866	0,9%
Outras dívidas a pagar	377.662	1,2%	621.122	2,1%
Total do passivo	11.196.831	35,5%	8.786.069	30,3%
Total do capital próprio e do passivo	31.568.903	100,0%	28.960.059	100,0%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



Tabela 65: Demonstração de resultados da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2016	2015	Var.%
Vendas e serviços prestados	15.068.184	12.626.043	19,34%
Subsídios à exploração	0	1.658.780	-100,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(123.120)	(102.364)	20,28%
Fornecimentos e serviços externos	(10.539.553)	(9.533.555)	10,55%
Gastos com o pessoal	(2.829.070)	(2.540.342)	11,37%
Outros rendimentos	947.069	1.465.367	-35,37%
Outros gastos	(56.900)	(134.151)	-57,59%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.533.590	3.357.717	-24,54%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.270.311)	(1.311.301)	-3,13%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.263.279	2.046.416	-38,27%
Juros e rendimentos similares obtidos	4.848	11.739	-58,70%
Resultado antes de impostos	948.952	1.682.729	-43,61%
Imposto sobre o rendimento do período	(64.106)	(110.356)	-41,91%
Resultado líquido do período	884.845	1.572.373	-43,73%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

10.3. Operadores portuários

Relativamente às empresas licenciadas para a atividade de operação portuária na Região Autónoma dos Açores e em que a Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento, detalhamos nas tabelas seguintes os principais aspetos de âmbito financeiro dos exercícios de 2016 e 2015.

De referir que todas as empresas de operação portuária apresentaram Resultados líquidos do período positivos em 2016, a par do sucedera no exercício de 2015. Será ainda de realçar os valores dos Resultados líquidos do período apresentados pelos operadores OPERTERCEIRA e OPERTRI, que ultrapassaram os 100 mil euros e com uma percentagem superior a 10 por cento das Vendas e serviços prestados.

Outro facto a destacar prende-se com as variações ao nível das Vendas e serviços prestados e em que a totalidades dos operadores portuários registaram variações positivas muito substanciais, justificadas apenas parcialmente pela melhoria do ritmo da atividade.

Relativamente aos gastos, registo para o elevado peso dos Gastos com o pessoal na estrutura das empresas, com maior evidência na OPERTRI, caso em que representa 80 por cento das Vendas e serviços prestados, ainda assim relativamente menos do que em 2015, ano em que este rácio atingira os 90 por cento. Já no caso das restantes empresas, os valores são bastante inferiores, ou seja, de 34,25 por cento no caso da OPERTERCEIRA e de 52,48 por cento na OPERPD. As razões subjacentes a estas disparidades decorrem do facto de, no caso da OPERTRI, o valor referente aos serviços prestados pelos equipamentos utilizados na operação portuária, propriedade da Portos dos Açores, ser faturado diretamente ao agente do navio e não ao operador portuário. Nos casos dos restantes operadores portuários, o valor destes serviços é cobrado à empresa requisitante que, posteriormente fá-lo repercutir no seu cliente.

Tabela 66: Balanços dos Operadores Portuários

Descrição	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2016	%	2015	%	2016	%
Ativo						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	83.766	6,3%	61.753	6,9%	80.621	3,4%
Ativos intangíveis	1.881	0,1%	1.876	0,2%	0	0,0%
Outros investimentos financeiros	129	0,0%	0	0,0%	93	0,0%
Ativos por impostos diferidos	83.953	6,3%	6.720	0,8%	114.240	4,8%
Ativo corrente						
Clientes	713.212	53,5%	609.353	68,1%	408.212	17,3%
Estado e outros entes públicos	28.978	2,2%	29.269	3,3%	3.946	0,2%
Outros créditos a receber	10.104	0,8%	8.721	1,0%	8.174	0,3%
Diferimentos	22.891	1,7%	16.496	1,8%	3.273	0,1%
Caixa e depósitos bancários	387.841	29,1%	161.085	18,0%	1.739.175	73,8%
Total do ativo	1.332.755	100,0%	895.273	100,0%	2.357.733	100,0%
Capital próprio						
Capital subscrito	250.000	18,8%	250.000	27,9%	124.699	5,3%
Reservas legais	50.000	3,8%	50.000	5,6%	30.230	1,3%
Outras reservas	530.673	39,8%	530.673	59,3%	962.480	40,8%
Resultados transitados	(533.638)	-40,0%	(570.481)	-63,7%	58.800	2,5%
Resultado líquido do período	93.266	7,0%	36.843	4,1%	192.768	8,2%
Total do capital próprio	390.302	29,3%	297.036	33,2%	1.368.977	58,1%
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões	0	0,0%	0	0,0%	805.000	34,1%
Financiamentos obtidos	27.246	2,0%	15.432	1,7%	0	0,0%
Passivo corrente						
Fornecedores	303.243	22,8%	290.772	32,5%	40.522	1,7%
Estado e outros entes públicos	64.879	4,9%	55.986	6,3%	47.472	2,0%
Financiamentos obtidos	8.442	0,6%	7.658	0,9%	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	538.643	40,4%	228.388	25,5%	95.762	4,1%
Total do passivo	942.453	70,7%	598.237	66,8%	988.756	41,9%
Total do capital próprio e do passivo	1.332.755	100,0%	895.273	100,0%	2.357.733	100,0%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI



Outra componente com relevância na estrutura de gastos é a rubrica de Fornecimentos e serviços externos, particularmente nos casos da OPERPDL e OPERTERCEIRA, em ambos os casos à volta dos 45 por cento do valor das Vendas e prestações de serviços. Já no que diz respeito à OPERTRI, a percentagem é bastante reduzida, em virtude de não suportarem os gastos relativos à utilização dos equipamentos portuários subcontratados à empresa Portos dos Açores para a realização das operações de movimentação de cargas.

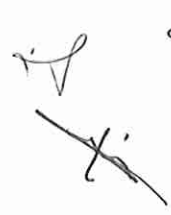


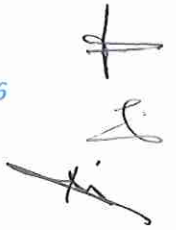
Tabela 67: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI		
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %	Var. %	
Vendas e serviços prestados	3.808.721	3.219.264	1.849.039	1.638.027	935.628	717.481	30,40%
Fornecimentos e serviços externos	(1.690.239)	(1.448.108)	(858.684)	(763.817)	(53.493)	(50.215)	6,53%
Gastos com o pessoal	(1.998.653)	(1.649.976)	(633.266)	(525.098)	(748.799)	(643.725)	16,32%
Imparidades de dívidas a receber	0	(940)	0	0	0	0	-%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	(125.000)	(100.000)	0	0	-%
Outros rendimentos	1.250	7.088	58.059	84.059	3.589	2.971	20,77%
Outros gastos	(58.711)	(73.773)	(473)	(56.086)	(1.778)	(2.078)	-14,43%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e	62.368	53.555	290.522	277.085	135.147	24.434	453,11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(31.239)	(20.138)	(28.715)	(18.231)	(3.747)	(3.645)	2,78%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e	31.129	33.417	261.808	258.854	131.400	20.788	532,08%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.688	2.406	0	0	947	2.275	-58,38%
Juros e rendimentos similares suportados	(893)	(391)	0	0	0	0	-%
Resultado antes de impostos	31.925	35.432	261.808	258.854	132.347	23.063	473,84%
Imposto sobre o rendimento do período	61.342	1.410	(69.040)	(49.604)	(8.768)	(1.305)	572,01%
Resultado líquido do período	93.266	36.843	192.768	209.250	123.579	21.759	467,95%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI





11. Perspetivas futuras

As previsões quanto ao comportamento da economia mundial para 2017 e 2018, de acordo com o *World Economic Outlook Update* de janeiro de 2017, são relativamente mais animadoras do que o desempenho registado ao longo de 2016. No entanto, tais previsões encontram-se envoltas num assinalável grau de incerteza, associadas sobretudo à mudança de política da nova administração dos Estados Unidos e as suas repercussões internacionais. Os maiores riscos incluem as possíveis alterações deste país no sentido de um maior protecçãoismo, uma deterioração das condições financeiras globais, o recrudescimento das tensões geopolíticas e uma desaceleração mais acentuada na China, em que se registará, de acordo com as últimas previsões, a menor expansão económica dos últimos 27 anos, com uma taxa de crescimento de 6,5 por cento. Este ritmo de crescimento é a confirmação do fenómeno de desaceleração já registado em 2016, em que se observara uma taxa de 6,7 por cento, o pior desempenho desde 1990.

De qualquer modo, as perspetivas para as economias mais desenvolvidas são de melhoria em 2017-2018 (1,9 por cento em 2017 e 2,0 por cento em 2018), graças ao desempenho registado no segundo semestre de 2016 e o estímulo fiscal previsto nos Estados Unidos. Relativamente às economias dos mercados emergentes, devido a condições financeiras menos favoráveis, as perspetivas de crescimento são marginalmente negativas face ao prognóstico de outubro de 2016 (com um crescimento estimado de 4,5 por cento em 2017 e 4,8 por cento em 2018). Quanto à China, as perspetivas foram revistas em alta, decorrente dos estímulos projectados para a política económica. Em sentido contrário, as perspetivas foram revistas em baixa para uma série de outras economias, nomeadamente Índia, Brasil e México.

Ao nível das *commodities*, de referir as perspetivas para a evolução do preço do petróleo, após o acordo na OPEP no início de 2017, conducentes à estabilização do preço do barril. Contudo, a evolução do preço não tem sido propriamente positiva. De facto, com o barril acima dos 55 dólares, conforme registado no final de 2016, a produção americana de petróleo de xisto tornou-se novamente rentável, observando-se atualmente uma duplicação do número de plataformas nos Estados Unidos desde o seu mínimo em maio de 2016. Adicionalmente, na ausência de acréscimos significativos no consumo, o regresso da produção norte-americana significa um aumento de *stock*. Esta pressão no sentido de uma estabilização ou mesmo redução do preço é significativa. Nesta conjuntura, é improvável que a cotação do petróleo estabilize em níveis mais elevados do que os observados no início de 2017.

No que respeita a Portugal, de acordo com as *Grandes Opções do Plano para 2017*, prevê-se para esse ano um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 1,5 por cento, reflexo da manutenção de um contributo positivo da procura interna, conjugado com um contributo positivo da procura externa líquida. Por seu turno, o Banco de Portugal, no seu documento *Projeções para a economia portuguesa: 2017-2019*, considera uma taxa de crescimento do PIB mais elevada para 2017, ou seja, 1,8 por cento.



A dinâmica da procura interna, reflexo da normalização da atividade económica após o período de intervenção da *Troika*, assenta num conjunto de factores, em que se inclui, por um lado, a evolução favorável do consumo privado, a melhoria das condições do mercado de trabalho e os preços baixos do petróleo.

No que respeita à procura externa, antecipa-se uma aceleração das exportações, com impacto no ajustamento das contas externas do país, permitindo um saldo conjunto da balança corrente e de capital de 2,2 por cento do PIB, aumentando a capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa.

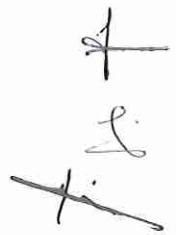
Quanto ao consumo público, deverá reduzir-se, resultado da continuação do processo de ajustamento da despesa pública. A inflação medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) deverá atingir os 1,5 por cento em 2017 (0,8 por cento em 2016), num contexto de equilíbrio de tensões - quer inflacionistas, quer deflacionistas - nos mercados internacionais de *commodities*. Esta subida da inflação em cerca de 0,7 pontos percentuais face a 2016 traduzirá uma maior pressão ascendente sobre os preços. Para tal contribui a melhoria da procura interna e a aceleração das remunerações por trabalhador associada à reposição dos cortes salariais na Administração Pública, bem como a relativa estabilização do preço dos bens energéticos após a quebra registada no ano precedente. O diferencial face à evolução dos preços no conjunto da área do euro deverá permanecer positivo (+0,2 pontos percentuais).

Globalmente, estas projeções são consistentes com a correção dos desequilíbrios macroeconómicos internos e externos, ainda de acordo com o documento "Grandes Opções do Plano 2017". Abandonado está, portanto, o cenário de forte contração da atividade observada no triénio 2011-2013.

Já o Banco de Portugal (BdP), no seu documento *Projeções para a economia portuguesa 2017-2019*, considera que a economia portuguesa deverá manter uma trajetória de recuperação ao longo do horizonte de projecção, com um crescimento do PIB de 1,8 por cento, conforme referido acima para 2017, e de 1,7 e 1,6 por cento, respetivamente em 2018 e 2019. A evolução da atividade ao longo do horizonte de projecção está sustentada num crescimento forte das exportações e do investimento empresarial, que será acompanhado pelo aumento do emprego no setor privado e pela redução continuada da taxa de desemprego.

Relativamente à economia açoriana, e conforme já referido no capítulo 4, de destacar o ritmo de crescimento registado em 2016 para o PIB, que se fixou em 2,0 por cento, segundo o SREA, o que corresponde a uma aceleração do PIB face ao valor do ano anterior e ainda o mais elevado desde o ano de 2010.

Quanto aos próximos anos, a proposta de *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*, aprovada em Conselho de Governo de 13 de fevereiro de 2017, apontam para um volume de investimento no quadriénio de cerca de 3,1 mil milhões de euros. Deste total, o investimento com maior peso absoluto destina-se ao fomento do crescimento económico, sustentado no conhecimento na inovação e no empreendedorismo e do emprego, com um volume de despesa pública de investimento de quase 1,62 mil milhões de euros, próximo de 52 por cento do total.



No que respeita especificamente à área de transportes marítimos, a proposta em apreço define o aprofundamento do modelo existente, numa perspetiva de optimização e de redução de custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana, e assegura a continuidade do fornecimento do serviço de transporte de passageiros e viaturas na Região, com obrigações de serviços público.

Quanto às infraestruturas portuárias, propõe-se o desenvolvimento de um conjunto de empreitadas para reforço da segurança e eficiência operacional. A nível da integração nas redes de transporte marítimo internacionais, é proposta a integração do porto da Praia da Vitória na rede transeuropeia de transporte como ponto de abastecimento de GNL e potenciar o papel desse porto no transporte de carga entre os continentes europeu e norte-americano.

No que respeita a investimentos diretamente da responsabilidade da Portos dos Açores, cuja predominância incide em intervenções a nível das infraestruturas portuárias, o *Plano de Investimentos 2017-2019* aprovado pela Assembleia Geral mantém os principais desafios que se colocam à empresa, também expressos no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprovou os estatutos da empresa e que se sintetizam nas seguintes linhas orientadoras:

- ☒ Autonomia operacional de cada porto;
- ☒ Uniformização de sistemas de gestão, com aplicação mais eficiente de recursos;
- ☒ Redução de custos fixos de funcionamento;
- ☒ Racionalização organizativa e financeira.

O desígnio de tais desafios é o de tornar os portos açorianos mais atrativos, garantindo a sua sustentabilidade e a qualidade e diversidade dos serviços prestados, em consonância com o estabelecido também nas *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*.

Neste contexto, encontram-se previstos para o triénio entre 2017 e 2019 um montante de investimento global da ordem dos 163 milhões de euros, espelhando este valor o contínuo esforço que vem sendo realizado pela empresa nos últimos anos na melhoria de acessibilidades, sobretudo em termos de infraestruturas portuárias. Em termos de financiamento, prevê-se que o plano de investimentos seja financiado em 112,3 milhões de euros por Programas Comunitários, em 33,8 milhões pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores, através da celebração de Contratos Programa, sendo o remanescente através de capitais próprios e outros fundos.

Para o ano de 2017, o investimento atinge os 43,3 milhões de euros, sendo dada prioridade, entre outros, aos seguintes investimentos:

- ☒ Prolongamento do molhe cais do porto das Velas (a concluir durante 2017);
- ☒ Requalificação do porto da Horta;
- ☒ Prolongamento do molhe cais e alargamento da plataforma do porto da Casa (Ilha do Corvo);
- ☒ Reforço do manto do molhe do porto de Ponta Delgada;
- ☒ Requalificação do porto das Poças, em Santa Cruz das Flores.

Este conjunto de elementos permite traçar uma perspetiva relativamente otimista ao nível da atividade portuária no arquipélago dos Açores. Complementarmente, deverá referir-se ainda o expectável crescimento ao nível do segmento de cruzeiros, após um ano de 2016 ligeiramente abaixo



das expectativas iniciais, mas numa tendência de longo prazo claramente ascendente. A este respeito, a integração da Portos dos Açores na *MedCruise*, uma das mais importantes associações de portos de cruzeiro a nível mundial, revela-se um importante veículo no âmbito da promoção dos portos do arquipélago. Para o ano de 2017 estão previstas um total de cerca de 155 escalas de navios de cruzeiro, 142 mil passageiros e 65 mil tripulantes, enquanto para 2018 perspectivam-se pelo menos 140 escalas, 175 mil passageiros e 78 mil tripulantes. As perspetivas são portanto animadoras.

De qualquer modo e independentemente da conjuntura externa à empresa, a Portos dos Açores confronta-se com a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade futura. Nesse âmbito, o Conselho de Administração definiu como prioridade intervenções a nível operacional e financeiro, a saber:

⌘ A nível operacional:

- ⌘ A prática de aumentos consistentes no tempo das tarifas praticadas pelos serviços prestados nas diversas infraestruturas. Tais tarifas mantêm-se inalteradas desde o ano de 2009, com visíveis efeitos negativos resultantes do desajustamento dos respetivos valores face aos custos envolvidos na prestação dos serviços. No início de 2017 foram já encetados os trabalhos conducentes à apresentação de propostas para alteração dos diversos regulamentos de tarifas;
- ⌘ A implementação de uma política de racionalização de atividades, com medidas a nível de:
 - ⌘ Rentabilização da capacidade instalada das diversas infraestruturas da empresa, com destaque para a área dominial;
 - ⌘ Rentabilização dos novos investimentos desenvolvidos pela empresa, tendo por referência o conteúdo de estudos de viabilidade;
 - ⌘ Racionalização dos gastos correntes e com objetivos de maior eficiência e eficácia, alargada a toda a estrutura da empresa;
 - ⌘ Reequacionamento do tipo de gestão a adotar face a alguns ativos da empresa, através de:
 - ⌘ A implementação de uma política de concessões, a estudar caso a caso e a desenvolver de forma escalonada no tempo;
 - ⌘ A obtenção de compensações financeiras pela realização de determinadas atividades consideradas acessórias em termos de objeto social da Portos dos Açores e que a mesma assume atualmente sem as devidas contrapartidas.

⌘ A nível financeiro:

- ⌘ A prossecução do esforço desenvolvido já durante o exercício de 2016 no âmbito de uma nova política de cobranças, materializado através da concretização de acordos de pagamento com um conjunto de clientes com dívidas com maturidades mais elevadas, e cujos efeitos são já perceptíveis, bem como o incremento de execuções contenciosas;
- ⌘ A prossecução da política de financiamento dos principais investimentos com a garantia de financiamento integral de tais investimentos, através de recurso a fundos comunitários e contratos programa que cubram a totalidade do valor dos investimentos;

- A necessidade de garantia de acesso ao crédito em condições de financiamento mais favoráveis.

Estes tópicos revelam-se determinantes para, em conjunto com o processo de retoma observado em 2016 e que se estima prosseguir em ritmo relativamente idêntico em 2017 e anos seguintes, se atinjam indicadores de atividade notoriamente mais favoráveis para a empresa Portos dos Açores.



12. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 3.399.716,38 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração



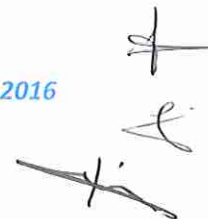
(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)



CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

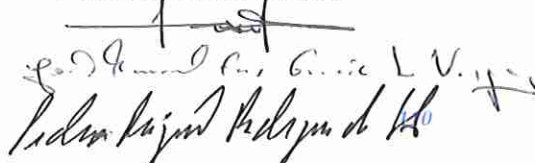
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

	NOTAS	31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	282.603.877,91	278.469.766,76
Ativos intangíveis	8	83.979,37	160.682,32
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	17.929.281,24	17.561.751,26
Outros investimentos financeiros	9	143.206,17	140.594,41
Créditos a receber	12	4.493.806,94	184.157,00
Ativos por impostos diferidos	10	66.472,09	71.460,12
		<u>305.320.623,72</u>	<u>296.588.411,87</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	29.584,39	23.291,55
Clientes	6 e 12	8.147.646,07	7.153.522,40
Estado e outros entes públicos	13	256.848,78	213.118,57
Outros créditos a receber	12	11.464.225,68	1.539.177,40
Diferimentos	14	664.419,67	669.976,31
Caixa e depósitos bancários	4	1.529.304,62	940.364,76
		<u>22.092.029,21</u>	<u>10.539.450,99</u>
Total do ativo		<u>327.412.652,93</u>	<u>307.127.862,86</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(19.701.201,59)	(13.989.325,75)
Ajustamentos em ativos financeiros	16	10.437.991,42	9.681.908,87
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	184.539.359,10	170.565.277,49
		<u>215.740.452,08</u>	<u>206.722.163,76</u>
Resultado líquido do período		(3.399.716,38)	(4.516.017,74)
Total do capital próprio		<u>212.340.735,70</u>	<u>202.206.146,02</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	363.235,42	376.620,86
Estado e outros entes públicos	13	256.542,04	416.544,09
Financiamentos obtidos	18	53.531.841,24	50.682.664,38
Outras dívidas a pagar	19	41.365.252,41	38.204.952,00
		<u>95.516.871,11</u>	<u>89.680.781,33</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.174.918,49	1.947.375,10
Estado e outros entes públicos	13	609.749,28	738.502,51
Financiamentos obtidos	18	8.095.713,59	5.347.635,08
Outras dívidas a pagar	19	8.618.125,48	7.138.086,22
Diferimentos	14	56.539,28	69.336,60
		<u>19.555.046,12</u>	<u>15.240.935,51</u>
Total do passivo		<u>115.071.917,23</u>	<u>104.921.716,84</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>327.412.652,93</u>	<u>307.127.862,86</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



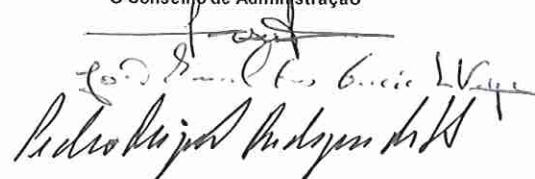
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	20	20.083.414,98	17.328.914,33
Subsídios à exploração	21	50.990,88	112.861,14
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	827.305,53	1.215.858,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(467.342,92)	(482.199,15)
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.808.121,72)	(6.353.979,34)
Gastos com o pessoal	23	(11.806.320,19)	(11.346.509,18)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(286.338,86)	(367.643,11)
Provisões (aumentos/reduções)	17	(15.152,55)	52.641,54
Outros rendimentos	24	5.245.394,43	5.678.087,75
Outros gastos	25	<u>(465.557,02)</u>	<u>(465.001,93)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.358.272,56	5.373.030,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.344.654,64)	(7.463.435,56)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(986.382,08)	(2.090.405,41)
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0,00	0,24
Juros e gastos similares suportados	26	<u>(2.393.750,03)</u>	<u>(2.392.096,13)</u>
Resultado antes de impostos		(3.380.132,11)	(4.482.501,30)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(19.584,27)	(33.516,44)
Resultado líquido do período		<u>(3.399.716,38)</u>	<u>(4.516.017,74)</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	NOTAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.913.241,22	17.545.724,16
Pagamentos a fornecedores		(8.463.607,27)	(8.605.997,84)
Pagamentos ao pessoal		(11.821.938,56)	(10.441.178,53)
Caixa gerada pelas operações		<u>(372.304,61)</u>	<u>(1.501.452,21)</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(14.659,21)	(31.379,15)
Outros recebimentos/(pagamentos)	23	(696.015,91)	(1.103.177,01)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>(1.082.979,73)</u>	<u>(2.636.008,37)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(8.622.507,54)	(6.425.012,54)
Investimentos financeiros		-	(118.000,00)
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		20.000,00	20.000,00
Subsídios ao investimento		6.433.074,40	5.660.060,50
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(2.169.433,14)</u>	<u>(862.952,04)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		20.823.000,00	17.741.694,92
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15.148.058,50)	(11.904.078,84)
Juros e gastos similares		(1.833.588,77)	(1.951.525,26)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>3.841.352,73</u>	<u>3.886.090,82</u>
Varição de caixa e seus equivalentes		588.939,86	387.130,41
Caixa e seus equivalentes no início do período		940.364,76	553.234,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.529.304,62	940.364,76

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento /outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2015		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(8.255.483,91)	12.878.459,60	176.943.009,21	(4.332.574,19)	217.697.713,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2014		-	-	-	(4.332.574,19)	-	-	-	4.332.574,19
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(1.401.267,65)	1.401.267,65	-	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	-	1.428.549,46	-	1.428.549,46
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4.597.818,38)	(4.597.818,38)	(7.806.281,18)	-	(12.404.099,56)
		-	-	-	(5.733.841,84)	-3.196.550,73	(6.377.731,72)	4.332.574,19	-10.975.550,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(4.516.017,74)	(4.516.017,74)
RESULTADO INTEGRAL								(4.516.017,74)	(4.516.017,74)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(13.989.325,75)	9.681.908,87	170.565.277,49	(4.516.017,74)	202.206.146,02
Saldo em 1 de janeiro de 2016		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(13.989.325,75)	9.681.908,87	170.565.277,49	(4.516.017,74)	202.206.146,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2015		-	-	-	(4.516.017,74)	-	-	-	4.516.017,74
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(1.195.858,10)	1.195.858,10	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	(3.130.057,45)	-	(3.130.057,45)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(439.775,55)	(439.775,55)	17.104.139,06	-	16.664.364,00
		-	-	-	(5.711.875,84)	756.082,55	13.974.081,61	4.516.017,74	13.534.306,06
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								(3.399.716,38)	(3.399.716,38)
RESULTADO INTEGRAL								(3.399.716,38)	(3.399.716,38)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(19.701.201,59)	10.437.991,42	184.539.359,10	(3.399.716,38)	212.340.735,70

O Contabilista Certificado

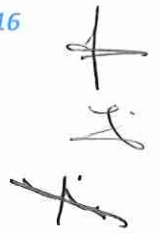


O Conselho de Administração





CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS



Anexo às demonstrações financeiras
Exercício de 2016 e 2015

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº7, 9900-062 Horta, que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se



coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

O Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, regulamentado pelas portarias 218/2015 de 23 de julho e 220/2015 de 24 de julho, e pelos Avisos n.º 8254/2015 a 8258/2015 de 29 de julho, introduziu algumas alterações no Sistema de Normalização Contabilística com aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que se consubstanciaram em alguns ajustamentos nas designações das rubricas e seu agrupamentos a nível das demonstrações financeiras e na alteração de algumas políticas contabilísticas ao nível das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

No período de 2016, as demonstrações financeiras da Portos do Açores, SA, contemplam as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, pelo que foram efetuados alguns ajustamentos na designação das rubricas e em alguns agrupamentos, ao nível das demonstrações financeiras, e na aplicação das novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, ao nível das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, sem reexpressar os saldos existentes no início do período.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior, tendo apenas alterado algumas designações das rubricas e seu agrupamentos a nível das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

**(b) Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.



(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a





obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de

custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Imparidade de ativos financeiros

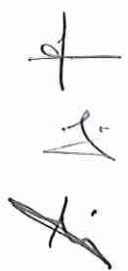
As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.



**(j) Clientes e outros créditos a receber**

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Outras dívidas a pagar

As outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo.

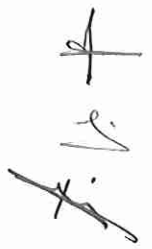
Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do financiamento obtido são incluídos no justo valor.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e equivalentes de caixa


O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.



**(p) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(q) Capital social subscrito

O capital social apresentado corresponde ao capital ao capital subscrito que está totalmente realizado à data do relato financeiro.

(r) Subsídios e apoios das entidades públicas

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. a PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito

quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.





São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização dos clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.



4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2016	2015
Caixa	8 297	8 393
Depósitos à ordem	1 521 008	931 972
	<u>1 529 305</u>	<u>940 365</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2016, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2015, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

(i) Divulgação da empresa mãe

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

(ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2016	2015
Remunerações	194 317	178 246

Durante o período de 2016, foram pagos os seguintes montantes relativos aos honorários do Revisor Oficial de Contas (iva excluído):

	2016	2015
Remunerações	11.450	11.450
	11.450	11.450

(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016	2015
Cientes e outros créditos receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	735 997	132 562
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	331	331
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	468 249	367 102
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	36 047	44 636
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	17
	<u>1 240 624</u>	<u>544 648</u>
Fornecedores e outras dívidas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	374	425
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	67 627	36 076
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	-	59
	<u>68 000</u>	<u>36 559</u>
Empréstimos concedidos		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	118 000	118 000
	<u>118 000</u>	<u>118 000</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2016	2015
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	738 730	564 672
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	280
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	729 499	657 167
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 617 945	1 377 376
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	223	215
	<u>3 086 397</u>	<u>2 599 711</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	789	430
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	266 268	228 379
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	12 389	2 443
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	23 902	13 404
	<u>303 347</u>	<u>244 655</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/Alienções	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	298 784 279	2 109	1 311 624	-	300 098 012
Equipamento básico	29 038 319	55 502	31 179	(2 216)	29 122 785
Equipamento de transporte	668 262	-	-	(6 000)	662 262
Equipamento administrativo	2 522 583	9 755	-	(127)	2 532 212
Outros ativos fixos tangíveis	1 056 827	87 807	-	-	1 144 634
Investimentos em curso	4 276 983	11 280 043	(1 377 754)	-	14 179 272
	<u>354 425 624</u>	<u>11 435 218</u>	<u>(34 952)</u>	<u>(8 343)</u>	<u>365 817 548</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	50 119 989	5 751 597	-	-	55 871 586
Equipamento básico	21 823 357	1 392 978	-	(2 216)	23 214 120
Equipamento de transporte	634 046	11 294	-	(6 000)	639 341
Equipamento administrativo	2 459 845	38 685	-	(127)	2 498 404
Outros ativos fixos tangíveis	918 620	71 600	-	-	990 220
	<u>75 955 858</u>	<u>7 266 155</u>	<u>-</u>	<u>(8 343)</u>	<u>83 213 670</u>
Valor líquido	<u>278 469 767</u>				<u>282 603 878</u>

31 de dezembro de 2015

	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	293 634 418	32 169	5 117 692	-	298 784 279
Equipamento básico	28 647 692	26 369	381 968	(17 710)	29 038 319
Equipamento de transporte	638 775	37 937	-	(8 450)	668 262
Equipamento administrativo	2 529 103	12 176	-	(18 695)	2 522 583
Outros ativos fixos tangíveis	1 014 885	41 942	-	-	1 056 827
Investimentos em curso	5 508 473	4 423 666	(5 655 156)	-	4 276 983
	<u>350 051 717</u>	<u>4 574 258</u>	<u>-</u>	<u>(44 855)</u>	<u>354 425 624</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	44 420 015	5 699 974	-	-	50 119 989
Equipamento básico	20 308 187	1 520 705	-	(5 534)	21 823 357
Equipamento de transporte	628 661	13 836	-	(8 450)	634 046
Equipamento administrativo	2 353 691	124 849	-	(18 695)	2 459 845
Outros ativos fixos tangíveis	861 082	57 538	-	-	918 620
	<u>68 571 636</u>	<u>7 416 901</u>	<u>-</u>	<u>(32 679)</u>	<u>75 955 858</u>
Valor líquido	<u>281 480 081</u>				<u>278 469 767</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	4 276 983	5 508 473
Investimento direto	<u>11 280 043</u>	<u>4 423 666</u>
	15 557 026	9 932 139
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(1 342 802)	(5 499 660)
Desreconhecimento	-	-
Transferência para ativos intangíveis	-	(127 691)
Transferência para gastos do período	<u>(34 952)</u>	<u>(27 805)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>14 179 272</u>	<u>4 276 983</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:



	2016	2015
Ampliação do cais comercial do porto das Velas	10 556 456	2 640 333
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto Casa	1 349 599	120 710
Melhoramento do porto das poças de Santa Cruz das Flores	452 986	463
Novo terminal passageiros de São Roque do Pico	290 000	290 000
Reperfilamento e ampliação Cais 10 e Parque de Contentores	241 844	14
Requalificação porto comercial Horta	237 281	118 872
Ordenamento do Porto de São Roque Pico	183 435	183 435
Construção de Recreio Náutico Madalena	101 475	101 475
Outros	766 197	821 681
	<u>14 179 272</u>	<u>4 276 983</u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	135 911	1 797	-	137 708
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>263 602</u>	<u>1 797</u>	<u>-</u>	<u>265 399</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	99 370	35 940	-	135 310
Outros ativos intangíveis	3 550	42 559	-	46 109
	<u>102 920</u>	<u>78 499</u>	<u>-</u>	<u>181 419</u>
Valor líquido	<u>160 682</u>			<u>83 979</u>
31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	133 071	2 840	-	135 911
Outros ativos intangíveis	-	-	127 691	127 691
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	10 461	-	(10 461)	-
	<u>143 532</u>	<u>2 840</u>	<u>117 230</u>	<u>263 602</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	56 385	42 985	-	99 370
Outros ativos intangíveis	-	3 550	-	3 550
	<u>56 385</u>	<u>46 535</u>	<u>-</u>	<u>102 920</u>
Valor líquido	<u>87 146</u>			<u>160 682</u>

9. Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2016	2015
Saldo inicial	17 561 751	20 963 712
Dividendos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio nas participadas	(439 776)	(4 597 818)
Resultados do ano das participadas	827 306	1 215 858
Saldo final	<u>17 929 281</u>	<u>17 561 751</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2016			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(60 347)	(19 130)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	20 372 072	884 845	17 106 450
				<u>17 106 450</u>
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 372 528	9 509	343 132
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	390 301	93 266	78 060
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 368 977	192 768	273 795
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	639 215	123 579	127 843
				<u>822 831</u>
				<u>17 929 281</u>

Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	31 de dezembro de 2015			
	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(41 217)	(17 937)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	19 981 747	1 380 131	16 778 694
				<u>16 778 694</u>
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 461 123	13 561	365 281
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	297 035	36 843	59 407
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 276 209	209 250	255 242
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	515 636	21 759	103 127
				<u>783 057</u>
				<u>17 561 751</u>

A informação financeira de suporte à valorização da participação financeira da Atlânticoline está baseada em dados provisórios não aprovados pelo Conselho de Administração da subsidiária, mas que no seu entender não serão materialmente diferentes.

Para proporcionar informação numa base tempestiva para que seja relevante para a tomada de decisões, a Administração da Portos dos Açores entendeu incorporar a melhor estimativa dos resultados da Atlânticoline, tendo em consideração os constrangimentos à informação relevante e fiável do §43 da estrutura concetual do SNC.

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outros investimentos financeiros" apresentava a seguinte decomposição:

Outros investimentos financeiros	2016	2015
Participações financeiras - método de custo		
Associação Portas do Mar	20 000	20 000
Participações financeiras - método de justo valor		
Fundo de Compensação do Trabalho	5 206	2 594
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias		
Naval Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	118 000	118 000
	<u>143 206</u>	<u>140 594</u>

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	68 922	2 773	(5 222)	66 472
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	(2 539)	-
	<u>71 460</u>	<u>2 773</u>	<u>(7 761)</u>	<u>66 472</u>

	Em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	83 771	-	(14 850)	68 922
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	-	2 539
	<u>86 310</u>	<u>-</u>	<u>(14 850)</u>	<u>71 460</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte, (Nota 13).



11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Saldo inicial	23 292	34 386
Compras	473 636	471 105
Inventário final	<u>(29 584)</u>	<u>(23 292)</u>
Custo das vendas	<u>467 343</u>	<u>482 199</u>
Inventário final	29 584	23 292
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>29 584</u>	<u>23 292</u>

12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	1 240 624	-	544 648	-
Outros	6 907 022	-	6 608 874	-
Cobrança duvidosa	<u>1 829 614</u>	-	<u>1 583 928</u>	-
	9 977 260	-	8 737 451	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(1 829 614)</u>	-	<u>(1 583 928)</u>	-
	<u>8 147 646</u>	-	<u>7 153 522</u>	-
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos	69 174	-	29 709	-
Subsídios a receber	10 851 220	4 481 835	1 054 983	184 157
IMI	542 631	-	454 192	-
Outros créditos	<u>1 200</u>	<u>11 972</u>	<u>294</u>	<u>13 872</u>
	11 464 226	4 493 807	1 539 177	198 029
Perdas por imparidades acumuladas	-	-	-	<u>(13 872)</u>
	<u>11 464 226</u>	<u>4 493 807</u>	<u>1 539 177</u>	<u>184 157</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, e à exploração, dos quais destacam-se:

	2016	2015
Reordenamento do porto da Horta	92 185	399 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	14 214 776	-
Construção Rampa RO-RO, Dragagem Calheta, S. Jorge	806 438	-
Novo Parque Oficinal do Porto de Ponta Delgada	-	51 501
Reordenamento do porto de São Roque do Pico	-	69 922
Outros	<u>219 657</u>	<u>718 531</u>
	<u><u>15 333 056</u></u>	<u><u>1 239 140</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Portos dos Açores prevê receber as seguintes verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento e a exploração:

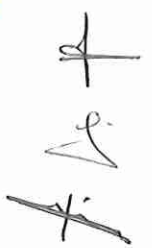
	2016	2015
2016	-	1 054 983
2017	10 851 220	184 157,00
2018	<u>4 481 835</u>	-
	<u><u>15 333 056</u></u>	<u><u>1 239 140</u></u>

Em 2015, a Portos dos Açores recebeu indevidamente subsídios, no montante de 1.883.398, que foram devolvidos no período de 2016.

O saldo da rubrica IMI de Outros créditos a receber corresponde às liquidações do IMI dos anos de 2010 a 2015 da Portos dos Açores, no valor de 413.344 euros e ao IMI dos anos 2008 e 2009 da Administração Portuária das ilhas de São Miguel e Santa Maria, no valor de 126.640 euros. A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributária, em fevereiro de 2016, tendo por este efeito não reconhecido como gasto os valores incorridos com o IMI.

O IMI de 2016 que irá ser exigido em 2017 e não reconhecido nas demonstrações financeiras será no montante de 87.602 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:



Em 31 de dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 583 928	405 463	(105 252)	(54 524)	1 829 614
Outras créditos a receber	13 872	-	(13 872)	-	-
	<u>1 597 800</u>	<u>405 463</u>	<u>(119 124)</u>	<u>(54 524)</u>	<u>1 829 614</u>

Em 31 de dezembro de 2015					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Cientes	1 216 285	390 586	(22 943)	-	1 583 928
Outras créditos a receber	13 872	-	-	-	13 872
	<u>1 230 157</u>	<u>390 586</u>	<u>(22 943)</u>	<u>-</u>	<u>1 597 800</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 286.339 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2015 – 367.643 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	69 588	-	100 561	-
IRC a pagar	-	13 536	-	17 619
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	-			
Trabalho dependente	-	174 088	-	161 304
Rendimentos profissionais	-	1 399	-	613
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	7 261	-	13 557	-
IVA - reembolsos pedidos	180 000	-	99 000	-
IMI	-	107 186	-	208 153
Contribuições sociais	-	567 744	-	767 081
Outros	-	2 340	-	277
	<u>256 849</u>	<u>866 291</u>	<u>213 119</u>	<u>1 155 047</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2015-18,30%).

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresenta se como se segue:

	2016	2015
Retenções efetuadas por terceiros	1 061	1 048
Estimativa de IRC do ano	<u>(14 596)</u>	<u>(18 667)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(13 536)</u>	<u>(17 619)</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2016	2015	Período da dedução
2011	-	16 676	2016
2012	-	14 298	2017
2013	25 405	25 405	2018
2014	29 868	29 868	2021
2015	<u>14 315</u>	<u>14 315</u>	2022
	<u>69 588</u>	<u>100 561</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos subsequentes, pelo que se ultrapassar o período de dedução sem existência de lucros fiscais são reconhecidos como gastos.

O montante de euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2016	2015
Imposto corrente	(14 596)	(18 667)
Imposto diferido	(4 988)	(14 850)
	<u>(19 584)</u>	<u>(33 516)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de cinco anos para os períodos de tributação de 2012 e 2013). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:

Ano de geração	2016	2015	Ano de reporte
2011	-	948 215	2015
2012	3 940 737	3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 196 960	2018
2014	5 388 079	5 388 079	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 476 438	-	2028
	<u>17 459 237</u>	<u>18 407 452</u>	

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções

fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.


A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 567.744, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2016, às entidades Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, no montante de 103.394 euros e 174.743 euros, respectivamente, e dois acordos de dívida com a segurança social no valor de 278.770 euros que serão liquidados em prestações mensais nos seguintes anos:

	2016	2015
2016	-	195 481
2017	86 707	168 113
2018	88 051	86 010
2019	88 051	50 172
2020	15 960	-
	<u>278 770</u>	<u>499 775</u>

No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida com a Segurança Social, com o objetivo de beneficiar com redução de juros de mora e à adesão de um novo plano a ser liquidado em 36 prestações mensais.

O saldo a pagar do IMI, no valor de 107.186 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros.





	2016	2015
2016	-	95 904
2017	42 706	67 350
2018	42 706	44 900
2019	21 774	-
	<u>107 186</u>	<u>208 153</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela Portos dos Açores totaliza 542.631 euros.

Na sequência dos acordos de pagamento acima referidos, a rubrica de Estado e outros entes públicos está assim classificada no balanço:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança Social	190 101	192 062	286 303	304 295
IMI	42 706	64 480	95 904	112 249
Outros	376 942	-	356 295	-
	<u>609 749</u>	<u>256 542</u>	<u>738 503</u>	<u>416 544</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	57 415	63 429
Despesas bancárias	-	24 253
Combustíveis	102 997	85 087
Fardamento/EPI	3 335	3 906
Lubrificantes e outros	29 805	36 376
Máquinas e equipamentos	416 625	401 984
Material de consumo	54 054	54 246
Outros	189	697
	<u>664 420</u>	<u>669 976</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	56 539	69 337
	<u>56 539</u>	<u>69 337</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual.

Estão registados na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer" as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

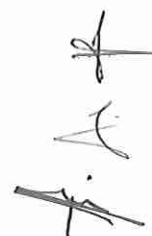
De acordo com os estatutos e legislação vigente, a Portos dos Açores é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2016 e 2015 decorreram de:

Resultados transitados

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	(13 989 326)	(8 255 484)
Aplicação dos resultados do período anterior	(4 516 018)	(4 332 574)
Resultados não atribuídos das participadas	<u>(1 195 858)</u>	<u>(1 401 268)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(19 701 202)</u>	<u>(13 989 326)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 28 de abril de 2016, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2015, no montante de 4.516.018 euros.


Ajustamentos de investimentos financeiros

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	9 681 909	12 878 460
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(415 250)	(4 572 336)
OPERTERCEIRA	-	(956)
AGESPI	(24 526)	(24 526)
Resultados não atribuídos	<u>1 195 858</u>	<u>1 401 268</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>10 437 991</u>	<u>9 681 909</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento e os resultados do ano anterior não distribuídos pelas participadas.

A variação ocorrida nos capitais próprios da Atlânticoline, apurados numa base provisória como explicado na Nota 9, estão afetados pelo processo de fusão que ocorreu em 2015.

Outras variações em capitais próprios

	Subsídio	Ajustament o subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2015	216 576 511	(39 633 501)	
Subsídios atribuídos (Nota 12)	(1 718 416)	314 470	
Desreconhecimento de subsídios	(775 623)	141 939	
Transferência para resultados (Nota 24)	<u>(5 312 242)</u>	<u>972 140</u>	<u>170 565 277</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208 770 229	(38 204 952)	
Subsídios atribuídos e anulados (Nota 12)	22 312 833	(4 083 249)	
Desreconhecimento de subsídios	(2 031)	372	
Transferência para resultados (Nota 24)	<u>(5 206 663)</u>	<u>952 819</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>225 874 369</u>	<u>(41 335 009)</u>	<u>184 539 359</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras dívidas a pagar assim gerado será subseqüentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).



17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	376 621	15 153	-	(28 538)	363 235

	Em 31 de dezembro de 2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	457 767	-	(52 642)	(28 504)	376 621

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:



	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas correntes caucionadas	-	-	490 000	-
Empréstimos bancários	6 687 563	47 217 083	3 844 010	42 905 694
Contratos de locação financeira	13 495	33 801	15 880	47 296
Incentivos financeiros	1 405 000	6 497 338	1 020 000	7 872 338
Descontos de Títulos	23 234	-	-	-
	<u>8 129 292</u>	<u>53 748 221</u>	<u>5 369 890</u>	<u>50 825 327</u>
Custos de transação	(33 578)	(216 380)	(22 255)	(142 663)
	<u>8 095 714</u>	<u>53 531 841</u>	<u>5 347 635</u>	<u>50 682 664</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, de acordo com o §10 da Norma Contabilística de Relato Financeiro nº27.

Na rubrica de Incentivos Financeiros são registados os subsídios reembolsáveis atribuídos por entidades públicas relacionados com investimentos em ativos fixos tangíveis.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval, no valor de 23.238.847, cartas conforto, no valor de 11.893.092, e por livranças em branco, no valor de 18.772.706 euros, do capital em dívida dos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Portos dos Açores tinha uma linha de crédito em conta corrente contratadas com o Santander Totta com montante disponível de 1.000.000 euros, que não estava utilizada.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2016, originou encargos no valor de 2.393.750 (2.392.096 em 2015), traduzindo numa taxa média de financiamento de 3.9% (4.5% em 2015).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Desconto de títulos	Total
2017	6 687 563	1 405 000	13 495	23 234	8 129 292
2018	6 375 333	1 875 000	13 977	-	8 264 309
2019	2 932 701	2 694 166	14 476	-	5 641 342
2020	2 497 419	400 000	5 348	-	2 902 767
2021	2 521 257	600 000	-	-	3 121 257
2022 e seguintes	<u>32 890 373</u>	<u>928 172</u>	-	-	<u>33 818 545</u>
	<u>53 904 645</u>	<u>7 902 337</u>	<u>47 295</u>	<u>23 234</u>	<u>61 877 513</u>

Em 2015, o Turismo de Portugal aprovou a reestruturação do plano financeiro de pagamentos referente às amortizações dos créditos concedidos ao abrigo do Sime e Sivetur, cujo plano inicial contratado estava em incumprimento.



19. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	68 000	-	-	-
Fornecedores	2 106 918	-	1 910 816	-
	<u>2 174 918</u>	<u>-</u>	<u>1 910 817</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	6 506	-	5 505	-
Fornecedores de investimento	6 104 913	-	3 120 645	-
Remunerações a liquidar	1 158 133	-	1 057 791	-
Juros a liquidar	65 508	-	90 027	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	-	30 243	1 743 167	-
Ajustamentos em subsídios	-	41 335 009	-	38 204 952
Acrescimos de gastos	147 317	-	72 524	-
Extração da areia	975 958	-	858 994	-
Cauções recebidas	156 081	-	181 094	-
Outros	3 709	-	8 340	-
	<u>8 618 125</u>	<u>41 365 252</u>	<u>7 138 086</u>	<u>38 204 952</u>

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 975.958 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações, que a Portos dos Açores terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.

O saldo classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:



	2016	2015
Vendas		
Combustível	491 660	456 019
	<u>491 660</u>	<u>456 019</u>
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	5 069 404	4 551 624
Operações de carga	3 569 637	3 054 523
Utilização de equipamentos	6 172 520	4 989 999
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1 713 202	1 666 717
Alugueres, ocupações e concessões	1 480 208	1 402 511
Exploração náutica de recreio	943 919	831 971
Outros serviços prestados	642 865	375 551
	<u>19 591 755</u>	<u>16 872 895</u>
Vendas e serviços prestados	<u>20 083 415</u>	<u>17 328 914</u>

21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Portos dos Açores reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2016	2015
PIIE	34 331	24 540
Projeto GAIN4MOS	16 660	-
Projeto Macsimar	-	6 473
Projeto Costa	-	81 849
	<u>50 991</u>	<u>112 861</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que serve para compensar a entidade por gastos incorridos no âmbito dos projetos PIIE e GAINN4MOS.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:



	2016	2015
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	612 824	761 624
Subcontratos - outros	936 097	879 924
Trabalhos especializados	393 412	439 787
Vigilância e segurança	1 046 849	879 899
Conservação e reparação	1 216 771	974 331
Serviços especializados - outros	91 256	98 602
Materiais	100 405	93 452
Eletricidade	666 097	647 894
Combustíveis	478 107	492 765
Energia e fluídos - outros	329 008	255 192
Deslocações, estadas e transportes	122 443	122 690
Serviços diversos	814 854	707 819
	<u>6 808 122</u>	<u>6 353 979</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2016 e 2015 detalham-se conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	194 317	178 246
Remunerações do pessoal	9 240 142	8 721 547
Benefícios pós-emprego	38 836	162 843
Encargos sobre remunerações	2 113 269	1 981 420
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	114 913	130 366
Gastos de ação social	9 828	26 971
Outros gastos com o pessoal		
Indenizações	-	69 540
Outros	95 016	75 577
	<u>11 806 320</u>	<u>11 346 509</u>

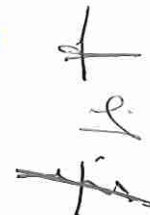
O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2016 é de 272 trabalhadores (em 2015 – 265 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Benefícios pós-emprego corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Portos dos Açores, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a Açoreana Seguros.

O Conselho Fiscal não auferiu qualquer remuneração pelo exercício das suas funções em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram como segue:



	2016	2015
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	3 662	13 578
Descontos de pronto pagamento obtidos	10	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	31 005	14 860
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5 206 663	5 312 242
Correções relativas a períodos anteriores	1 095	333 157
Excesso de estimativa para imposto	2 960	1 527
Juros de mora	-	2 510
Outros	-	212
	<u>5 245 394</u>	<u>5 678 088</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

25. Outros gastos

Na rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresentava o seguinte detalhe:

	2016	2015
Outros gastos		
Impostos diretos		
IMI	912	-
Impostos indiretos	5 100	8 582
Taxas	17 268	13 744
Descontos de pronto pagamento	-	1
Quotizações	28 693	21 760
Donativos	128 407	12 049
Multas e penalidades	65 975	25 246
Juros de mora	123 502	284 796
Correções relativas a exercício anteriores	36 514	30 891
Outros	59 187	67 931
	<u>465 557</u>	<u>465 002</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributaria, em fevereiro de 2016, pelo que não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12 e 24).

26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	2016	2015
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1 809 787	1 926 202
Juros de mora e compensatórios	163	261
Outros juros	220	283
Outros		
Comissões bancárias	442 057	344 232
Imposto de selo	120 598	121 036
Outros despesas	20 926	83
	<u>2 393 750</u>	<u>2 392 096</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 33.364.459 euros.

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2016 atingiam um valor de 6.387.184 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos.(em 2015 – 7.262.183 euros).

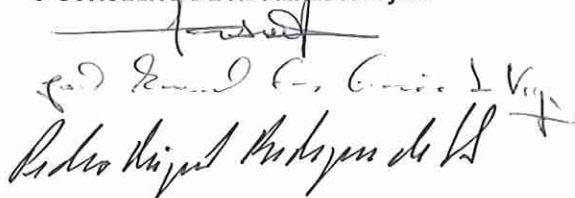
29. Ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





CAPÍTULO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

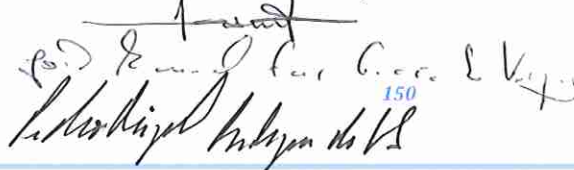
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	NOTAS	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	300.705.400	297.593.346
Ativos intangíveis	8	239.026	163.742
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	822.831	783.057
Participações financeiras - Outros métodos	9	206.517	199.366
Outros créditos a receber	12	4.493.807	184.157
Ativos por impostos diferidos	10	66.472	71.460
		<u>306.534.053</u>	<u>298.995.128</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	117.162	108.723
Clientes	12	12.181.131	7.725.456
Estado e outros entes públicos	13	600.268	625.043
Outros créditos a receber	12	19.452.314	9.881.808
Diferimentos	14	680.162	703.329
Caixa e depósitos bancários	4	1.571.303	1.178.964
		<u>34.602.340</u>	<u>20.223.324</u>
Total do ativo		<u>341.136.393</u>	<u>319.218.452</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 15	40.238.700	40.238.700
Reservas legais	16	204.200	204.200
Outras reservas	16	21.403	21.403
Resultados transitados	16	(23.168.925)	(18.887.460)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	16	198.445.074	185.145.321
		<u>215.740.452</u>	<u>206.722.164</u>
Resultado líquido do período		(3.399.716)	(4.323.775)
Interesses que não controlam	17	3.265.621	3.203.053
Total do capital próprio		<u>215.606.357</u>	<u>205.601.442</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	462.406	475.791
Estado e outros entes públicos	13	256.542	416.544
Financiamentos obtidos	19	57.051.070	54.420.834
Passivos por impostos diferidos	10	2.621	1.937
Outras dívidas a pagar	20	44.426.973	41.420.501
		<u>102.199.612</u>	<u>96.735.607</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	20	2.722.341	2.641.477
Estado e outros entes públicos	13	679.622	808.294
Financiamentos obtidos	19	10.880.536	5.607.501
Outras dívidas a pagar	20	8.995.788	7.759.209
Diferimentos	14	52.138	64.923
		<u>23.330.424</u>	<u>16.881.404</u>
Total do passivo		<u>125.530.036</u>	<u>113.617.011</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>341.136.393</u>	<u>319.218.452</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



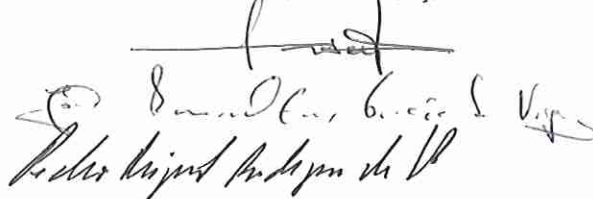
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
 EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	21	34.433.275	29.378.854
Subsídios à exploração	22	50.991	1.771.641
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas	9 e 23	84.300	56.961
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(590.463)	(584.563)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16.629.350)	(15.311.888)
Gastos com o pessoal	25	(14.635.391)	(13.885.994)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(219.359)	(399.705)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(15.153)	2.642
Outros rendimentos	26	6.192.619	7.143.055
Outros gastos	27	(522.457)	(599.153)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.149.013	7.571.849
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(8.614.965)	(8.774.737)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(465.952)	(1.202.887)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	4.692	11.739
Juros e gastos similares suportados	28	(2.712.926)	(2.767.521)
Resultado antes de impostos		(3.174.186)	(3.958.669)
Imposto sobre o rendimento do período	13	(83.691)	(143.872)
Resultado líquido do período		(3.257.876)	(4.102.542)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(3.399.716)	(4.323.775)
Interesses que não controlam	17	141.840	221.234
		(3.257.877)	(4.102.542)
Resultado por acção básico		(8,10)	(10,20)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



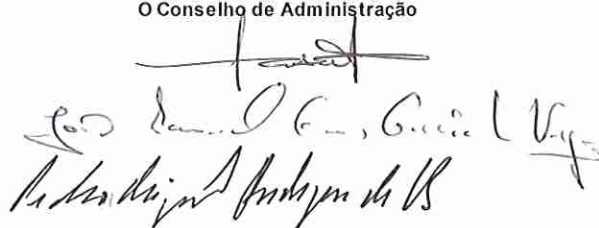
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	NOTAS	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		30.821.418	21.649.655
Subsídios à exploração		372.000	11.634.043
Pagamentos a fornecedores		(18.657.749)	(17.783.260)
Pagamentos ao pessoal		(14.660.172)	(12.978.308)
Caixa gerada pelas operações		(2.124.502)	2.522.129)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(43.033)	(331.901)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(796.077)	(1.029.001)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(2.963.613)	1.161.227
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8.901.522)	(6.572.254)
Ativos intangíveis		(101.168)	(722,38)
Investimentos financeiros		-	(118.001,00)
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2.736	152.000
Investimentos financeiros		98.680	-
Subsídios ao investimento		6.433.074	5.660.061
Juros e rendimentos similares		-	251
Dividendos		20.000	20.000
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(2.448.199)	(858.665)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		33.623.000	21.741.695
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(25.689.888)	(19.226.832)
Juros e gastos similares		(2.128.962)	(2.336.046)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		5.804.151	178.817)
Varição de caixa e seus equivalentes		392.339	481.379)
Efeito fusão		-	107.672)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1.178.964	589.914
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.571.303	1.178.964

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

DESCRIÇÃO	Netas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do capital próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
Saldo em 1 de janeiro de 2015	40.238.700	204.200	21.403	(10.643.339)	192.209.324	(4.332.574)	217.697.714	3.854.678	221.552.392
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2014	-	-	-	(4.332.574)	-	4.332.574	-	-	-
Efeito fusão	-	-	-	(4.790.531)	54.309	-	(4.736.222)	(767.917)	(5.504.139,00)
Resultados não atribuídos	-	-	-	(21.205)	21.205	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	-	-	-	-	1.581.310	-	1.581.310	-	1.581.310
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	900.189	(8.720.828)	-	(7.820.638)	(104.942)	(7.925.580)
	-	-	-	(8.244.121)	(7.064.004)	4.332.574	(10.975.550)	(872.859)	(11.848.409)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital	-	-	-	-	-	(4.323.775)	(4.323.775)	221.234	(4.102.541)
Outras operações	-	-	-	-	-	(4.323.775)	(4.323.775)	221.234	(4.102.541)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40.238.700	204.200	21.403	(18.887.460)	185.145.321	(4.323.775)	202.398.388	3.203.053	205.601.441
Saldo em 1 de janeiro de 2016	40.238.700	204.200	21.403	(18.887.460)	185.145.321	(4.323.775)	202.398.388	3.203.053	205.601.441
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2015	-	-	-	(4.516.018)	-	4.516.018	-	-	-
Resultados não atribuídos	-	-	-	(36.961)	36.961	-	-	-	-
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	-	-	-	-	(2.976.229)	-	(2.976.229)	-	(2.976.229)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	271.514	16.239.022	(192.243)	16.318.293	(79.271)	16.239.022
	-	-	-	(4.281.465)	13.299.754	4.323.775	13.342.063	(79.271)	13.262.792
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									
RESULTADO INTEGRAL									
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital	-	-	-	-	-	(3.399.716)	(3.399.716)	141.840	(3.257.877)
Outras operações	-	-	-	-	-	(3.399.716)	(3.399.716)	141.840	(3.257.877)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	40.238.700	204.200	21.403	(23.168.926)	198.445.075	(3.399.716)	212.340.736	3.265.621	215.606.357

O Contabilista Certificado

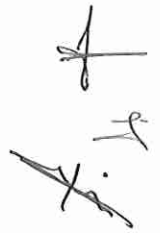


O Conselho de Administração





CAPÍTULO V – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS CONSOLIDADAS

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas****Exercício de 2016 e 2015****1. Introdução**

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

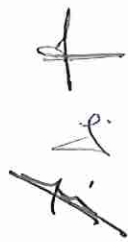
Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, a PORTOS DOS AÇORES, S.A. incorporou por fusão as sociedades Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A., que detinha a totalidade do capital social. Assim, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor do presente diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais.

O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social e, conseqüentemente, do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

As ações da PORTOS DOS AÇORES só poderão ser transmitidas para pessoas coletivas de direito público, entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

As empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são:



Empresas	Sede	Proporção do capital detido Direta
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	Ponta Delgada	83,97%

A NAVAL CANAL não foi incluída na consolidação, pelo método de integração global, por ser imaterial para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados das operações do Grupo.

O objeto da sua subsidiária ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem.

Foi adjudicado à ATLÂNTICOLINE o contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores", celebrado em 29 de setembro de 2015 durante o período de 14 meses contados a partir desta data, pelo valor máximo de 17.996.448 euros, pagável em:

2015 – 7.997.793 euros

2016 – 9.998.655 euros

No exercício de 2015, a ATLÂNTICOLINE incorporou, por fusão, a entidade Transmaçor – Transportes Marítimos Açorianos, Lda.

A proporção do capital social não detido na ATLÂNTICOLINE é da Região Autónoma dos Açores no capital social desta participada.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a seguinte proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 2015:



	Sede	Proporção do capital detido Direta
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%

As participações nestas associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística. Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

O Sistema de Normalização Contabilística sofreu em 2015 um conjunto de alterações, que têm aplicação obrigatória para os períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, que se consubstanciaram em algumas agregações e ajustamentos nas contas contabilísticas a nível das demonstrações financeiras e, também, na adoção de novas políticas contabilísticas, sem qualquer efeito na reexpressão dos saldos existentes no início do período, que não tiveram impactos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das

transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Princípios de consolidação

A consolidação das participações financeiras em empresas subsidiárias que estão identificadas na Nota 1 efetuou-se pelo método de consolidação integral. As empresas subsidiárias são aquelas em que a PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Os saldos e transações significativas entre as empresas incluídas na consolidação integral foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado como interesses minoritários.

As empresas associadas identificadas na Nota 1 foram incluídas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede a quantia escriturada das empresas associadas, essa quantia é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

(c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostradas ao custo de aquisição, com exceção dos ativos das administrações portuárias que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.





As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 25
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos em exploração são consideradas como custos no ano em que ocorrem.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e são mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.



Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(f) Participações financeiras

As participações financeiras noutras empresas são mensuradas pelo método custo deduzida das perdas por imparidade acumuladas.

(g) Inventários

Os inventários encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

(h) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do relato são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

(i) Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

**(j) Caixa e seus equivalentes**

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica Financiamentos obtidos, expresso no passivo corrente.

(k) Imparidade de ativos financeiras

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(l) Fornecedores e outras dividas a pagar

As dividas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(m) Financiamentos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. A diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(n) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(o) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(p) Capital subscrito

O capital subscrito apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

(q) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O rédito no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação no preço do passageiro transportado não diretamente suportado pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores.

**(r) Subsídios**

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Benefícios dos empregados

A PORTOS DOS AÇORES reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

**(u) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(v) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

**(w) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

(y) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos períodos subsequentes são as que seguem:

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos não correntes são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados do período.



Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade da sua recuperação. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação são analisadas de forma periódica, podendo conduzir a ajustamentos significativos em resultado da variação dos pressupostos utilizados ou pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

Embora sejam apenas reconhecidos quando existam fortes probabilidades de ocorrência de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, os ativos por impostos diferidos são reapreciados periodicamente pela Administração com base na expectativa do desempenho futuro.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2016	2015
Numerário	14 171	12 304
Depósitos à ordem	1 148 755	576 610
Depósitos a prazo	16 038	1 000
	<u>1 178 964</u>	<u>589 914</u>



5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2016 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2015, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Divulgação da empresa mãe imediata

O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES, foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da empresa.

	2016	2015
Remunerações	194 317	178 246

Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20

Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2016	2015
Cientes e Outros créditos a receber		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	331	331
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	468 249	367 102
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	36 047	44 636
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	-	17
	<u>504 627</u>	<u>412 086</u>
Fornecedores e Outras dívidas a pagar		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	374	425
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	67 627	36 076
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	-	59
	<u>68 000</u>	<u>36 559</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2016	2015
Serviços prestados		
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	280
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	729 499	657 167
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 617 945	1 377 376
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	223	215
	<u>2 347 667</u>	<u>2 035 039</u>
Compras de produtos e serviços		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	266 268	228 379
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	12 389	2 443
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	23 902	13 404
	<u>302 558</u>	<u>244 225</u>

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2016 e 2015, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



31 de dezembro de 2016					
	Saldo em 01-01-2016	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações /abates	Saldo em 31-12-2016
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	299 127 239	132 419	1 311 624	-	300 571 282
Equipamento básico	52 511 857	80 218	31 179	(37 216)	52 586 038
Equipamento de transporte	792 427	50 154	-	(21 000)	821 581
Equipamento administrativo	3 160 020	31 373	-	(127)	3 191 267
Outros ativos fixos tangíveis	1 329 923	87 807	-	-	1 417 730
Investimentos em curso	4 320 562	11 429 001	(1 508 064)	-	14 241 500
	<u>379 320 399</u>	<u>11 810 974</u>	<u>(165 262)</u>	<u>(58 343)</u>	<u>390 907 770</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	50 201 882	5 758 199	-	-	55 960 081
Equipamento básico	26 633 309	2 580 254	-	(37 021)	29 176 542
Equipamento de transporte	726 059	30 427	-	(21 000)	735 487
Equipamento administrativo	3 059 812	69 826	-	(322)	3 129 317
Outros ativos fixos tangíveis	1 105 991	94 951	-	-	1 200 942
	<u>81 727 053</u>	<u>8 533 658</u>	<u>-</u>	<u>(58 343)</u>	<u>90 202 369</u>
Valor líquido	<u>297 593 346</u>				<u>300 705 400</u>

31 de dezembro de 2015					
	Saldo em 01-01-2015	Aquisições Dotações	Transferências	Alienações /abates	Saldo em 31-12-2015
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	292 424 197	32 169	5 117 692	-	297 917 018
Equipamento básico	52 322 011	44 502	381 968	(18 072)	53 684 781
Equipamento de transporte	696 231	40 437	-	(8 450)	823 407
Equipamento administrativo	3 028 303	17 851	-	(26 061)	3 165 626
Outros ativos fixos tangíveis	1 271 426	42 397	-	(1 396)	1 330 634
Investimentos em curso	5 538 677	4 437 041	(5 655 156)	-	4 320 562
	<u>373 359 217</u>	<u>4 614 397</u>	<u>(155 496)</u>	<u>(53 979)</u>	<u>379 320 400</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	44 420 015	5 706 890	-	-	50 201 882
Equipamento básico	23 072 939	2 746 950	-	(5 896)	26 633 309
Equipamento de transporte	652 971	29 828	-	(8 450)	726 059
Equipamento administrativo	2 810 516	156 340	-	(25 730)	3 059 812
Outros ativos fixos tangíveis	1 008 033	81 003	-	(1 253)	1 105 991
	<u>71 964 474</u>	<u>8 721 011</u>	<u>-</u>	<u>(41 329)</u>	<u>81 727 053</u>
Valor líquido	<u>301 394 742</u>				<u>297 593 346</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.


Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	4 320 562	5 538 677
Investimento direto	<u>11 298 692</u>	<u>4 437 041</u>
	15 619 254	9 975 718
<u>Menos:</u>		
Transferência para ativos tangíveis e anulações	<u>(1 377 754)</u>	<u>(5 655 156)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>14 241 500</u></u>	<u><u>4 320 562</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2016	2015
Novo terminal de passageiros de São Roque do Pico	290 000	290 000
Ordenamento do porto de São Roque do Pico	183 435	183 435
Construção recreio náutico Madalena	101 475	101 475
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto	1 349 599	120 710
Requalificação e reordenamento da frente marítima da	237 281	118 872
Melhoramento do porto das poças de Santa Cruz das	452 986	463
Reperfilamento e ampliação Cais 10 e Parque de	241 844	14
Ampliação do cais comercial das Velas	10 556 456	2 640 333
Encargos com a construção de navios	43 579	43 579
Outros	<u>784 846</u>	<u>821 681</u>
	<u><u>14 241 501</u></u>	<u><u>4 320 562</u></u>

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi o seguinte:



	2016	2015
Saldo inicial	163 742	91 814
Efeito fusão	-	4 861
Aquisições:		
Programas informáticos	6 054	3 562
Outros ativos intangíveis	-	127 691
Investimentos em curso	150 538	-
Transferências para resultados	-	(10 461)
Amortizações do ano	(81 308)	(53 726)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>239 026</u>	<u>163 742</u>
Em exploração	88 488	163 743
Investimento em curso	<u>150 538</u>	-
	<u>239 026</u>	<u>163 742</u>

9. Participações financeiras

O saldo da rubrica "Participações financeiras" encontra-se valorizado com base nos seguintes métodos:

	2016	2015
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	<u>822 831</u>	<u>783 057</u>
	<u>822 831</u>	<u>783 057</u>
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias	118 000	118 000
Participações financeiras - método de custo	78 277	78 277
Participações financeiras - método de justo valor	10 239	3 088
	<u>206 517</u>	<u>199 365</u>
	<u>1 029 347</u>	<u>982 422</u>

Participações financeiras – método de equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2016				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
NAVAL CANAL, LDA.	100	(60 347)	(19 130)	-
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 372 528	9 509	343 132
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	390 301	93 266	78 060
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 368 977	192 768	273 795
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	639 215	123 579	127 843
				822 831

31 de dezembro de 2015				
Empresas associadas	Capital detido (%)	Capitais Próprios	Resultados do exercício	Valor do balanço
NAVAL CANAL, Lda.	100	(41 217)	(17 937)	-
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 461 123	13 561	365 281
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	297 035	36 843	59 407
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 276 209	209 250	255 242
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	515 636	21 759	103 127
				783 057

O movimento ocorrido no ano na rubrica Partes de capital em empresas associadas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2016	2015
Saldo inicial	783 057	771 578
Dívidos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial		
Variação no capital próprio	(24 526)	(25 482)
Resultados do ano	84 300	56 961
Saldo final	822 831	783 057

Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias

Em 2015, foram concedidos dois empréstimos de financiamento à subsidiária Naval Canal, um no montante de 8.000 euros com prazo de reembolso de 6 meses, com termo a 1 de março de 2016 vencendo juros à taxa anual de 4%, e outro no montante de 110.000 euros com um prazo de reembolso de 9 meses, com termo a 25 de junho de 2016, vencendo juros a uma taxa anual de 4%.

Participações financeiras – método de custo

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, na rubrica Participações financeiras mensuradas pelo método do custo está registada (i) a participação financeira de 0,28% no capital social da sociedade ILHAS DE VALOR, S.A. no montante de 25.000 euros, (ii) a contribuição de 20.000 euros no património social da Associação Portas do Mar

(iii) uma jóia de 1.000 euros na Associação de Armadores da Marinha do Comércio, e (iv) uma participação de 5%, no capital social da empresa Mareaçor, Lda adquirida por 32.277 euros.

Os fundos patrimoniais da Associação Portas do Mar eram negativos em 260.463 euros em 31 de dezembro de 2016. Nesta data, existia um saldo devedor de 303.313 euros (em 2015 – 278.520 euros).

Participações financeiras – método do justo valor

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as participações financeiras reconhecidas e mensuradas através método do justo valor são as seguintes:

Participações financeiras - método de justo valor	2016	2015
Fundo de Compensação do Trabalho	10 239	3 088

10. Ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Constituição		Reversão	
	Saldo inicial	Resultados do ano	Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	68 922	2 773	(5 222)	66 472
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	(2 539)	-
	<u>71 460</u>	<u>2 773</u>	<u>(7 761)</u>	<u>66 472</u>
Passivos por impostos diferidos				
Valores a pagar à RAA	1 762	859	(174)	2 447
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	174	-	-	174
	<u>1 937</u>	<u>859</u>	<u>(174)</u>	<u>2 621</u>



	Em 31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	83 771	-	(14 850)	68 922
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	-	2 539
	<u>86 310</u>	<u>-</u>	<u>(14 850)</u>	<u>71 460</u>
Passivos por impostos diferidos				
Valores a pagar à RAA	2 941	-	(1 179)	1 762
Valores a pagar a fornecedores e outros credores	1 086	-	(912)	174
	<u>4 028</u>	<u>-</u>	<u>(2 091)</u>	<u>1 937</u>

Não foi adotada a política de reconhecer nas demonstrações financeiras da empresa-mãe o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis, por não existirem condições para determinar com rigor a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

Na determinação dos ativos e passivos por impostos diferidos foi aplicada a taxa de IRC, que na Região Autónoma dos Açores é de 16,8%, taxa que foi acrescida da taxa de derrama de 1,5%, correspondendo a uma taxa agregada de 18,3% (em 2015 – 18,3%).

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Inventário inicial	108 723	61 955
Efeito fusão	-	79 120
Compras	598 902	552 211
Inventário final	<u>(117 162)</u>	<u>(108 723)</u>
Custo das vendas	<u>590 463</u>	<u>584 563</u>
Inventário final	117 162	108 723
Perdas por imparidades de inventários	-	-
Saldo líquido	<u>117 162</u>	<u>108 723</u>

12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica resume-se como segue:



	2016		2015	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes				
Empresas associadas (Nota 6)	504 627	-	412 086	-
Empresas relacionadas				
Associação Portas do Mar	303 313	-	303 305	-
Outros	13 306 996	-	8 765 163	-
	14 114 936	-	9 480 555	-
Perdas por imparidades acumuladas	(1 933 805)	-	(1 755 099)	-
	<u>12 181 131</u>	<u>-</u>	<u>7 725 456</u>	<u>-</u>
Outros créditos a receber				
Pessoal	7 030	-	7 365	13 872
Acréscimos de rendimentos	94 174	-	55 365	-
Outros devedores				
Subsídios à exploração (Nota 22)	5 094 735	-	5 271 457	-
Subsídios para investimentos	13 648 237	4 481 835	3 950 679	184 157
IMI	542 631	-	454 192	-
Outros	89 852	11 972	167 096	-
	19 476 659	4 493 807	9 906 154	198 029
Perdas por imparidades acumuladas	(24 346)	-	(24 346)	(13 872)
	<u>19 452 314</u>	<u>4 493 807</u>	<u>9 881 807</u>	<u>184 157</u>

Na rubrica de clientes está registado o saldo de 4.041.169 euros recebido integralmente em janeiro referente ao contrato denominado de "Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores".

A classificação da quantia escriturada líquida de Clientes e das Outros créditos a receber é mostrada no balanço de acordo com os planos previstos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a compensação financeira atribuída à Atlânticoline a receber de 5.094.735 euros, da Região Autónoma dos Açores, prevista ser reembolsada durante o ano de 2017, tem antiguidade.

	2016	2015
RAA-Serviço público		
2012	2 472 500	2 615 560
2014	2 622 235	2 655 897
	<u>5 094 735</u>	<u>5 271 457</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios para investimentos, compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento incluindo as parcelas suportadas pela Região Autónoma dos Açores, dos quais destacam-se:

	2016	2015
Reordenamento do porto da Horta	92 185	399 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	14 214 776	-
Construção Rampa RO-RO, Dragagem Calheta, S. Jorge	806 438	-
Novo Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	-	51 501
Reordenamento do porto de São Roque do Pico	-	69 922
Construção navios 40 m	2 797 017	2 895 697
Outros	219 657	718 531
	<u>18 130 073</u>	<u>4 134 837</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, existe uma verba de 15.333.056 euros e 1.239.140 euros, respetivamente, contabilizada por contrapartida de capitais próprios, em que parte poderá ser disponibilizada nos seguintes anos, de acordo com o seguinte reescalonamento financeiro:

Anos	2016	2015
2016	-	1 054 983
2017	13 648 237	3 079 854
2018	4 481 835	-
	<u>18 130 073</u>	<u>4 134 837</u>

O saldo referente ao subsídio da Construção de navios apresenta a seguinte antiguidade:

	2016	2015
RAA- Construção navios 40 m		
2012	133 692	140 175
2013	2 382 977	2 382 977
2014	280 348	372 545
	<u>2 797 017</u>	<u>2 895 697</u>

Os subsídios a devolver às entidades financiadoras que perfazem o montante de 30.243 euros (em 2015 era de 30.243 euros) são mostrados em Outras dívidas a pagar (Nota 20).

O saldo da rubrica IMI de Outros créditos a receber corresponde às liquidações do IMI dos anos de 2010 a 2015 da Portos dos Açores, no valor de 413.344 euros e ao IMI dos anos 2008 e 2009 da Administração Portuária das ilhas de São Miguel e Santa Maria, no valor de 126.640 euros. A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, e nesta conformidade, tem impugnado as liquidações apresentadas pela Autoridade Tributária.

O IMI de 2016 que irá ser exigido e não reconhecido nas demonstrações financeiras será no montante de 87.602 euros.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as perdas por imparidade acumuladas tiveram o seguinte movimento:

Em 31 de Dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes	1 755 099	417 962	(184 732)	(54 524)	1 933 805
Outras contas a receber	38 217	-	(13 872)	-	24 346
	<u>1 793 316</u>	<u>417 962</u>	<u>(198 603)</u>	<u>(54 525)</u>	<u>1 958 150</u>

Em 31 de Dezembro de 2015					
	Saldo inicial	Efeito fusão	Reforço	Reversão	Saldo final
Clientes	1 338 652	16 742	494 595	(94 890)	1 755 099
Outras contas a receber	38 217	-	-	-	38 217
	<u>1 376 869</u>	<u>16 742</u>	<u>494 595</u>	<u>(94 890)</u>	<u>1 793 316</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões que eram de 219.359 euros (perda) e de 399.705 euros (perda) em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
IRC a recuperar/pagar	205 706	13 536	220 199	17 619
Pagamento especial por conta	78 282	-	116 690	-
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	192 775	-	181 631
Trabalho independente	915	-	1 481	-
Rendimentos profissionais	-	1 946	-	1 160
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	135 364	-	187 276	-
IVA - reembolsos pedidos	180 000	-	99 000	-
Outros impostos	-	107 186	-	208 153
Contribuições para a segurança social	-	615 525	-	812 978
Outras tributações	-	5 197	398	3 298
	<u>600 268</u>	<u>936 164</u>	<u>625 044</u>	<u>1 224 838</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

Os impostos a pagar são determinados individualmente e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com a seu estado de recuperação ou de liquidação.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes. Deste modo, as declarações fiscais de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser revistas.

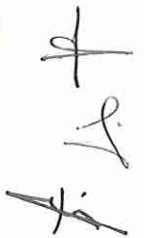
A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2016	2015
Imposto corrente	(78 018)	(131 114)
Imposto diferido	(5 672)	(12 759)
	<u>(83 690)</u>	<u>(143 873)</u>

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar/a pagar em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresenta se como se segue:

	2016		2015	
	A recuperar	A pagar	A recuperar	A pagar
Pagamento por conta	269 097	-	332 582	-
Retenções na fonte	31	1 061	63	1 048
Estimativa de IRC	(63 422)	(14 596)	(112 447)	(18 667)
IRC a recuperar/(a pagar)	205 706	(13 535)	220 198	(17 619)
PEC não utilizados	78 282	-	116 690	-
Imposto sobre o rendimento	<u>283 988</u>	<u>(13 535)</u>	<u>336 888</u>	<u>(17 619)</u>



Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de pagamentos especiais por conta que poderão ainda ser recuperados apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2016	2015	Ano de reporte
2011	-	24 110	2016
2012	3 408	17 706	2017
2013	28 585	28 586	2018
2014	29 868	29 868	2021
2015	16 421	16 420	2022
	<u>78 282</u>	<u>116 690</u>	

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é variável de acordo com o ano da sua ocorrência após 1 de janeiro de 2014 é de doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2010 a 2011) e de cinco anos para os períodos de tributação de 2012 e 2013. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os prejuízos fiscais reportáveis da empresa-mãe e da subsidiária ATLÂNTICOLINE, que incorporou por fusão a Transmaçor, podem ser assim resumidos:

Ano de geração	2016	2015	Ano de reporte
2012	3 940 737	3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 291 775	2018
2014	5 388 079	5 450 584	2026
2015	4 933 461	5 933 461	2027
2016	3 476 438	18 616 557	2028
	<u>20 935 675</u>	<u>37 233 115</u>	

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

O valor a recuperar de 205.706 euros e 220.199 euros correspondente ao imposto sobre rendimento determinado pela subsidiária ATLÂNTICOLINE, classificado no ativo, resultou de um reconhecimento de uma estimativa de IRC de 63.422 euros e 112.447 euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, que beneficiou do crédito fiscal extraordinário ao investimento, regulamentado pela Lei nº 49/2013, de 16 de julho, obtendo uma poupança fiscal de 103.573 euros e 198.667 euros em IRC no período corrente. Atendendo que não deduziu à coleta o limite máximo de um milhão de euros, o crédito fiscal remanescente de 325.071 euros poderá ser utilizado ainda em 2017; todavia, este montante não foi reconhecido em ativos por impostos diferidos por não estarem disponíveis projeções que demonstrassem a probabilidade que possam ocorrer lucros fiscais que permitam a recuperação futura deste benefício fiscal durante o período de reporte.



O saldo a pagar do IMI, no valor de 107.186 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução de juros de mora e aderiu a um novo plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 euros para 3.559 euros.

	2016	2015
2016	-	95 904
2017	42 706	67 350
2018	42 706	44 900
2019	21 774	-
	<u>107 186</u>	<u>208 153</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 567.744, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2016, às entidades Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, no montante de 103.394 euros e 174.743 euros, respetivamente, e dois acordos de dívida com a segurança social no valor de 278.770 euros que serão liquidados em prestações mensais nos seguintes anos:

	2016	2015
2016	-	195 481
2017	86 707	168 113
2018	88 051	86 010
2019	88 051	50 172
2020	15 960	-
	<u>278 770</u>	<u>499 775</u>

Na sequência destes acordos de pagamento a exigibilidade da rubrica Estado e outros Entes públicos é a seguinte:

	2016	2015
Corrente	<u>679 622</u>	<u>808 294</u>
Não corrente	<u>256 542</u>	<u>416 544</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:

	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	73 157	95 713
Despesas bancárias	-	24 253
Combustíveis	102 997	85 087
Fardamento/EPI	3 335	3 906
Lubrificantes e outros	29 805	36 376
Máquinas e equipamentos	416 625	401 984
Material de consumo	54 054	54 246
Outros	189	1 766
	<u>680 162</u>	<u>703 329</u>
Rendimentos a reconhecer		
Encargos com fretamento e outros	<u>52 138</u>	<u>64 923</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com o período de vigência contratual.

Estão registados em Outros rendimentos a reconhecer as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com a legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser

distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas decorreram de:

Resultados transitados

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	(18 887 460)	(10 643 339)
Aplicação de resultados	(4 516 018)	(4 332 574)
Resultados não atribuídos	(36 961)	(21 205)
Reserva de fusão	-	(4 790 531)
Outras variações	271 514	900 190
Saldo em 31 de dezembro	<u>(23 168 925)</u>	<u>(18 887 460)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 28 de abril de 2016, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2015, no montante de 4.516.018 euros.

A ATLÂNTICOLINE integrou, por fusão, com efeitos retroagidos a 1 de janeiro de 2015, os ativos e passivos da entidade Transmaçor tal como estes se encontravam mensurados nessa data.

Ajustamentos de investimentos financeiros

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e 2015 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas.

	2016	2015
Saldo em 1 de janeiro	224 286	228 562
Variações nos capitais próprios:		
AGESPI	(24 526)	(24 526)
OPERTERCEIRA	-	(956)
Resultados não atribuídos	36 961	21 205
Saldo em 31 de dezembro	<u>236 721</u>	<u>224 286</u>

Outras variações em capitais próprios

	Subsidio	Ajustamentos em subsídios	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2015	234 982 573	(43 001 811)	
Efeito fusão	54 309	-	
Subsídios atribuídos	26 565 044	(4 861 403)	
Transferência para resultados	(1 664 687)	294 699	
Desreconhecimento de subsídios	(33 595 703)	6 148 014	
Saldo em 1 de janeiro de 2016	226 341 536	(41 420 501)	<u>184 921 035</u>
Subsídios atribuídos	22 312 833	(4 083 249)	
Transferência para resultados	(6 047 254)	1 106 648	
Desreconhecimento de subsídios	(2 031)	372	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>242 605 083</u>	<u>(44 396 731)</u>	<u>198 208 353</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido dos correspondentes impostos associados a pagar no futuro que são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O ajustamento por impostos que estão registados em Outras dívidas a pagar será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados a resultados (Nota 26).

17. Interesses minoritários

O saldo da rubrica dos interesses minoritários classificado no passivo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 diz respeito à subsidiária ATLÂNTICOLINE, cujo parte do capital subscrito é detido pelo acionista Região Autónoma dos Açores. O saldo desta rubrica nesta data foi assim formado:

	2016	2015
Saldo inicial	3 203 053	3 854 678
Variação no capital próprio	(79 271)	(104 942)
Lucro/(prejuízo) do período	141 840	221 234
Efeito fusão	-	(767 917)
Saldo final	<u>3 265 621</u>	<u>3 203 053</u>

18. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Pagamentos	Saldo final
Banco Popular	96 170	-	-	96 170
Acidentes em serviço	379 621	15 153	(28 538)	366 236
	<u>475 791</u>	<u>15 153</u>	<u>(28 538)</u>	<u>462 406</u>



	Em 31 de dezembro de 2015						
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Transferência	Gastos	Pagamentos	Saldo final
Banco Popular	-	-	-	-	-	-	96 170
Passageiro sinistrado	-	47 000	-	(31 000)	150 000	(300 000)	-
Acidentes em serviço	457 767	3 000	(52 642)	-	-	(28 504)	379 621
	<u>457 767</u>	<u>200 000</u>	<u>(52 642)</u>	<u>(31 000)</u>	<u>150 000</u>	<u>(328 504)</u>	<u>475 791</u>

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

O sinistro ocorrido com o navio Gilberto Mariano foi liquidado em 2015 pelo valor definitivo de 300.000 euros, suportado em partes iguais pela Portos dos Açores e ATLÂNTICOLINE. Em conformidade com o acordo de transação extrajudicial, ambas podiam exigir e receber o pagamento da indemnização junto da seguradora, tendo a Portos dos Açores sido ressarcida em 130.000 euros.

O montante de 150.000 euros foi evidenciado na demonstração de resultados na rubrica de Outros gastos.

O montante de 31.000 euros que afetou o resultado deste exercício tinha sido diferido no ano anterior na rubrica de Diferimentos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão constituída para esse efeito, no montante de 363.236 euros, não está baseada num estudo atuarial.

19. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:

	Corrente		Não corrente	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos bancários	6 932 959	4 089 406	50 651 196	46 585 203
Conta corrente caucionada	2 513 000	490 000	-	-
Incentivos financeiros	1 419 471	1 034 470	6 556 830	7 930 999
Contratos de locação financeira	25 450	15 880	59 425	47 296
Descontos de títulos	23 234	-	-	-
	<u>10 914 114</u>	<u>5 629 756</u>	<u>57 267 450</u>	<u>54 563 498</u>
Encargos a pagar	<u>(33 578)</u>	<u>(22 255)</u>	<u>(216 380)</u>	<u>(142 663)</u>
	<u>10 880 536</u>	<u>5 607 501</u>	<u>57 051 070</u>	<u>54 420 834</u>

A Portos dos Açores inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por aval da Região Autónoma dos Açores, no valor de 23.238.847 euros, e também cartas conforto, no valor de 11.893.092 euros. O empréstimo concedido à subsidiária ATLATICOLINE, cujo saldo era de 3.679.509 euros em 31 de dezembro de 2016, está garantido por hipoteca sobre um imóvel.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a taxa de juro média dos empréstimos bancários era de 4,24% e 5,46%.

Em 31 de dezembro de 2016, as contas correntes caucionadas, disponíveis em várias instituições financeiras até ao limite de oito milhões de euros, estavam utilizadas em 2.513.000 euros.

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

O saldo na rubrica extração de areia no valor de 975.958 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações que a Portos dos Açores terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.

Na rubrica Outros credores esta registada parte da multa contratual que transita do ano anterior, ainda não liquidada de 54.250 euros, aplicada à sociedade incorporada, pelo incumprimento do contrato de prestação de serviços de transporte marítimo de passageiros.

21. Vendas e serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis e outros produtos, bem como os seguintes serviços prestados pela PORTOS DOS AÇORES, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária e, também, o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores:

	2016	2015
Vendas		
Combustível	491 660	456 019
Produtos a bordo e outros	24 862	26 652
	<u>516 522</u>	<u>482 671</u>
Serviços prestados		
Atividade portuária		
Operações de navios e embarcações	4 562 180	4 089 263
Operações de carga	3 569 525	3 054 523
Utilização de equipamentos	6 143 071	4 962 247
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	1 671 837	1 628 196
Alugueres, ocupações e concessões	1 374 112	1 364 536
Exploração náutica de recreio	932 740	831 878
Outros serviços prestados	619 965	366 192
	<u>18 873 431</u>	<u>16 296 835</u>
Atividade de transporte marítimo e carga		
Transporte de passageiros e carga	4 699 386	4 286 655
Compensação financeira	9 998 655	7 997 649
Outros	345 281	315 043
	<u>15 043 322</u>	<u>12 599 347</u>
Vendas e serviços prestados	<u>34 433 276</u>	<u>29 378 854</u>

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Descontos de títulos	Total
2017	9 445 959	1 419 471	25 450	23 234	10 914 114
2018	6 620 729	1 888 999	23 684	-	8 533 412
2019	3 178 097	2 707 708	25 933	-	5 911 738
2020	2 742 815	413 099	9 809	-	3 165 723
2021	5 219 183	612 672	-	-	5 831 854
2022 e seguintes	32 890 373	934 351	-	-	33 824 724
	<u>60 097 155</u>	<u>7 976 300</u>	<u>84 876</u>	<u>23 234</u>	<u>68 181 564</u>

20. Fornecedores e outras dividas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2016		2015	
	Corrente	corrente	Corrente	corrente
Fornecedores				
Empresas associadas (Nota 6)	68 000	-	36 559	-
Outros	<u>2 654 341</u>	-	<u>2 604 918</u>	-
	<u>2 722 341</u>	-	<u>2 641 477</u>	-
Outras dividas a pagar				
Pessoal	8 293	-	5 505	-
Fornecedores de investimento	6 178 637	-	3 192 322	-
Acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	1 372 582	-	1 287 882	-
Juros a liquidar	65 508	-	90 027	-
Outros acréscimos de gastos	162 787	-	327 711	-
Outros credores				
Subsídios a devolver	-	30 243	1 743 167	-
Ajustamentos em subsídios	-	44 396 730	-	41 420 501
Extração de areia	975 958	-	858 994	-
Cauções recebidas	156 081	-	181 094	-
Outros	75 941	-	72 507	-
	<u>8 995 787</u>	<u>44 426 973</u>	<u>7 759 208</u>	<u>41 420 501</u>

Foram reconhecidos em Outros acréscimos de gastos 234.116 euros em 2015 gastos com reparações efetuadas às embarcações Mestre Simão e Gilberto Mariano e ainda não faturadas.

O saldo de subsídios a devolver refere-se essencialmente a subsídios recebidos indevidamente no âmbito de projetos de investimento que a Portos dos Açores teve de devolver em 2016.

O saldo de Ajustamentos em subsídios, classificado em não corrente, é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).



Em 2016, para assegurar este serviço público, para além da receita própria resultante da exploração direta dos navios, a ATLÂNTICOLINE obteve também uma compensação financeira de 9.998.655 euros, que está reconhecido na rubrica de Serviços prestados (7.997.649 euros em 2015).

22. Subsídios à exploração

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica Subsídio à exploração, apresentava os seguintes saldos:

	2016	2015
RAA - Serviço Público	-	1 658 780
Projeto Macsimar	-	6 473
Projeto Costa	-	81 849
PIIE	34 331	24 540
Projeto GAIN4MOS	16 660	-
	<u>50 991</u>	<u>1 771 641</u>

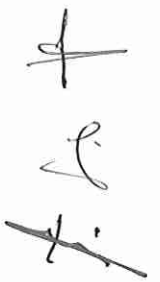
São reconhecidos nesta rubrica os subsídios que serve para compensar a entidade por despesas incorridas, no âmbito do projeto GAIN4MOS e PIIE.

A compensação financeira atribuída à sociedade incorporada em 2015, no período anterior à fusão, foi de 1.658.780 euros.

23. Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias e associadas

Os ganhos e perdas em empresas de grupo e associadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 têm a seguinte composição:

	2016	2015
<u>Empresas associadas</u>		
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	18 653	7 369
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	2 377	3 390
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	38 554	41 850
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	24 716	4 352
	<u>84 300</u>	<u>56 961</u>


24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi a seguinte:

	2016	2015
Subcontratos		
Gestão Portas do Mar	612 824	761 624
Aluguer de navios	5 419 918	3 971 760
Outros	936 097	879 924
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	768 333	682 388
Vigilância e segurança	1 050 860	881 627
Conservação e reparação	1 505 511	1 695 109
Outros	191 891	440 342
Materiais	163 956	151 024
Energia e fluídos		
Eletricidade	669 958	649 827
Combustíveis de navios	3 211 388	3 580 582
Outros	364 502	309 464
Deslocações, estadas e transportes	253 762	201 946
Serviços diversos		
Seguros	433 221	424 246
Limpeza, higiene e conforto	448 719	355 364
Outros	598 411	326 660
	<u>16 629 350</u>	<u>15 311 888</u>

Os encargos com o aluguer dos navios, durante o ano de 2016 e 2015, foram assim distribuídos:

	2016	2015
Expresso Santorini	3 049 999	2 415 729
Hellenic Wind	2 369 919	1 536 452
Outros	-	19 579
	<u>5 419 918</u>	<u>3 971 760</u>

25. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2016 e 2015 detalham-se conforme se segue:



	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	326 528	314 998
Remunerações do pessoal	11 259 981	10 551 796
Benefícios pós emprego	38 836	162 843
Encargos sobre remunerações	2 581 038	2 413 393
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	179 308	178 762
Gastos de ação social	19 977	26 971
Outros		
Indeminizações	25 280	81 695
Outros	204 444	155 536
	<u>14 635 391</u>	<u>13 885 994</u>

O número médio de pessoal em empresas cujas demonstrações financeiras são consolidadas pelo método integral é de 372 trabalhadores (em 2015 - 325 trabalhadores).

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Benefícios Pós-Emprego" corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados da Empresa, por intermédio de um seguro contratado pela Empresa com a entidade Açoreana Seguros.

O Conselho Fiscal não auferiu qualquer remuneração pelo exercício das suas funções em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

26. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	48 794	34 790
Descontos de pronto pagamento obtidos	10	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	33 741	14 971
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios ao investimento	6 047 254	6 201 308
Benefícios e penalidades	32 465	442 263
Juros de mora	-	8 659
Outros (Nota 27)	30 357	441 064
	<u>6 192 620</u>	<u>7 143 055</u>

A rubrica de Rendimentos suplementares suplementares inclui rendas pela utilização parcial do imóvel da sede da Atlânticoline.

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados (Nota 16).

Os benefícios por penalidades contratuais em 2015 resultaram da imobilização do navio Expresso Santorini e Hellenic Wind.

Na rubrica de Outros está registado em 2015 o desreconhecimento do IMI já liquidado nos anos de 2010 e 2014 da Portos dos Açores, no valor de 327.551 euros (Nota 27) e uma compensação financeira de 75.000 atribuída por um fornecedor de combustível.

27. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram como segue:

	2016	2015
Impostos - IMI e outros	60 946	79 302
Descontos pronto pagamentos concedidos	-	1
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	143
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	42 327	31 547
Quotizações	29 915	22 707
Donativos	128 407	12 461
Multas e penalidades	189 477	310 475
Outros	71 385	142 517
	<u>522 457</u>	<u>599 153</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real do IMI, tendo impugnado a decisão da Autoridade Tributaria, em fevereiro de 2016, pelo que não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores.

Na rubrica de Multas e penalidades estão consideradas os juros debitados por fornecedores e outras entidades por atrasos de pagamento e planos prestacionais.

28. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2016 e de 2015, tinham a seguinte composição:

	2016	2015
Juros e outros rendimentos similares		
Juros obtidos	-	314
Juros - valor descontado	4 692	11 425
	<u>4 692</u>	<u>11 739</u>
Gastos e perdas de financiamento		
Juros de financiamentos obtidos	1 995 292	2 210 282
Mora e compensatórios	163	261
Juros - valor descontado	23 802	-
Outros juros	220	283
Outros gastos e perdas de financiamento		
Comissões bancárias	551 925	435 577
Imposto selo	120 598	121 036
Outros	20 926	83
	<u>2 712 926</u>	<u>2 767 521</u>

29. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 33.364.459 euros e 26.101.226 euros, respetivamente.

30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as garantias bancárias prestadas eram (i) de contratos de concessão de incentivos financeiros em 31 de dezembro de 2016 atingiam um valor de 6.507.641 euros (em 2015 – 7.262.183 euros), (ii) de 15.000 euros no âmbito do contrato assinado com a Unicre (2015 – 15.000), e (iii) de 359.929 euros referente ao contrato de fornecimento de serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores (2015- 359.929 euros - Nota 1).

31. Outros ativos e passivos contingentes

A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais, foi entendido reconhecer nas demonstrações financeiras os pagamentos que sejam exigidos a este propósito

32. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

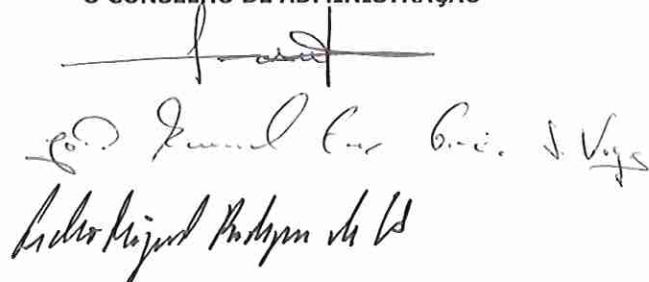
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os honorários faturados ao pelo Revisor Oficial de Contas é a seguinte:

	2016	2015
Revisão Legal de Contas		
Empresa	11 450	11 450
Subsidiárias e associadas	16 020	16 020
Outros serviços		
Subsidiárias	5 000	-
	<u>32 470</u>	<u>27 470</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

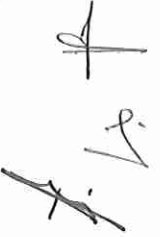


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





CAPÍTULO VI – GOVERNO DA SOCIEDADE



Visão, Missão, Valores e Eixos estratégicos da empresa

De acordo com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, a PA tem por objeto a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, da Praia da Vitória e Pipas, na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Horta, na ilha do Faial, de São Roque, da Madalena e das Lajes, na ilha do Pico, de Velas e da Calheta, na ilha de São Jorge, das Lajes e Santa Cruz, na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária (artigo 3.º do anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

Assim, e de acordo com os seus estatutos, a PA assegurará o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos portos sob sua jurisdição nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias (artigo 4.º do anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto).

É nesse contexto que os trabalhos já desenvolvidos no âmbito da elaboração do Plano Estratégico contemplam estes elementos orientadores, na tentativa de corporização de uma perspetiva estratégica de desenvolvimento empresarial a longo prazo, elemento fundamental numa empresa cuja constituição é relativamente recente e que carece de elementos fundamentais para a consolidação do processo de fusão das administrações portuárias extintas.

O referido Plano Estratégico não registou desenvolvimentos substanciais, prosseguindo a sua discussão interna. De qualquer modo, foram identificados e validados já um conjunto de elementos relevantes, de acordo aliás com o mencionado na secção 2 do capítulo I, na qual é apresentado também o Mapa Estratégico.

Assim sendo, apresentam-se de seguida, os seguintes tópicos fundamentais da estratégia da empresa, constantes também do Plano Estratégico:

Visão

A Visão de uma empresa traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro da mesma. De qualquer forma, não são especificados os meios como serão atingidos. Nestes termos, a Visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para todos os seus membros tirarem o máximo partido das suas capacidades.

No caso da PA, a Visão proposta é a seguinte:

“Fazer da PA uma referência em termos de gestão e organização, potenciando a localização geográfica das suas estruturas, nomeadamente portos e marinas sob sua jurisdição.”

Missão

A explicitação de uma Visão dará origem à definição da Missão da empresa, que é uma declaração escrita que procura traduzir os ideais e orientações globais da organização para o futuro.

A criação de uma Missão visa sobretudo difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos seus objetivos gerais. Nestes termos, a Missão deverá acentuar o domínio das competências centrais mais relevantes. Outro aspeto crítico prende-se com a necessidade de possuir um carácter simultaneamente estratégico e operacional.







A Missão da PA será:

“Garantir a prestação de um serviço público de gestão de infraestruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor e contribuindo para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores.”

Valores




Uma componente fundamental na definição da estratégia da empresa prende-se com os valores transversais, que suportam a atuação de todos aqueles que exercem funções na PA.

Como valores essenciais, consideram-se os seguintes:

-  Orientação para o cliente, na procura da satisfação das suas expectativas;
-  Transparência e ética;
-  Busca da excelência no desempenho das funções;
-  Valorização das pessoas e do conhecimento;
-  Responsabilidade social e ambiental;
-  Defesa do interesse público no exercício de autoridade portuária.

Eixos estratégicos

Os eixos estratégicos considerados prioritários no âmbito da definição da estratégia da PA em vigor são os seguintes:

-  Orientação para o cliente e para o mercado;
-  Eficiência;
-  Criação de valor e equilíbrio financeiro;



☒ Sustentabilidade e meio envolvente.

Regulamentos

Apresentado o enquadramento legal e económico da PA, procede-se à enumeração dos principais regulamentos externos e internos a que a empresa está sujeita, que abrangem matérias muito diversas e díspares, com particular relevância para áreas como sejam as relativas a ambiente, segurança, operações portuárias, tarifas, financiamentos comunitários, contratação pública, entre outras.

☒ Regulamentos externos

Os regulamentos externos principais a que a empresa se encontra obrigada a observar, são os seguintes:

- ☒ **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto:** procede à fusão por integração das três administrações portuárias regionais (Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A., Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. e Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A.), bem como à modificação do objeto social da Portos dos Açores, SGPS, S.A., de modo a que esta possa desempenhar as funções de administração e gestão dos portos que lhes são confiados, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento;
- ☒ **Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março:** consagra o regime jurídico do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores;
- ☒ **Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro:** estabelece as condições aplicáveis em termos de avaliação de impacte ambiental em projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das existentes;
- ☒ **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto:** estabelece o quadro jurídico das operações portuárias;
- ☒ **Decreto Legislativo Regional n.º 16/94/A, de 18 de maio:** aplica à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico da operação portuária;
- ☒ **Decreto Legislativo Regional n.º 14/2002, de 12 de abril:** aprova o regulamento do sistema tarifário dos portos da Região Autónoma dos Açores, estabelecendo as normas e procedimentos para a elaboração dos regulamentos de tarifas dos portos da Região Autónoma dos Açores;
- ☒ **Portaria n.º 35/2012, de 20 de março:** aprovou o Regulamento de Tarifas dos diferentes portos geridos pela sociedade, publicado em anexo à Portaria em apreço;
- ☒ **Portaria n.º 17/2015, 6 de fevereiro:** estabelece a redução dos valores unitários da TUP Carga aplicáveis no porto da Praia da Vitória, no âmbito do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT);
- ☒ **Portaria n.º 33/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 41/2005, de 15 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos do Triângulo e Grupo Ocidental;
- ☒ **Portaria n.º 34/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 39/2008, de 14 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos da Terceira e Graciosa;
- ☒ **Portaria n.º 35/2005, de 28 de abril, alterada pela Portaria n.º 77/2005, de 20 de outubro e Portaria n.º 37/2008, de 13 de maio:** aprova o Regulamento de tarifas específicas dos portos de São Miguel e Santa Maria;
- ☒ **Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 197/2004, de 17 de agosto:** relativo aos meios portuários de receção de resíduos gerados nos navios;



- ❖ **Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março:** atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- ❖ **Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março:** aprova o regulamento geral do serviço de pilotagem, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação de serviços de pilotagem nos portos portugueses;
- ❖ **Diretiva 2005/65/CE, de 26 de outubro:** relativo ao reforço da segurança nos portos;
- ❖ **Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro:** transpõe para o direito interno o Regulamento (CE) n.º 725/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, que consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo, nomeadamente no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no caso de navios e instalações portuárias, previstas no Código ISPS (Código Internacional de Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias), da Organização Marítima Internacional (OMI);
- ❖ **Portaria n.º 19/2008, de 20 de fevereiro:** aprova o Regulamento de tarifas das marinas sob jurisdição dos portos do Triângulo e Grupo Ocidental;
- ❖ **Portaria n.º 20/2008, de 21 de fevereiro:** aprova o Regulamento de tarifas das marinas dos portos de São Miguel e Santa Maria;
- ❖ **Portaria n.º 21/2008, de 21 de fevereiro:** aprova o Regulamento de tarifas das marinas dos portos da Terceira e Graciosa;
- ❖ **Regulamento de exploração e utilização das marinas dos Açores:** aprovado em 29 de janeiro de 2008 pelo Secretário Regional da Economia;
- ❖ **Portaria n.º 89/2010, de 16 de setembro:** aprova o Regulamento de tarifas específicas para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas;
- ❖ **Edital n.º 2/2005 da Capitania do Porto de Ponta Delgada:** aprova as normas de segurança para a movimentação de produtos petrolíferos, poluentes, inflamáveis ou explosivos no porto de Ponta Delgada;
- ❖ **Edital n.º 1/2008 da Capitania do Porto de Ponta Delgada:** aprova as normas de segurança e instruções para a navegação e permanência no porto de Ponta Delgada;
- ❖ **Edital n.º 1/2008 da Capitania do Porto da Praia da Vitória:** aprova um conjunto de determinações, orientações e informações relativas, entre outras, a entradas e saída de navios, segurança da navegação e reabastecimento, embarque e desembarque de substâncias perigosas ou poluentes nos portos de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Praia da Graciosa;
- ❖ **Edital n.º 2/2009 da Capitania do Porto da Horta:** aprova as normas de segurança para movimentação de produtos petrolíferos no porto da Horta;
- ❖ **Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/93, de 15 de abril:** aprova o Plano Mar Limpo.

❖ Regulamentos internos

Os regulamentos internos principais e que a empresa tem por obrigação fazer cumprir são os seguintes:

- ❖ **Regulamentos de Exploração:** conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais relacionadas com o ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. Trata-se de regulamentos de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. Os regulamentos em vigor nos diferentes portos foram aprovados pelo Secretário Regional da Economia em 21 de junho de 2006;
- ❖ **Plano de Receção e Gestão de Resíduos:** aprovado pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, em 27 de agosto de 2010,
- ❖ **Regulamento de exploração e utilização do empreendimento Portas do Mar:** publicado no Jornal Oficial n.º 26, II Série, de 7 de fevereiro de 2011;

☞ Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Modelo de governo

☞ Órgãos de Governo

A gestão da PA é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, nomeados em 27 de julho de 2015 para o período 2015-2017, e cuja composição a 31 de dezembro de 2016 era a seguinte:

☞ Assembleia Geral

- ☞ Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira
- ☞ Secretário: Eng. João Paulo Carreira Mendes
- ☞ Membro da Mesa Suplente: Sr. Humberto Manuel Pereira Goulart

☞ Conselho de Administração

- ☞ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento
- ☞ Vogal: Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia
- ☞ Vogal: Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva

☞ Conselho Fiscal

- ☞ Presidente: Dr. José Mancebo Soares
- ☞ Vogal: Dra. Sara Cristina Brum de Medeiros
- ☞ Vogal: Dra. Fernanda da Assunção Vieira Ferreira

☞ Revisor Oficial de Contas


- ☞ UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

☞ Competências dos membros do órgão de gestão e administração

As competências dos membros do Conselho da PA na coordenação direta das áreas de gestão estão distribuídas do seguinte modo:

- ☞ **Presidente Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:** Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), com responsabilidade sobre os portos da Horta, de São Roque, da Madalena, das Lajes do Pico, de Velas, da Calheta, das Lajes e Santa Cruz das Flores e da Casa, no Corvo, bem como pelos pelouros de “Recursos humanos” e “Jurídico, Administrativo e Comunicação”;
- ☞ **Vogal Eng. João Manuel Enes Garcia de Vargas:** Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), com responsabilidade sobre os portos da Praia da Vitória, Pipas e da Praia da Graciosa, bem como pelos pelouros de “Infraestruturas”, “Auditoria, Interna e Qualidade”, “Gestão Ambiental, Higiene e Segurança no Trabalho” e “Financeiro”;



 **Vogal Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva:** Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), com responsabilidade sobre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto; bem como pelos pelouros “Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos” e “Sistemas de Informação e Comunicações” e “Manutenção e Logística”.

Em resumo, a administração da PA é exercida por um conselho de administração, composto por três membros, eleitos em Assembleia Geral em 26 de setembro de 2011 para um mandato inicial de três anos. Em 27 de julho de 2015, ocorreu uma alteração na composição do Conselho de Administração, com a substituição do Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo pelo Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva.

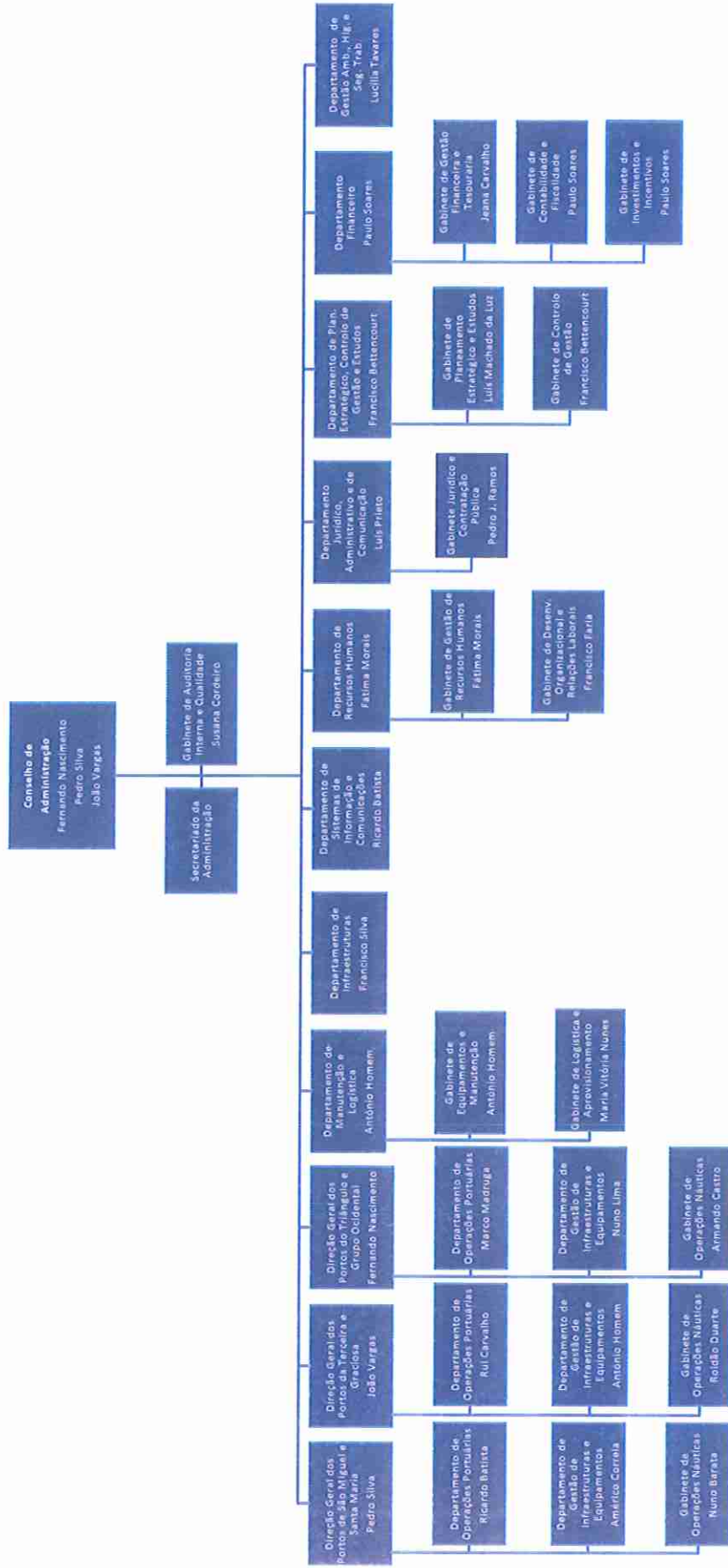
Cada membro, incluindo o presidente, assume cumulativamente a Direção-Geral da geografia onde se localiza, com autonomia e independência operacional, a que acrescem os pelouros de responsabilidade transversal, assim distribuídos:

Organograma

A estrutura orgânica da empresa PA a 31 de dezembro de 2016 é a que se encontra nos organogramas que seguir se apresentam, sendo o primeiro relativo a toda a empresa e os três seguintes com o respetivo detalhe de cada Direção-Geral.

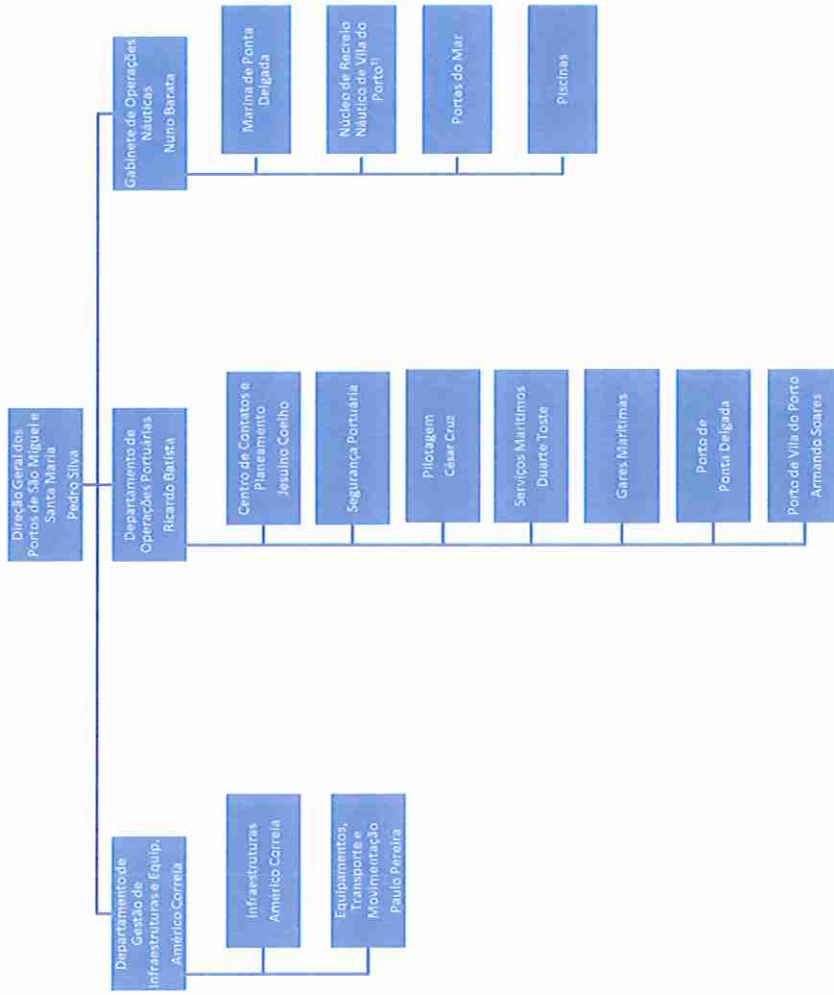


Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A.



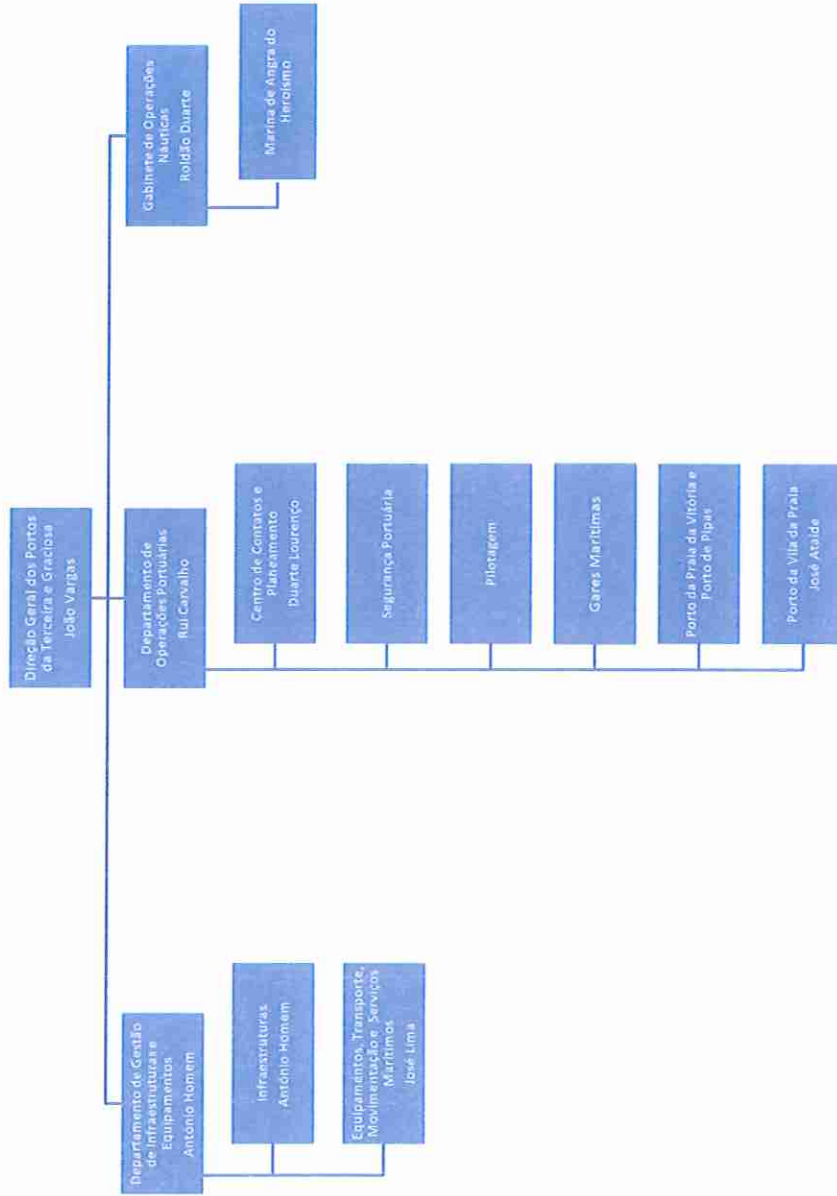
[Handwritten signature]
11

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria



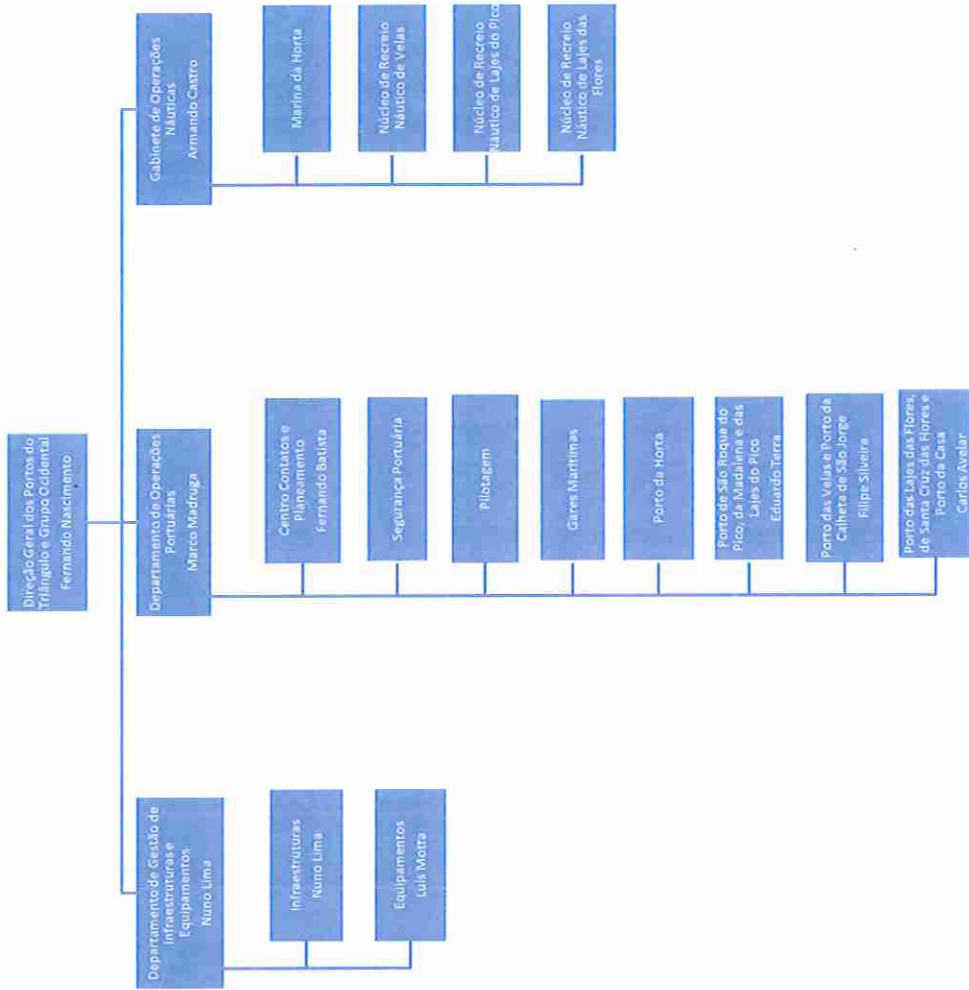
1) Núcleo Recreio Náutico em Vila do Porto reporta hierarquicamente ao diretor geral mantendo uma relação funcional com o Gabinete Operações Náuticas

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção Geral dos Portos da Terceira e Graciosa



203

Organigrama – PORTOS DOS AÇORES, S.A. – Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental



Handwritten signature and initials, with the number 204 written below.



⌘ Elementos curriculares dos membros do órgão de gestão e administração

Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do Conselho de Administração da PA, à data de 31 de dezembro de 2015:

- ⌘ Presidente: Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento**
 - ⌘ Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
 - ⌘ Técnico Superior da Secretaria Regional do Equipamento Social, entre 1983 e 1991;
 - ⌘ Responsável pelo Alvará de Empresa de Construção Civil, entre 1991 e 1997;
 - ⌘ Delegado de Ilha da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, acumulando funções de Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução, entre 1997 e 2005
 - ⌘ Vice Presidente da Junta Autónoma do Porto da Horta, entre 1998 e 2003;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estrutura e Habitação, S.A, entre 2003 e 2005;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da SPRIH – Sociedade de Promoção da Reconstrução de Infra-estruturas e Habitação, S.A., entre 2005 e 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da Administração dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental, S.A., entre 2009 e 2011;
 - ⌘ Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio, desde 2009;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Administração da PA desde 2011.

- ⌘ Vogal: Eng. João Manuel Enes Garcia de Vargas**
 - ⌘ Licenciado em Engenharia Civil, Ramo de Estruturas e Construção, pelo Instituto Superior Técnico;
 - ⌘ Conclusão de parte curricular do Master Business Administration (MBA) em Gestão pela Universidade Autónoma de Lisboa;
 - ⌘ Avaliação de imóveis para diversas instituições desde 2003;
 - ⌘ Coordenação e Direcção de obras na Somague Ediçor Engenharia, S.A. entre 2000 e 2015;
 - ⌘ Vice-Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores entre 2015 e 2016;
 - ⌘ Vogal do Conselho de Administração da PA desde janeiro de 2016;
 - ⌘ Presidente do Conselho de Gerência da OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda., desde janeiro de 2016;
 - ⌘ Vogal da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, desde janeiro de 2016.

- ⌘ Vogal: Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva**
 - ⌘ Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Ramo Energia e Sistemas, pelo Instituto Superior Técnico;
 - ⌘ Técnico Superior na Colombogest, SONAE Imobiliária, entre 1999 e 2001;
 - ⌘ Coordenação e Gestão de obras na Monofásica, S.A. entre 2001 e 2003;
 - ⌘ Diretor do Departamento de Energia na IEI – Instalações Eléctricas Industriais, Lda., entre 2003 e 2008;

- ✎ Diretor de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos e infraestruturas dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
- ✎ Diretor de Operações Portuárias dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto;
- ✎ Vogal do Conselho de Administração da PA desde julho de 2015;
- ✎ Presidente do Conselho de Gerência da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., desde agosto de 2015;

✎ Outras funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração

✎ **Presidente:** Eng.º Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento:




- ✎ Presidente da Assembleia Geral da OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.;
- ✎ Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Portos de Recreio – Por inerência de cargo.

✎ **Vogal:** Eng. João Manuel Enes Garcia de Vargas:

- ✎ Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.;
- ✎ Vogal da Direção da AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira.

✎ **Vogal:** Eng. Pedro Miguel Rodrigues da Silva:

- ✎ Presidente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.

CAPÍTULO V - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Contas individuais



RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE PORTOS DOS AÇORES, S.A.

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **Portos dos Açores, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos e à integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno. Verificámos, também, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.

O Conselho Fiscal realça mais uma vez que apesar de existir um maior equilíbrio entre os ativos e passivos financeiros correntes que esse equilíbrio, no entanto, poderá ser novamente afetado a curto prazo, caso não haja uma inversão na atividade operacional que nos últimos continua incapaz de gerar fluxos financeiros necessários devido a persistência dos resultados operacionais insuficientes para que a gestão do fundo de maneio decorra em condições normais. Neste ambiente é esperado que a pressão de tesouraria persista e sejam sentidas algumas dificuldades no cumprimento rigoroso dos prazos contratados com os credores.

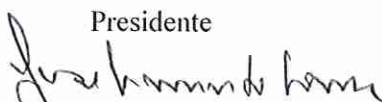
Neste quadro, salientamos o propósito da Administração constante no ponto 11 do relatório de gestão sobre as ações de sustentabilidade futura da Empresa.

3. No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com o representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal tomou conhecimento da inexistência de qualquer prestação de serviços para além da revisão legal das contas.

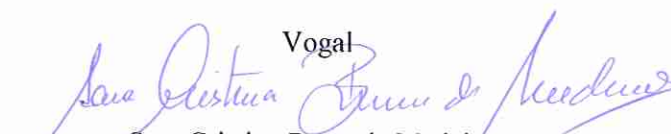
4. O Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo Revisor Oficial das Contas.
5. O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas com reservas relativa ao exercício de 2016, com a qual concordamos.
4. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes njo Anexo e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Que seja aprovado o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e
 - (b) Que seja aprovado a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 19 de abril de 2017


Presidente


José Mancebo Soares

Vogal


Sara Cristina Brum de Medeiros

Vogal


Fernanda da Assunção Vieira Ferreira

Contas consolidadas



**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE PORTOS DOS AÇORES, S.A.**

(Contas consolidadas)

Senhor acionista,

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório e parecer sobre a fiscalização das contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** em referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais, em conjunto com o Relatório de gestão, nos foram submetidas para exame pelo Conselho de Administração.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Empresa, como empresa consolidante, e que nos seus aspetos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas em vigor.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação, apreciamos o respetivo Relatório do Conselho de Administração e, quando aplicável, o Parecer e o Relatório e a Certificação Legal das Contas emitidos pelo seu órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

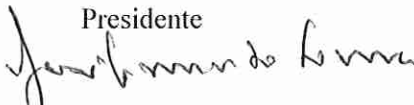
O Relatório de gestão satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

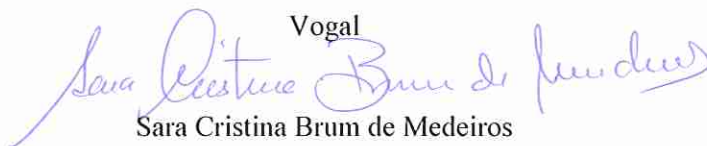
O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas com reservas relativa ao exercício de 2016, com a qual concordamos.

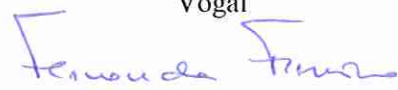
Tal como referido ano anterior, salientamos que existe um desequilíbrio na relação entre os ativos e passivos correntes que, em parte, tem origem no desajustamento entre a rentabilidade operacional da atividade portuária e as necessidades financeiras adicionais que emergiram de investimentos realizados e não financiados de acordo com a sua especificidade.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspeto que afete materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão e as contas consolidadas da **Portos dos Açores, S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ponta Delgada, 19 de abril de 2017

Presidente

José Mancebo Soares

Vogal

Sara Cristina Brum de Medeiros

Vogal

Fernanda da Assunção Vieira Ferreira

CAPÍTULO VI – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Contas individuais

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 327.412.653 euros e um total de capital próprio de 212.340.736 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.399.716 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 e os efeitos das matérias referidas nos números 2 e 3 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e níveis de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas, cujo saldo líquido de depreciações e de subsídios ao investimento ascende a cerca de 26 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Devido ao facto de não se ter estimado as quantias recuperáveis desses ativos, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras.
2. Como indicado nas notas 12 e 13 do anexo às demonstrações financeiras, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não



preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 630.233 euros, montante correspondente ao imposto apurado em referência a 31 de dezembro de 2016.

3. As imparidades das contas a receber de 1.829.614 euros em 31 de dezembro de 2016 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 800.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rendibilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 13 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade.

A nossa opinião relativamente às demonstrações financeiras não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram



consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além das matérias descritas na seção “Bases para opinião com reservas” decidimos que a matéria descrita a seguir é matéria relevante de auditoria a comunicar neste relatório.

Matérias relevantes de auditoria

Recuperação das participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade detinha participações financeiras mensuradas pelo método da equivalência patrimonial que ascendiam a 17.929.281 euros, sendo de destacar a participação detida na ATLÂNTICOLINE que explora o transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias através sob de um contrato de fornecimento do serviço público celebrado por períodos e montantes variáveis com a Região Autónoma dos Açores, que é detentora da parte remanescente do capital não detido.

As perdas por imparidades são baseadas na avaliação anual efetuada pela Administração do desempenho financeiro passado e previsto desta participada. Sempre que se perspetivem indícios de imparidade, é desencadeado o processo da sua avaliação.

A determinação do valor recuperável é subjetiva e, por isso, consideramos uma área sujeita a riscos significativos de distorção material.

Síntese da abordagem aos riscos de distorção material mais significativos

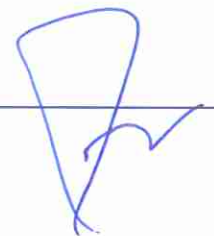
Os procedimentos de auditoria de verificação da adequabilidade da valorização das participações financeiras incluíram, entre outros:

- (i) Avaliação da existência de indícios de imparidade;
- (ii) Análise dos testes de imparidade, quando aplicável, através da verificação da razoabilidade dos pressupostos que suportam o modelo dos fluxos de caixa descontados e a adequabilidade da taxa de desconto; e
- (iii) Avaliação da adequabilidade das divulgações expressas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações

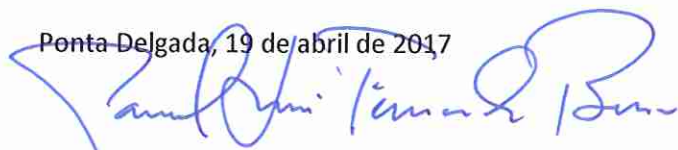
financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para o atual mandato em curso, compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 12 de abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 19 de abril de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

Contas consolidadas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

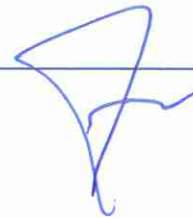
Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 341.136.393 euros e um total de capital próprio de 215.606.357 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos detentores do capital de 3.399.716 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por natureza, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no número 1 e os efeitos das matérias referidas nos números 2 e 3 da seção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **PORTOS DOS AÇORES, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Os ativos fixos tangíveis da Entidade incorporam investimentos de natureza pública realizados no domínio público regional sob jurisdição portuária não diretamente relacionados com a atividade portuária, com níveis de financiamento público reduzidos e níveis de rentabilidade baixos, com particular destaque para o empreendimento Portas do Mar e complexo de piscinas, cujo saldo líquido de depreciações e de subsídios ao investimento ascende a cerca de 26 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016. Devido ao facto de não se ter estimado as quantias recuperáveis desses ativos, não nos é possível determinar as eventuais perdas por imparidade que deveriam estar reconhecidas nas demonstrações financeiras.
2. Como indicado nas notas 12 e 13 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Autoridade Tributária tem vindo nos últimos anos a proceder à emissão de notas de liquidação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de alguns imóveis, que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, que não podem ser objeto de direitos privados ou de transmissão por instrumento de direito privado e que, no entender do Conselho de Administração da Entidade, não



preenchem os pressupostos objetivos de incidência deste imposto. Atendendo à informação disponível à presente data, consideramos que deveriam ter sido constituídas provisões de 630.233 euros, montante correspondente ao imposto apurado em referência a 31 de dezembro de 2016.

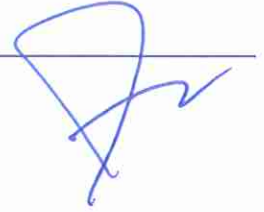
3. As imparidades das contas a receber de 1.958.150 euros em 31 de dezembro de 2016 destinam-se a cobrir os saldos que potenciam elevados riscos de cobrabilidade, subsistindo uma diferença de cerca de 800.000 euros se fossem também contemplados, numa ótica de prudência, os saldos devedores que ultrapassam os prazos normais de cobrança.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme mencionado no número 1 da secção “Bases de opinião com reservas”, a Entidade tem realizado investimentos em infraestruturas de rendibilidade reduzida, cuja sustentabilidade nem sempre é garantida através de uma política de financiamento apropriada. Consequentemente, tem incorrido em prejuízos de montantes significativos nos últimos anos e, por este facto, apresenta uma estrutura financeira fragilizada decorrente do baixo nível dos fluxos de caixa das atividades operacionais para cobrir a totalidade das necessidades financeiras, de tal forma que nem sempre tem cumprido pontualmente as suas obrigações financeiras e fiscais, conforme divulgado na nota 13 do anexo das demonstrações financeiras. No relatório de gestão encontram-se divulgadas as principais medidas de carácter operacional e financeiro que são necessárias para inverter o ciclo de prejuízos e recompor o equilíbrio financeiro da Entidade. Complementarmente, salienta-se também que, como divulgado na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, existem valores significativos ainda não realizados referentes a contratos programas celebrados com a Região Autónoma dos Açores que transitam de anos anteriores e classificados como ativos correntes por ser expetável o seu recebimento em 2017.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias, que se encontram descritas na seção “Bases para opinião com reservas”.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

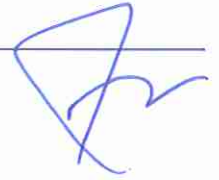
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais



se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da



auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

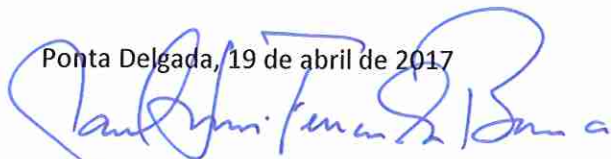
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral realizada em 23 de setembro de 2003 para um mandato compreendido entre 2003 e 2006 que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados auditores da PORTOS DOS AÇORES, S.A., que alterou o objeto social e a designação social na sequência de um processo de fusão entretanto ocorrido, na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de agosto de 2015 para o atual mandato em curso, compreendido entre 2015 e 2017.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 18 de abril de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Ponta Delgada, 19 de abril de 2017



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

